

APROXIMAR AGILIZAR APRIMORAR

DOIS ANOS EM BUSCA DE UMA JUSTIÇA
MELHOR PARA OS PERNAMBUCANOS

Relatório 2014/2015



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco

Relatório de Gestão

— 2014-2015 —



TJPE
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DE PERNAMBUCO

Tribunal Pleno

Composição por critério de antiguidade

1. Frederico Ricardo de Almeida Neves - Presidente
2. Jones Figueirêdo Alves
3. José Fernandes de Lemos
4. Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes
5. Jovaldo Nunes Gomes
6. Fernando Eduardo de Miranda Ferreira
7. Eduardo Augusto Paurá Peres
8. Leopoldo de Arruda Raposo
9. Marco Antônio Cabral Maggi
10. Roberto Ferreira Lins
11. Adalberto de Oliveira Melo
12. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
13. Luiz Carlos de Barros Figueiredo
14. Alberto Nogueira Virgínio
15. Antônio Fernando Araújo Martins
16. Ricardo de Oliveira Paes Barreto
17. Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes
18. Antônio de Melo e Lima
19. Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello
20. Antenor Cardoso Soares Júnior
21. José Carlos Patriota Malta
22. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
23. Eurico de Barros Correia Filho
24. Mauro Alencar de Barros
25. Fausto de Castro Campos
26. Francisco Manoel Tenório dos Santos
27. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
28. Antônio Carlos Alves da Silva
29. Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto
30. José Ivo de Paula Guimarães
31. Josué Antônio Fonseca de Sena
32. Agenor Ferreira de Lima Filho
33. Itabira de Brito Filho
34. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
35. Roberto da Silva Maia
36. Jorge Américo Pereira de Lira
37. Erik de Sousa Dantas Simões
38. Stênio José de Sousa Neiva Coêlho
39. André Oliveira da Silva Guimarães
40. Odilon de Oliveira Neto
41. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti
42. Itamar Pereira da Silva Júnior
43. Evandro Sérgio Netto de Magalhães Melo
44. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
45. Eudes dos Prazeres França
46. Carlos Frederico Gonçalves de Moraes
47. Fábio Eugênio Dantas de Oliveira Lima
48. Márcio Fernando de Aguiar Silva
49. Humberto Costa Vasconcelos Júnior
50. Waldemir Tavares de Albuquerque Filho
51. José Viana Ulisses Filho
52. Cargo Vago



Equipe Administrativa

PRESIDÊNCIA

Desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves

VICE-PRESIDÊNCIA

Desembargador Leopoldo de Arruda Raposo
Desembargador Fernando Eduardo de Miranda Ferreira

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Desembargador Eduardo Augusto Paurá Peres

ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA

Juíza Ana Cláudia Brandão de Barros Correia Ferraz
Juiz Eduardo Guilliod Maranhão
Juíza Mariana Vargas Cunha de Oliveira Lima

DIRETORIA DO CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS

Desembargador Jones Figueirêdo Alves

DIRETORIA DA ESCOLA JUDICIAL DE PERNAMBUCO

Desembargador Ricardo de Oliveira Paes Barreto

OUVIDORIA DO JUDICIÁRIO

Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

COORDENADORIA GERAL DAS CENTRAIS DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

Juiz Ruy Trezena Patu Júnior

COORDENADORIA GERAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Desembargador Luiz Carlos de Barros Figueiredo

COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Desembargador Jones Figueirêdo Alves

COMITÊ GESTOR DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO DE PERNAMBUCO

Desembargador Fábio Eugênio Dantas de Oliveira Lima

COORDENADORIA GERAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS

Juíza Ana Luíza Wanderley de Mesquita Saraiva Câmara

COORDENADORIA GERAL DO SISTEMA DE RESOLUÇÃO CONSENSUAL E ARBITRAL DE CONFLITOS

Juiz Ruy Trezena Patu Júnior

COMITÊ GESTOR DAS CONTAS ESPECIAIS DE PAGAMENTOS DE PRECATÓRIOS

Juíza Ana Cláudia Brandão de Barros Correia Ferraz

DIRETOR DO FORO DO RECIFE

Juiz Saulo Fabianne de Melo Ferreira

DIRETORIA GERAL

Alaideives de Almeida Souto

SECRETARIA JUDICIÁRIA

Carlos Gonçalves da Silva

DIRETORIA CÍVEL

Lúcia Helena Araruna de Aquino

DIRETORIA CRIMINAL

Jorge Luis de Arruda Pedroso

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO JUDICIÁRIA

Maria José Alves

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Rita de Cássia Maciel Borges

DIRETORIA DE GESTÃO FUNCIONAL

Solange de Castro Sales da Cunha

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Simone Barreto Lourenço Silva

DIRETORIA DE SAÚDE

Patrícia Rios Pinto Silva Rego

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

João Batista de Sousa Farias

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/ OBRAS e SERVIÇOS de ENGENHARIA

Laís Vieira Belo Xavier

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/ Bens de Consumo e Equipamentos

Gabriel Ferreira Nippo

DIRETORIA FINANCEIRA

Francisco José Freitas Abreu Santos

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

Carleide Maria Bezerra

DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Maria José Marinho Batista

DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA

Hênio Domingos Siqueira Santos

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Juliana Neiva de Gouveia Ribeiro

DIRETORIA DE SISTEMAS

Raphael José Dcastro

DIRETORIA DE OPERAÇÕES DE TIC

Felipe Simão Henriques de Araújo

DIRETORIA DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO DE TIC

Arthur Vasconcelos Lins

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO ESTRATÉGICA E ORÇAMENTO

Luis Eduardo Saraiva Câmara

ASSESSOR DE PLANEJAMENTO, GESTÃO ESTRATÉGICA E ORÇAMENTO

Lívia Leite Mota

ASSESSOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Delzuita Alves Vieiro

CONSULTORIA JURÍDICA

Oscar Edson Gomes De Barros

CONTROLADORIA

Wladimir Alves Gomes

ASSESSORIA DE CERIMONIAL

Silas da Costa e Silva

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Rebeka de Queiroga Maciel

ASSISTÊNCIA POLICIAL MILITAR E CIVIL

Coronel Chusa Ferreira Silva Júnior



Serviço de Suporte ao Processo Judicial Eletrônico da Capital



2ª Quinzena Estadual de Conciliação em Apoio ao Idoso, em outubro de 2015

Estrutura Judiciária



Quantitativo de Comarcas

1ª Entrância

108 unidades instaladas
Comarcas: 109 Unidades instaladas
Varas: 125 Unidades (16 unidades ainda não instaladas)

2ª Entrância

226 unidades instaladas
Comarcas: 41
Varas: 189 unidades instaladas
Juizados: 24 unidades instaladas

3ª Entrância

136 unidades instaladas
Comarca: Uma (Capital)
Varas: 138 unidades instaladas
Juizados: 33 unidades instaladas

Apresentação

Nas próximas páginas, serão apresentados os resultados da gestão do Poder Judiciário de Pernambuco no período 2014/2015. As ações realizadas contaram com o esforço de magistrados e servidores e tiveram como base os pilares definidos pelo Presidente Frederico Ricardo de Almeida Neves. Os programas e projetos implementados visaram aproximar o Tribunal de Justiça do cidadão, agilizar a prestação jurisdicional e aprimorar os serviços oferecidos pela instituição, fundamentados no estabelecimento e cumprimento de metas e objetivos.

Os desafios encontrados e as estratégias adotadas serão conhecidos ao longo do relatório. As ações realizadas buscaram ampliar o acesso à Justiça e melhorar a qualidade do serviço ofertado. Entre as iniciativas que tiveram esse propósito está a Câmara Regional instalada em Caruaru. A unidade rompeu paradigmas ao chegar à cidade do Interior para atender às demandas de mais de 4 milhões de habitantes do Agreste e Sertão. Seis desembargadores atuam no novo órgão julgador. Em menos de um ano, a Câmara Regional julgou 9.429 processos. Os resultados refletem maior aproximação entre o TJPE e a população.

A nomeação de 102 juízes foi outra medida da gestão. O presidente Frederico Neves convocou todos os 72 candidatos aprovados no concurso concluído em 2014 para atuar em comarcas no Interior. Desses, 61 tomaram posse. Um novo certame foi aberto de imediato para o preenchimento de cargos vagos e os 30 primeiros classificados foram nomeados já em janeiro de 2016.

Por sua vez, o Programa de Governança Diferenciada inaugurou modelo de gestão nos Executivos Fiscais Municipais da Capital. Com baixos índices de recuperação do crédito público e acervo que representava 62% das ações em curso na Justiça Estadual, as varas foram unificadas e a nova unidade ganhou estrutura diferenciada, com procedimentos padronizados e estímulo à conciliação e à regularização fiscal. A atuação direcionada resultou na realização de 3.903 bloqueios judiciais no biênio, que somaram o valor de R\$ 31,4 milhões. Em 2015, o 1º Mutirão de Negociação Fiscal recuperou R\$ 130 milhões, em esforço conjunto com Governo do Estado, Prefeitura do Recife e Corregedoria Nacional de Justiça. Todo esse crédito é revertido em melhorias nos serviços públicos.

Mas não basta ser acessível. A prestação de serviço precisa ser rápida. Assim, diversos projetos foram lançados nesse sentido. Entre as ações realizadas está a expansão do Processo Judicial Eletrônico (PJe), que, hoje, funciona em 189 unidades. Desse total, 154 (81,5%) tiveram o sistema implantado entre 2014 e 2015. Esse desempenho levou o TJPE ao título de tribunal estadual brasileiro com mais processos eletrônicos em 2015 - 400 mil, segundo o CNJ. Atualmente, o software, que alia rapidez e segurança, funciona em unidades de 1º e 2º Grau, Juizados e Turmas Recursais.

A duplicação das 34 Varas Cíveis da Capital foi outra medida que já apresenta resultados. Sem criar custos, em setembro de 2014, a Presidência do TJPE implantou as seções A e B nas unidades, que passaram a funcionar com dois juízes cada, das 7h às 19h. A iniciativa garantiu a redução do acervo dessas Varas de 155 mil para 102 mil processos. A medida considerou o fato de 49% dos feitos da Capital tramitarem nessas unidades e a crescente demanda.

Para agilizar o andamento dos processos eletrônicos, uma única secretaria passou a concentrar atos cartorários das Varas Cíveis em 2015. A Diretoria Cível do 1º Grau, instalada no Fórum Rodolfo Aureliano, movimentou feitos das unidades da Capital, inovação que promove agilidade e eficiência, além de otimizar a utilização da força de trabalho. A unidade, que compõe a Política de Atenção Prioritária ao 1º Grau, padroniza procedimentos, fixa metas e permite teletrabalho, o que gera economia e melhores resultados.

As iniciativas que permitiram organizar o Judiciário, aperfeiçoando a utilização dos recursos humanos e tecnológicos que contribuem para melhor servir à população, também podem ser conhecidas neste documento.



Oficina de Planejamento Integrado, em junho de 2015

Dentre os projetos lançados com esse objetivo, está o TJPEMetas, ferramenta que permite que magistrados e servidores tenham um retrato completo de suas unidades, identificando problemas e traçando estratégias para alavancar o desempenho. Por meio desse sistema, são acompanhadas metas nacionais, a taxa de congestionamento e o acervo do Judiciário. Atualizado diariamente, traz informações referentes às varas de 1ª, 2ª e 3ª Entrâncias e do 2º Grau.

O TJPE também investiu na construção de fóruns para atender aos cidadãos com conforto e oferecer melhores condições de trabalho a magistrados e servidores. Neste biênio, prédios começaram a ser erguidos em Paulista, Cabo, Goiana, Serra Telhada e Arcoverde, com os dois últimos entregues em janeiro de 2016. Outras obras foram concluídas: os Fóruns de Panelas e Quipapá estão funcionando e as reformas foram finalizadas em comarcas como Itaíba, Altinho e Sairé. Jaboatão ganhou galpões de almoxarifado e patrimônio.

Nesta publicação, merece destaque a grande premissa desta gestão: valorização das pessoas, porque o Judiciário é feito de pessoas e para as pessoas. Só por meio do engajamento e motivação daqueles que integram a instituição é possível obter resultados efetivos na prestação de serviço à sociedade. Nesta gestão, pleitos antigos se tornaram realidade. Entre eles, a Progressão Funcional, que foi regulamentada pela Resolução nº 381/2015, com base na Lei 15.539 de 1º de julho de 2015, e normatiza a movimentação na carreira de servidor ocupante de cargo efetivo.

Já no que se refere à carreira do magistrado, durante o biênio, foram julgados quase 300 editais de promoção e remoção de juízes. Também foram garantidos a Redução de Diferença de Entrância, a compensação de plantões e um fundo de segurança para magistrados foi proposto. As iniciativas buscaram valorizar e motivar os que integram o Judiciário e, conseqüentemente, reduzir a rotatividade no quadro de pessoal.

Neste documento, serão detalhadas essas e outras ações levadas a cabo em 2014 e 2015, a fim de dar amplo conhecimento sobre as atividades desenvolvidas pelo Poder Judiciário do Estado em favor da população de Pernambuco, destinatária final dos serviços judiciais.

SUMÁRIO

ALICERCES DA GESTÃO	14
Palavra do presidente	14
Desafios e ações definidas	16
Linha do Tempo	18
Novos Serviços	20
Projetos de destaque	22
Projetos complementares	39
Metas do CNJ	42

GESTÃO JUDICIÁRIA	44
Apresentação	45
Juizados Especiais	46
Infância e Juventude	52
Ouvidoria	55
Conciliação, Mediação e Arbitragem	55
Precatórios	59

GESTÃO ADMINISTRATIVA	64
Apresentação	65
Planejamento	66
Orçamento	74
Obras	82
Contabilidade	84
Controladoria	87
Consultoria Jurídica	87
Tecnologia da Informação	89
Pessoal	93
Saúde e bem-estar	95
Desenvolvimento Humano	97
Informação Documental	98
Comunicação Social	103
Relações Públicas e Cerimonial	105
Assistência Policial e Militar	106



Lançamento do Projeto Audiência de Custódia com ministro Ricardo Lewandowski, em agosto de 2015



Segunda Vara da Infância e Juventude do TJPE prepara vídeo para apresentar crianças e adolescentes aos pretendentes à adoção, em novembro de 2014

Alicerces da Gestão



Palavra do Presidente

Frederico Ricardo de Almeida Neves

Há dois anos, assumimos a Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco com o objetivo principal de aproximar o Judiciário das pessoas e torná-lo mais eficiente. Neste período, buscamos honrar o compromisso assumido ainda na posse, o de bem servir à causa da Justiça e ao cidadão pernambucano, principal destinatário do serviço judicial.

Foram muitos os desafios encontrados no caminho, mas com determinação, criatividade e espírito de equipe todos foram, em boa medida, superados. Naquela época, lançamos como primeira ideia para

reflexão a necessidade de valorização das pessoas, convictos de que a prestação eficiente, célere, ética e segura dos serviços judiciários depende, como ponto de partida, do envolvimento motivado das pessoas que integram a instituição: os magistrados e os servidores. É por intermédio das pessoas e para as pessoas que o Judiciário funciona.

Relembramos, neste momento, as palavras de Vicent Falconi, que diz que “sonhar grande dá o mesmo trabalho que sonhar pequeno”. Sonhamos grande e chegamos longe. Hoje, podemos dizer à sociedade que o Judiciário está julgando mais do que a quantidade de processos recebidos por ano. O TJPE recebeu, em 2015, 357.352 ações e julgou 369.677. Prova de que estamos mais eficientes e isso não seria possível sem o envolvimento e engajamento daqueles que fazem a instituição.

Algumas iniciativas e projetos lançados nesta gestão contribuíram para esse resultado. A Câmara Regional instalada em Caruaru é um exemplo. A unidade descentralizou o 2º Grau de Jurisdição, e, apenas em 2015, julgou aproximadamente 10 mil processos. Uma prova de que a Justiça está mais acessível ao povo.

A nomeação de 102 juízes para atuar em Comarcas do Interior é outra medida que merece ser destacada. Apesar das dificuldades orçamentárias, reduzimos o déficit de magistrados no Estado com o objetivo de melhorar a prestação jurisdicional.

As Varas Cíveis da Capital tiveram duplicado o seu horário de funcionamento e, em pouco mais de um ano, reduziram seu acervo de 155 mil para 102 mil processos, assegurando ao cidadão uma prestação de serviço mais rápida. O Processo Judicial Eletrônico hoje funciona em 189 unidades judiciais e está ajudando a agilizar o andamento das ações.

Criamos a Diretoria Cível de 1º Grau, em 2015, para acelerar o processamento dos feitos eletrônicos nas Varas Cíveis, o que tem apresentado resultados exitosos. E para agilizar o andamento dos processos físicos, deflagramos um Regime Diferenciado de Trabalho, destacando 80 servidores de áreas administrativas para trabalhar em unidades judiciais. Essa atuação culminou na criação de uma Secretaria Móvel, para sanear pendências cartorárias em varas da Capital e Região Metropolitana.

As centrais de agilização e câmaras extraordinárias criadas nesta gestão, juntas, julgaram, no último biênio, mais de 15 mil processos. Mutirões foram realizados com foco nos crimes dolosos contra a vida e processos que envolviam idosos. Criamos mais três Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, ampliando para dez o número de unidades no Estado, com destaque para aquelas instaladas em Caruaru e Petrolina, que estão fortalecendo a rede de proteção no Interior do Estado.

A duplicação das quatro Varas de Entorpecentes da Capital está ajudando no combate ao tráfico de drogas; e as audiências de custódia, projeto implantado em 2015, estão evitando prisões desnecessárias e ilegais e ajudando a reduzir a superlotação em presídios.

Buscamos aperfeiçoar o trabalho de servidores e magistrados. O TJPEmetas traz um retrato completo de cada unidade judicial, permitindo identificar problemas e traçar estratégias para alavancar o desempenho e acompanhar metas nacionais, a taxa de congestionamento e o acervo do Judiciário. É atualizado diariamente e traz informações referentes às varas de 1ª, 2ª e 3ª Entrâncias e do 2º Grau.

Outras ações também foram lançadas com o mesmo propósito de atender melhor. Construimos e reformamos fóruns em Paulista, Cabo, Goiana, Serra Telhada, Arcoverde, Painel, Quipapá, Itaíba, Altinho e Sairé para receber bem o jurisdicionado. Assim, também garantimos melhores condições de trabalho a serventuários e juízes.

Mas nenhum resultado seria possível sem o esforço e comprometimento dos magistrados e servidores deste Poder. Todos os que integram esta Instituição deram um contributo efetivo para avançarmos em direção ao Judiciário que queremos e que o povo de Pernambuco merece.

Desafios e ações definidas

Missão

Fazer Justiça de forma célere, acessível e efetiva, no âmbito estadual, contribuindo para a pacificação social.

Desafios da Gestão

- Descentralizar a atuação do 2º Grau de Jurisdição;
- Priorizar o 1º Grau de Jurisdição;
- Melhorar a gestão das Varas de Executivos Fiscais;
- Ampliar capacidade de julgamento das Varas Cíveis da Capital;
- Julgar mais processos antigos em tramitação no Judiciário;
- Expandir o Processo Judicial Eletrônico no Estado;
- Preencher cargos vagos de juiz;
- Aperfeiçoar o monitoramento de cumprimento das metas pelas unidades judiciais;
- Reduzir rotatividade de servidores e magistrados.

Ações realizadas

- Um Judiciário mais perto do cidadão
 - 1ª Câmara Regional de Pernambuco instalada em Caruaru;
 - Nomeação de 102 juízes para o Interior do Estado;
 - Implantação do projeto Audiências de Custódia na Capital;
 - Programa de Governança Diferenciada dos Executivos Fiscais;
 - Instalação de novas varas no combate à violência;
 - Prioridade para a criança e para o idoso.
- A Justiça rápida de que precisamos
 - Duplicação da capacidade das 34 Varas Cíveis da Capital;
 - PJe instalado em 189 unidades judiciárias;
 - Criação da Diretoria Cível do 1º Grau;
 - Instalação de Centrais de Agilização e Câmaras Extraordinárias;
 - Criação de Secretaria Móvel para sanear pendências cartorárias;
 - Realização de mutirões para agilizar julgamentos.
- Aprimorar para servir melhor
 - Valorização de magistrados e servidores;
 - Lançamento da ferramenta TJPE Metas para estimular a produtividade no Judiciário;
 - Construção e reforma de fóruns no Estado.



Mutirão de negociação fiscal, no Centro de Convenções de Pernambuco, em julho de 2015

Linha do Tempo

Início do Plano de Contingenciamento Administrativo, cujos resultados em economia foram direcionados à ampliação da prestação de serviços judiciais

FEVEREIRO/2014

Instituição do Grupo de Apoio Especial Cível e das Relações de Consumo para garantir prioridades e tratamento diferenciado ao idoso

Definição do cronograma de expansão do Processo Judicial Eletrônico até 2017, em toda a Justiça Estadual

ABRIL/2014

Duplicação da capacidade de julgamento nas Varas Cíveis do Recife

SETEMBRO/2014

Instalação das 1ª e 2ª Varas de Execução de Títulos Extrajudiciais

Criação da primeira Central de Agilização Processual, no Recife. Em 2015 mais duas seriam implantadas, em Caruaru e Petrolina

Implantação do TJPE Metas, permitindo o acompanhamento de cumprimento de metas nacionais por unidade do judiciário pernambucano

NOVEMBRO/2014

2014

Início das obras de construção civil dos fóruns de Arcoverde e Sertão

MARÇO/2014

Criação da primeira das três Câmaras Extraordinárias – Cível, Criminal e de Direito Público – instituídas para acelerar julgamentos no 2º Grau

AGOSTO/2014

Ampliação do Núcleo de Conciliação Pré-Processual na Central dos Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo da Capital para atendimento às demandas da Celpe. Em abril de 2015, seria a vez de convênio com a Compepa. O Núcleo estimula conciliação em nível administrativo, evitando o processo.

OUTUBRO/2014

Descentralização do 2º Grau mediante instalação da Câmara Regional do TJPE, sediada em Caruaru

DEZEMBRO/2014

Sedia o 103º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes dos Tribunais de Justiça, com a apresentação da exposição "Necessidades do Poder Judiciário frente ao desenvolvimento do Estado: o caso de Pernambuco", que mostra novos panoramas a serem enfrentados pela Justiça Estadual nos próximos 20 anos, antecipando demanda

JUNHO/2015

- Aprovação da Lei Complementar 310, definindo:
- Programa de contingenciamento de despesas
 - Criação da 3ª Vara de Violência Doméstica contra a Mulher do Recife
 - Criação de nova Vara de Execução Penal na Capital
 - Criação do 2º Juizado Cível de Petrolina
 - Duplicação da capacidade de julgamento das quatro Varas de Entorpecentes do Recife
 - Instituição da nova Política Diferenciada de Governança dos Executivos Fiscais
 - Implantação da Vara de Executivos Fiscais Municipais de Jaboatão
 - Estruturação do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico
 - Estruturação do Comitê Gestor das Metas
 - Estruturação da Diretoria Cível do 1º Grau da Capital
 - Reestruturação da Câmara Regional do TJPE, em Caruaru

DEZEMBRO/2015

2015

Adesão ao Programa de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais da Corregedoria Nacional de Justiça.

MARÇO/2015

Inauguração da primeira Central de Depoimento Acolhedor fora da Capital, em Camaragibe, na Região Metropolitana do Recife. Em 2015 seriam inauguradas mais duas centrais, em Caruaru e Petrolina

AGOSTO/2015

Instituição do Regime Diferenciado de Trabalho (RDT) vinculado à Central de Agilização Processual do 1º Grau, para sanear pendências cartoriárias em processos físicos nas varas da Capital

Implantação da Diretoria Cível do 1º Grau da Comarca da Capital, unificando secretarias das varas cíveis do Recife e concentrando atos cartorários referentes a processos eletrônicos numa só estrutura

SETEMBRO/2015

Inauguração do serviço de Secretaria Remota nos Juizados Especiais do Estado

OUTUBRO/2015

Novos Serviços inaugurados no biênio

Câmara

2014

- 1 | 1ª Câmara Regional do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco na Comarca de Caruaru

Varas

2014

- 2 | 3ª Vara Cível da Comarca de São Lourenço da Mata
 3 | Seções A e B das 34 Varas Cíveis da Capital*
 4 | Seções A e B das duas Varas de Execução de Títulos Extrajudiciais da Capital*

2015

- 5 | Vara Criminal de Belo Jardim
 6 | Vara dos Executivos Fiscais da Comarca de Jaboatão dos Guararapes
 7 | 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Jaboatão dos Guararapes
 8 | 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca da Capital
 9 | Vara Regional da Infância e Juventude da Comarca de Santa Cruz do Capibaribe

2016

- 10 | Vara de Execução Penal da Capital
 11 | Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher das Comarcas de Caruaru e Petrolina
 12 | Vara da Fazenda Pública da Comarca de Santa Cruz do Capibaribe
 13 | Novo endereço da Vara de Executivos Fiscais Municipais da Capital
 14 | Inauguração da Vara da Infância e Juventude de Goiana
 15 | Seções A e B das Varas de Entorpecentes da Capital*

*Estas seções representaram, na prática, a duplicação da capacidade de julgamento de cada vara.

Juizados

2015

- 16 | 25º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da Capital
 17 | 3º e 4º Juizados Especiais da Fazenda Pública na Capital

2016

- 18 | 2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da Comarca de Petrolina

Juizados Itinerantes

2014

- 19 | Juizado Especial Itinerante do Aeroporto
- 20 | Juizado Auxiliar Temporário Itinerante (JAI) de Petrolina

Centrais

2014

- 21 | Central de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Comarca de Petrolina
- 22 | Central de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Comarca de Jaboatão dos Guararapes
- 23 | Central de Depoimento Acolhedor de Camaragibe
- 24 | Central de Depoimento Acolhedor de Petrolina

2015

- 25 | Central de Agilização Processual da Capital
- 26 | Central de Flagrantes da Capital
- 27 | Central de Agilização Processual de Caruaru
- 28 | Central de Agilização Processual de Petrolina

Outros Serviços

2014

- 29 | Criação do Núcleo de Conciliação Pré-Processual dos Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo da Capital, inicialmente para casos envolvendo a Celpe. Posteriormente, instalou-se serviço semelhante para atender a usuários da Compesa e outras empresas consideradas grandes demandantes dos Juizados. A experiência foi levada a outras 17 unidades da Região Metropolitana do Recife e Interior, evitando processos e solucionando conflitos no ambiente administrativo com respaldo da Justiça.

- 30 | Casa de Justiça e Cidadania de Olinda

2015

- 31 | Serviço de Plantão de Flagrantes
- 32 | Secretaria Remota dos Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo da Capital

2016

- 33 | Casa de Justiça e Cidadania do Bongi

Projetos de destaque na gestão

● Expansão e consolidação do PJe

A expansão e consolidação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) movimentou esforços já nos primeiros dias do biênio 2014/2015. Com o Ato N° 333, de abril de 2014, passado pouco mais de um mês do início da gestão, a Presidência do TJPE definiu o cronograma de implantação em cada unidade judiciária pernambucana até se atingir 100% delas, em 2017. O PJe, reconhecido como uma revolução na velocidade de atendimento ao cidadão, alicerçou vários projetos da gestão do desembargador Frederico Neves como presidente do TJPE.

A rapidez da expansão fez o TJPE chegar a agosto de 2015 como a corte de Justiça Estadual com maior número de ações tramitando via PJe, segundo o CNJ. Dados divulgados pela entidade em outubro de 2015 mostram o Poder Judiciário de Pernambuco também entre os tribunais estaduais que mais avançam na implantação do sistema neste ano. A Justiça pernambucana figura entre as quatro que promoveram reduções mais significativas do tempo de tramitação dos processos e do gasto com insumos, ao lado dos tribunais do Rio Grande do Norte, Paraíba e Minas Gerais.

Ainda em sua posse como presidente, Frederico Neves anunciou o caráter prioritário da expansão do PJe em sua gestão. Também instituiu na estrutura organizacional do TJPE área específica para a administração do programa. O Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico de Pernambuco, que ficou sob presidência do desembargador Fábio Eugênio Dantas de Oliveira Lima e estabeleceu estudo aprofundado de expansão.

Ao fim da gestão, em fevereiro de 2016, são 189 unidades funcionando com o PJe, representando 35,5% da estrutura total: um incremento de 440% em relação ao início de 2014, quando ele funcionava em 35 unidades (6,7% da estrutura). O sistema foi implantado em gabinetes do 2º grau, varas judiciais, câmaras de conciliação, mediação e arbitragem, central de cartas de ordem, rogatórias e precatórias, juizados e em turmas recursais.

De fevereiro de 2014 a dezembro de 2015, em menos de dois anos, foram 184.357 processos sentenciados pelo sistema - até o início de 2014, o TJPE contabilizava 81.860 sentenças eletrônicas. Ao fim de 2015, 22,77% de todas as sentenças proferidas no 1º Grau foram via PJe. Ao realizar outra comparação de processos sentenciados, no PJe – 1º Grau, em 2015 e em 2013, verificamos que o total de sentenças eletrônicas aumentou 101%. Neste caso, as decisões dos magistrados passaram de 53.411 (em 2013) para 107.508 processos sentenciados (em 31/12/2015), considerando apenas no PJe. A utilização de papel foi drasticamente reduzida e paradigmas foram quebrados pelos mais variados benefícios. Entre eles, a possibilidade de despachos de magistrados, independente de horário e local, com pleno acesso ao processo.



Reunião de balanço sobre implantação do PJe, em dezembro de 2015

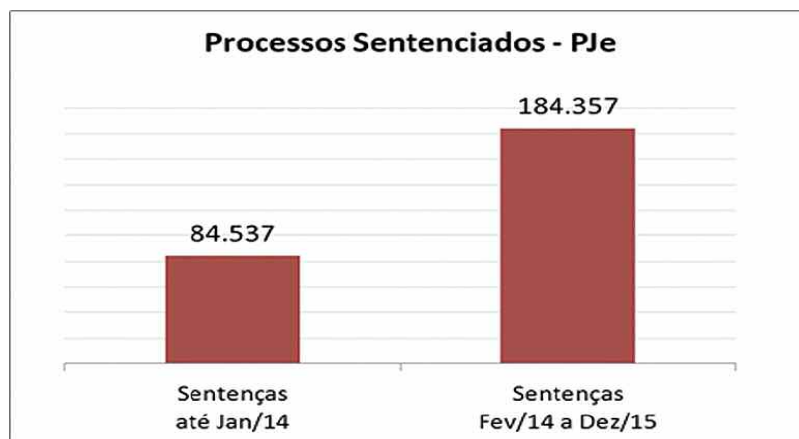
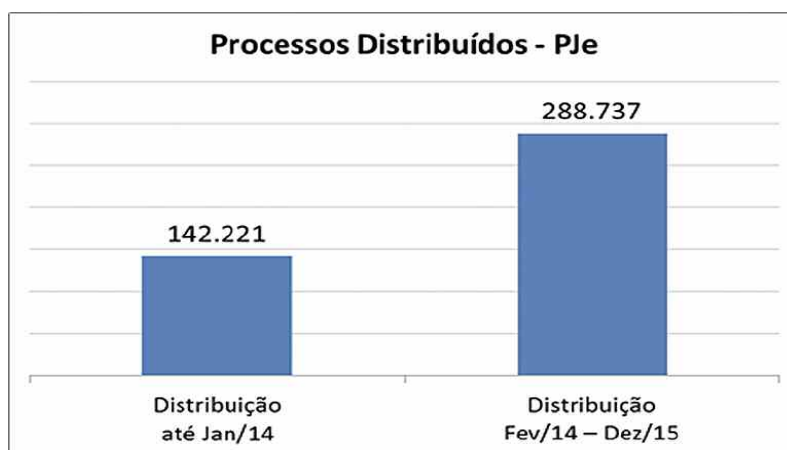
PJe
PROCESSO JUDICIAL
ELETRÔNICO

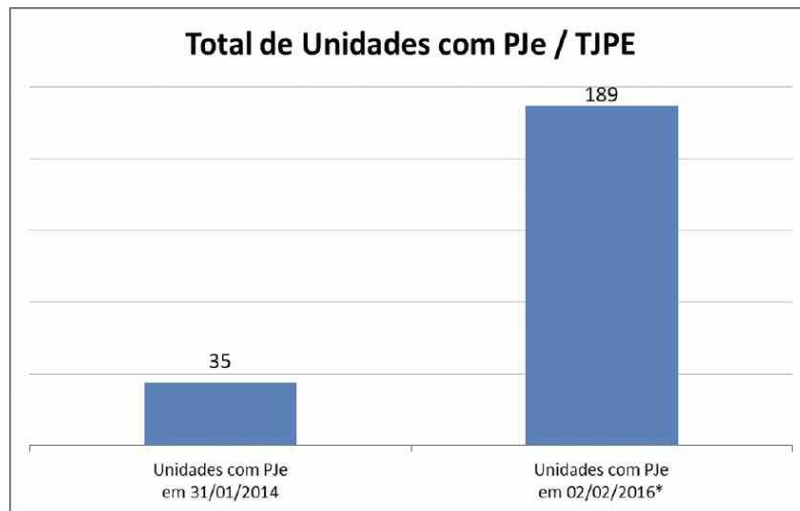
Para conhecer autos ou peticionar, o advogado não mais precisa se dirigir ao Fórum. Defensores, promotores e procuradores foram incluídos neste processo de mudança e possuem, dentro do sistema PJe, um painel próprio para visualizar as intimações e interagir com o Judiciário.

O programa de expansão da implantação passa por treinamentos com servidores, magistrados e operadores do Direito em todo o Estado. Também por investimentos em tecnologia, adequação e envolvimento de setores administrativos e judiciários. Entre parceiros importantes, a Seccional Pernambuco da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PE), a Defensoria Pública, o Ministério Público e procuradorias Estadual e municipais, que obedecem a prazos de adequação.

Para utilizar o PJe, advogados, defensores, promotores e procuradores adquirem certificação digital e fazem cadastro no PJe, no site do Tribunal, para que atos possam ser realizados em meio eletrônico. Os processos em papel existentes continuarão a tramitar em meio físico, mas caminha-se para a digitalização.

Entre as vantagens do PJe, citam-se a facilidade de acesso aos serviços judiciários, a redução de custos, o aumento da produtividade e a agilidade no trâmite processual. Há estimativas de que ele chegue a resultar numa redução de 75% do tempo de tramitação médio dos processos.

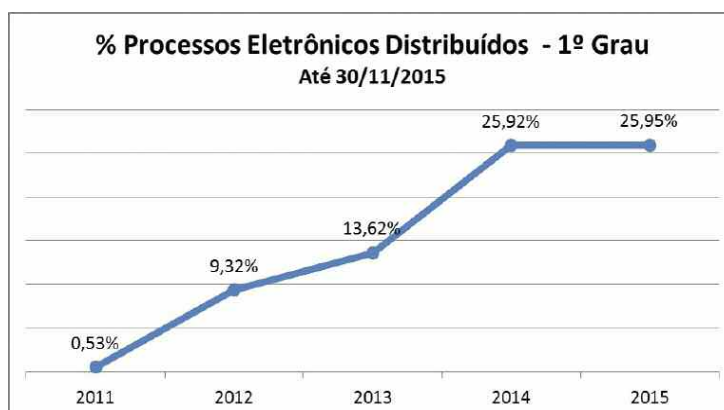




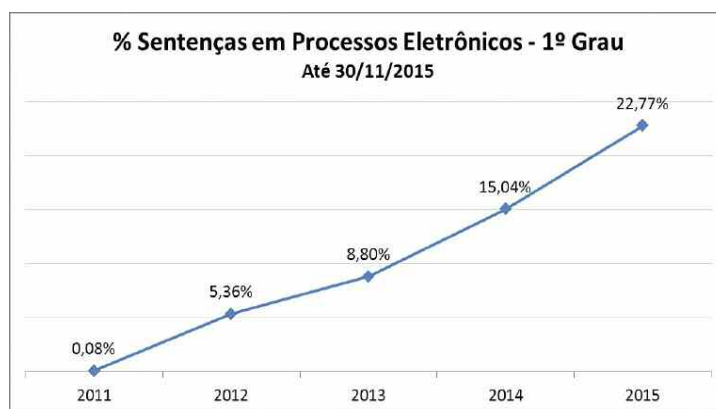
* Dados consideram as implantações previstas até 02/02/2016, em números absolutos.



* Dados consideram as implantações previstas até 02/02/2016.



Verifica-se, em levantamento realizado junto às bases de dados do PJe e do Judwin, que até 30/11/2015, 25,9% de todos os processos iniciados no 1º Grau (Juizados e Varas) do TJPE já circulam por meio eletrônico.



● Redução de despesas do TJPE para o equilíbrio das contas

Já no primeiro mês de atuação, a gestão definiu diretrizes para redução de despesas administrativas visando a manutenção da qualidade do serviço judiciário. A orientação foi de rigor em despesas como com diárias, material de consumo, viagens ao exterior, eventos e contratos de serviços terceirizados.

Em julho de 2015 a portaria N° 35 determinou planos de contingenciamentos aos diversos setores administrativos, na ordem de até 80% das despesas de 2014. Entre as medidas definidas, figuram a diminuição de gratificações e corte de 25% no contrato de terceirizados. Em novembro de 2015 o Tribunal de Justiça de Pernambuco definiu novas reduções de despesas com gratificações, extinção de alguns cargos comissionados e reorganização de sua estrutura.

O Plano de contingenciamento resultou numa diminuição de despesas na ordem de R\$ 8 milhões além dos R\$ 97,8 milhões previstos para serem economizados em 2016. Isso permitiu, por exemplo, a nomeação de trinta juízes, em janeiro de 2016, no lugar de dez que estavam previstos. As contratações custarão aos cofres do judiciário R\$ 7, 8 milhões por ano.

Além da redução de despesas trabalhou-se para o incremento de receitas e, em 2015, o TJPE arrecadou R\$ 30 milhões acima da expectativa em serviços notariais, depósitos bancários, taxas judiciárias e custas processuais. O aumento deu mais equilíbrio às perdas advindas da queda de repasses do Orçamento.

● Construções de fóruns, reformas, ampliações, instalações e melhorias das estruturas físicas

Dentro da priorização do 1º Grau, foram realizadas, obras de reformas e construções de vários fóruns e outros tipos de unidades judiciárias na Região Metropolitana do Recife e Interior. Em Serra Talhada e Arcoverde as obras civis foram iniciadas e inauguradas durante a gestão. O fórum de Goiana, também iniciado na gestão, tem previsão de conclusão em 2017. Foram ainda inaugurados os fóruns de Quipapá e Panelas, iniciados em 2013. Tiveram conclusão, ainda, as obras de construção do anexo do fórum de Pesqueira.



Serra Talhada – 8.668,36 m², com 17 varas, uma Central de Conciliação, uma Central de Cartas Precatórias, uma Sala de Depoimento Acolhedor e um Juizado Cível. Inaugurado em janeiro de 2016



Arcoverde – 8.668,36 m², com 17 varas, uma Central de Conciliação, uma Central de Cartas Precatórias, uma Sala de Depoimento Acolhedor e um Juizado Cível. Inaugurado em janeiro de 2016



Fórum de Panelas, inaugurado em dezembro de 2015



Fórum de Quipapá, inaugurado em dezembro de 2015



Galpões do almoxarifado e patrimônio em Jaboatão dos Guararapes



Goiana – 8.668,36 m² de área construída com dezessete varas, uma Central de Conciliação, uma Central de Cartas Precatórias, uma Sala de Depoimento Acolhedor e um Juizado Cível. A ser inaugurado em 2017

Em outubro de 2014 estavam concluídas as obras de ampliação do Centro Integrado da Criança e Adolescente (Cica), que em dezembro de 2015 inaugurava a subestação abrigada. Em 2014 foram concluídas obras de reformas dos Fóruns de Olin-da, Thomaz de Aquino e Câmara Regional, sediada em Caruaru. Em 2015 eram inauguradas obras de reforma e construção do anexo do Fórum de Altinho.

No Recife, o Fórum Rodolfo Aureliano ganhou reformas em 2014 e, em 2015 foram iniciadas obras de retirada de placas de granito. A estrutura incluirá, ainda, obras de instalação do Datacenter, com previsão de conclusão de etapa civil em março de 2016. O Fórum Thomaz de Aquino passou por reformas internas e externas, deixadas concluídas, e o Palácio da Justiça, sede do Poder Judiciário de Pernambuco, ganhou serviços de recuperação estrutural de sua cúpula.

Além das unidades judiciárias, também unidades administrativas receberam atenção. Foram concluídas construções dos galpões de almoxarifados e patrimônio do TJPE. Em 2014 foram ainda iniciadas obras dos fóruns de Paulista e Cabo de Santo Agostinho.

Como destaque, além das construções, houve trabalhos enquadrados como Grandes Reformas, beneficiando diversas unidades no Interior, sendo contabilizadas, em 24 meses de gestão, 24 iniciativas neste item, a saber:

GRANDES REFORMAS		
2014		
1	Fórum de Inajá	Janeiro
2	Fórum de Tracunhaém	
3	Vara e Juizados de Petrolina	
4	Juizado Especial Criminal de Afogados	
5	Fórum de Floresta	Março
6	Fórum de Buenos Aires	
7	Fórum de Correntes	
8	Juizado Especial da Copa (São Lourenço da Mata)	Maio
9	Fórum de Santa Cruz do Capibaribe	Agosto
10	Fórum de Cachoeirinha	Setembro
11	Câmara Regional do TJPE em Caruaru	Outubro
12	Juizado Especial Cível de Limoeiro	
13	Fórum de Itapissuma	Novembro
2015		
14	Fórum de Belo Jardim	Janeiro
15	Juizado Especial Cível de Vitória de Santo Antão	
16	Casa Oficial de Maraial	Abril
17	Fórum de Sirinhaém	Maio
18	Fórum de São Caetano	Junho
19	Fórum de Moreilândia	Agosto
20	Fórum de Gravata	
21	Fórum de Ibimirim	
22	Fóruns de Itaíba	Novembro
23	Fórum de Passira	
24	Fórum de Jupi	Dezembro

● Priorização do atendimento ao idoso em todos os Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo da Capital

Em julho de 2014 foi instituído o Grupo de Apoio Especial Cível e das Relações de Consumo do Idoso nos Juizados Especiais de Pernambuco para diminuir pendências envolvendo pessoas com mais de 60 anos. Ao longo da gestão foram realizadas duas Quinzenas Pernambucanas de Conciliação e Apoio ao Idoso e Mutirões Eletrônicos de Sentenças diminuindo o volume de ações nesta área. Após debates com o Ministério Público e entidades de apoio à pessoa idosa buscou-se solução para reduzir a duração dos processos com partes neste segmento.

Entre as soluções definidas, estão a distribuição dessas ações para todos os Juizados Cíveis e das Relações de Consumo da Capital, acabando com a concentração desses processos no Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Idoso. As ações relativas a pessoas acima de 60 anos passaram a obedecer a prioridade de atendimento prevista no Estatuto do Idoso, em todos os Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo da Capital. Isso fez o número de audiências desses casos saltar de dez ao dia para 130 audiências diárias reservadas para esse público na Capital. Desta forma, o Juizado do Idoso foi extinto e sua estrutura deu lugar, em setembro de 2015, ao 25º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da Capital.

● Instalação das Câmaras Extraordinárias Cível, Criminal e de Direito Público

A criação de três câmaras extraordinárias – Cível, Criminal e de Direito Público – pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco no segundo semestre de 2014 gerou resultados de impacto Judiciário estadual. Instituídas para agilizar o andamento de casos antigos em tramitação, as unidades julgaram 3.649 processos no biênio.

A Câmara Cível, criada em agosto, foi composta pelos desembargadores Carlos Moraes, Fábio Eugênio Oliveira Lima e Eudes França (presidente do colegiado). A Câmara Extraordinária Criminal foi presidida pelo desembargador Gustavo Lima e integrada pelos desembargadores Antônio de Melo e Lima e Mauro Alencar, que atuaram em regime cumulativo.

A 1ª Câmara Extraordinária de Direito Público recebeu processos em tramitação nas Câmaras de Direito Público. Foi integrada pelos desembargadores Ricardo de Oliveira Paes Barreto (presidente do colegiado), Alfredo Sérgio Magalhães Jambo e Jorge Américo Pereira de Lira, que atuaram em regime cumulativo.

As unidades ajudaram o TJPE a cumprir a Meta 1 do CNJ para 2015, de decidir mais processos do que o quantitativo de casos novos que ingressaram na Justiça no mesmo ano, e a melhorar seu desempenho na Meta 2, de julgar os processos mais antigos em tramitação. Cada uma das câmaras teve funcionamento originalmente previsto para 90 dias, prorrogável por mais 90 dias, com a primeira sessão no dia 16 de agosto - um sábado.

● Estímulos a servidores e magistrados

A realização de concursos com nomeação de 102 juízes foi uma das principais iniciativas da gestão. O presidente Frederico Neves convocou todos os 72 candidatos aprovados no certame concluído em 2014 para atuar em comarcas no Interior. Desses, 61 tomaram posse e entraram em exercício em fevereiro de 2015, depois de preparação com 480 horas pela Escola Judicial do TJPE.

Um novo concurso foi deflagrado para o cargo de juiz substituto do Tribunal de Justiça e, em janeiro de 2016, foi concluído com a aprovação de 100 candidatos. Em fevereiro, 30 aprovados tomaram posse e estão realizando curso de formação.



Encerramento do curso de formação inicial para novos juízes em janeiro de 2015

A magistratura também foi contemplada com medidas como a compensação de plantão, novo subsídio e julgamento de quase 300 editais de promoção. A diferença entre as Entrâncias foi reduzida e um fundo de segurança para magistrados foi proposto.

Em março de 2014, o TJPE prorrogou por dois anos, o concurso público de servidores efetivos. De janeiro de 2014 a outubro de 2015, foram nomeados 898 candidatos aprovados. Destes, 565 tomaram posse, vindo a integrar o quadro efetivo de servidores do TJPE. Entre estímulos, a principal iniciativa foi a aprovação, em julho de 2015, do Plano de Progressão Funcional. Regulamentada pela Resolução nº 381/2015, normatiza a movimentação na carreira de servidor ocupante de cargo efetivo. Também foram promovidos processos de seleção interna para atuação em mutirões, Copa do Mundo e para a função gratificada de assessor de magistrado.

● Duplicação da capacidade de julgamento nas Varas Cíveis do Recife

Sem aumento de estrutura física ou investimentos de porte, em setembro de 2014 as 34 Varas Cíveis do Recife tiveram sua capacidade de julgamento duplicada. Para isso, o TJPE dobrou o número de juízes de cada vara - de um para dois -, e aumentou o quantitativo de servidores atuando em cada vara – de nove para treze.

O horário de atendimento foi ampliado – das 7h às 19h, ininterruptamente. Com isso, cada vara foi dividida em Seções A e B, cada uma atendendo num turno. Ficava, assim, duplicada a capacidade de atendimento e julgamento. Naquele momento, as 34 Varas apresentavam acervo de 155.508 processos, 49% dos que tramitavam na comarca do Recife. Esse número foi reduzido para 102 mil, considerando os casos novos distribuídos no período. Em janeiro de 2016 o mesmo mecanismo de duplicação de julgamento foi implantado nas quatro Varas de Entorpecentes da Capital.

● Desenvolvimento e Implantação do TJPEMetas



O TJPE Metas pode ser acessado por qualquer magistrado ou servidor através da intranet do portal

Em novembro de 2014, servidores magistrados do TJPE passaram a contar com o TJPEMetas, programa que permite o acompanhamento do cumprimento das metas nacionais do Judiciário por unidade em Pernambuco e pode ser acessado via intranet. A primeira versão mostrou dados de todas as varas de 1ª, 2ª e 3ª entrâncias relativos às metas 1, 2, 4 e 6, além da taxa de congestionamento, facilitando o gerenciamento de unidades.

A segunda etapa do TJPEMetas contemplou informações sobre a Meta do Comitê Gestor da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), o 2º Grau de Jurisdição, proporcionando a visão completa da Justiça estadual e o diagnóstico das unidades jurisdicionais de forma individualizada. O objetivo é a qualidade da prestação de serviço à população.

O TJPEMetas foi resultado de trabalho conjunto das equipes de Parametrização das Metas da Presidência do TJPE e da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal (Setic), e ficou sob coordenação do desembargador Mauro Alencar. A ferramenta, tida como uma verdadeira revolução na gestão de processos no TJPE, facilita o acesso a uma série de informações, como percentuais de cumprimento das metas e listas dos processos pendentes de julgamento.

O TJPE Metas é atualizado diariamente e traz informações referentes ao estoque inicial de processos alcançados pelas metas e quantitativos de julgados e pendentes de julgamento. Além do número processual, a lista de feitos pendentes de julgamento disponibiliza dados sobre o último movimento registrado, com informações que podem ser exportadas para planilhas de excel.

● Criação de três Centrais de Agilização Processual

Em setembro de 2014, era inaugurada a primeira Central de Agilização Processual, na Comarca do Recife. Em outubro de 2015 passava a funcionar a segunda, na Comarca de Caruaru e, um mês depois desta, estava instalada a Central Agilização de Petrolina. As unidades tinham como objetivo acelerar o julgamento de processos alcançados pela Meta 2 do CNJ e os feitos relativos a presos provisórios. Até janeiro de 2016, julgaram cerca de 12 mil processos.

Servidores foram deslocados de áreas administrativas, passaram a atuar em Regime Diferenciado de Trabalho (RDT) e foram capacitados dentro de modelo de gestão por resultados, com metas e ação adequada a cada unidade. As Centrais de Agilização Processual ajudaram a melhorar o desempenho do TJPE na Meta 2/2015, que estabelece identificação e julgamento, até 31 de dezembro de 2015, de 80% dos processos distribuídos até 31 de dezembro de 2011.

A ação também aproveitou a força de trabalho dos novos juízes que tomaram posse em outubro de 2014, mas ainda não distribuídos entre comarcas. Eles faziam curso de capacitação na Escola Judicial, que definiu estágio nas Centrais de Agilização, também conhecidas como escritórios de sentenças.

● Instalação de duas Varas de Execução de Títulos Extrajudiciais

O mesmo ato que duplicou a capacidade de julgamento nas Varas Cíveis da Capital instalou as 1ª e 2ª Varas de Execução de Títulos Extrajudiciais, com funcionamento também a partir de 30 de setembro de 2014. Como nas varas cíveis, elas passaram a funcionar com dois juizes, cada, e regidas pelo mesmo horário, no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, na Ilha Joana Bezerra.

Ficaram responsáveis por processar ações de execuções cíveis em que o direito ao crédito já está garantido à parte cobradora. É o caso de ações munidas de documentações como notas promissórias, duplicatas, cheques, escrituras públicas ou outros documentos públicos assinados pelo devedor, que não precisam de uma decisão judicial definindo se os valores são devidos ou não.

Só no Recife tramitavam naquele momento aproximadamente 19 mil ações de execução de títulos extrajudiciais e a estas se relacionavam cerca de seis mil embargos (apreensão de bens de devedores). O quantitativo elevado apontava que essas demandas mereciam atenção especial porque aquelas ações relacionavam-se a processos onde o direito já é reconhecido pela ordem jurídica, bastando a ação judiciária para dar-lhe efetividade.

A instalação das Varas de Execução de Títulos Extrajudiciais, com competência exclusiva para ações de execução desses títulos, destinou a este tipo de demanda força e estrutura diferenciadas. Isso reduziu a carga de trabalho dos juizes das varas cíveis da Capital, permitindo a dedicação deles às demandas do Direito e favorecendo diretamente ao cumprimento de metas de julgamento.

● Descentralização do Tribunal mediante instalação da Câmara Regional de Caruaru

Após 192 anos de existência, o Tribunal de Justiça de Pernambuco descentralizou, em dezembro de 2014, a ação do 2º Grau do Palácio da Justiça, no Recife, criando a Câmara de Caruaru. A implantação da unidade, fixando desembargadores no Interior, facilita o acesso do cidadão do Agreste e Sertão a todas as fases do processo. Algumas comarcas estão a mais de oitocentos quilômetros da Capital.

Esta primeira Câmara no Interior funciona de forma itinerante e atinge a uma população de 2,3 milhões de habitantes do Agreste e 1,6 milhão do Sertão - um percentual de 43% da população pernambucana. A medida exigiu o acréscimo de duas turmas de desembargadores ao TJPE, aumentando de 46 para 52 o número de magistrados do 2º Grau. Em menos de um ano, quase 10 mil processos foram julgados pelo órgão colegiado.

A instalação da nova unidade do TJPE no Interior também promove a redução de custos para operadores do Direito e cidadãos. Sua inauguração contou com a presença do presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Francisco Falcão, que fez questão de ressaltar o caráter pioneiro no País, entre tribunais estaduais, da descentralização do 2º Grau pela Justiça Pernambucana.



Câmara Regional de Caruaru

● Investimento em tecnologia/1º lugar em porte entre tribunais estaduais

O Tribunal de Justiça de Pernambuco ficou em primeiro lugar, entre todos os tribunais do país, em porte em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). A colocação foi divulgada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em janeiro de 2015. O ranking trata da estrutura física e humana empregada pelos tribunais em tecnologia da informação e comunicação. Entre itens analisados, força de trabalho, governança e capacitações na área.

Em 2015 o TJPE deu atenção especial a cursos de capacitações. As práticas desenvolvidas para controles efetivos e a ampliação dos processos de segurança e desempenho em tecnologia de informação e comunicação também estiveram em foco. Houve investimentos importantes no quadro de pessoas, em capacitações e melhorias de processos envolvendo TIC e, conseqüentemente, no nível de maturidade da governança de tecnologia da informação. Isso está relacionado ao desenvolvimento de um conjunto estruturado de competências e habilidades estratégicas para profissionais de TI responsáveis pelo planejamento, implantação, controle e monitoramento de programas e projetos.

● TJPE adere a Programa de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais

O Programa de Governança Diferenciada inaugurou modelo de gestão nos Executivos Fiscais Municipais da Capital. O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) começou a integrar, em março de 2015, o projeto lançado pela Corregedoria Nacional de Justiça. A iniciativa passa por um modelo de administração das Varas de Executivos Fiscais Municipais em colaboração com os Poderes Executivo e Legislativo. A adesão do TJPE ao programa foi feita em encontro coordenado pela corregedora Nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi, envolvendo magistrados de cinco estados e tendo Pernambuco como sede.

As ações de Execução Fiscal correspondem a 52% de todos os processos em tramitação no Judiciário brasileiro. O número motivou gestores nos tribunais a buscar soluções para reduzir esse impacto. Para cidadãos e empresas, o programa representa a oportunidade de quitação de tributos em atraso com a burocracia reduzida.

REDUÇÃO – A atuação teve início com um regime especial adotado nas duas Varas de Executivos Fiscais Municipais da Capital. Para reduzir o acervo nas Varas de Executivos Fiscais Municipais da Capital, que correspondia a 38% do total de ações em tramitação na Justiça pernambucana, um plano de ação foi desenvolvido e o trabalho fez o número de processos que integravam o acervo das unidades cair de 722 mil para 441 mil. A atuação direcionada ainda resultou na realização de 3.903 bloqueios judiciais, no biênio, que somaram o valor de R\$ 31,4 milhões.

Em julho de 2015, o TJPE também realizou um Mutirão de Negociação Fiscal, em esforço conjunto com Governo do Estado, Prefeitura do Recife e Corregedoria Nacional de Justiça, no qual foram negociados mais de R\$ 200 milhões. E as Varas de Executivos da Capital foram unificadas, através da Lei Complementar N. 310, de dezembro de 2016, para dar espaço a uma nova unidade, com estrutura diferenciada, procedimentos padronizados e estímulo à conciliação e à regularização fiscal.

● Diminuição de pendências nas Varas de Executivos Fiscais do Recife

As Varas de Executivos Fiscais Municipais do Recife bloquearam, em 2014, R\$ 17 milhões de contas de devedores de IPTU e ISS no Recife. Um aumento de 484,46% em relação ao valor bloqueado em 2013 e que ficou em R\$ 3,5 milhões. Foram realizados, em 2014, 816 bloqueios, cinco vezes mais do que os efetuados no ano anterior. Em 2015 foram R\$ 14 milhões bloqueados, em 3.150 bloqueios. Os resultados foram possíveis graças a convênio celebrado com a Prefeitura do Recife ao fim de 2013 dentro de plano de ação encampado pelo TJPE.

Com ele, a Fazenda Pública Municipal ficou responsável pela emissão das cartas de citação aos devedores de tributos municipais. A Empresa Municipal de Informática da cidade do Recife (Emprel) desenvolveu o Sistema de Ajuizamento em Lote de Processos de Executivos Fiscais no Processo Judicial Eletrônico (Pje). Essa automatização agilizou o procedimento de ajuizamento de processos e, em 2014, permitiu o ajuizamento de cerca de 55 mil processos, evitando a prescrição de ações.

Muitos mecanismos do Programa de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais do CNJ foram incorporados. Para o trabalho como um todo o TJPE disponibilizou cinco juízes auxiliares e cinquenta servidores. Como aliados também a padronização de rotinas de trabalho. Em julho de 2015 o Mutirão de Negociação Fiscal negociou mais de R\$ 202 milhões. Os novos mecanismos de funcionamento deste setor foram oficializados com a Lei Complementar N. 310, de dezembro de 2016, que instituiu, entre outros, a Vara de Executivos Fiscais Municipais da Capital e a Política Diferenciada de Governança dos Executivos Fiscais. Unificou duas Varas de Executivos Fiscais da Capital existentes antes que acumulavam no início do biênio 2014/2015, 700 mil processos, volume reduzido para quatrocentos mil ao fim de 2015. Porém, o volume ainda representa 60% de todo o acervo de 1º Grau da Capital e, por isso, a estrutura diferenciada.

● Celebração de convênios com empresas para conciliação pré-processual nos Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo da Capital

Em outubro de 2014, o TJPE firmou convênio com a Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) para implantar um Núcleo de Conciliação Pré-Processual na Central dos Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo da Capital. A proposta foi resolver demandas da empresa ainda em fase administrativa, desafogando o Judiciário, diminuindo pendências judiciais para a empresa e buscando soluções ágeis para o consumidor. Em abril de 2015, foi a vez da Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) aderir à iniciativa.

As duas empresas juntas respondem por 20% das demandas dos Juizados, que passaram a ser recebidas por funcionários das próprias concessionárias, em plantão no local. Eles atendem e encaminham acordos respaldados pelo Judiciário, sendo que a Celpe tem conseguido 70% de conciliações e a Compesa chega a 90%. Diante do êxito, em outubro de 2015 o sistema foi expandido para o Fórum de Olinda.



Representantes do TJPE e Celpe, na assinatura de convênio com a Celpe



O presidente do TJPE, Frederico Neves, e o presidente da Compesa, Roberto Tavares, na assinatura de convênio com a empresa.

Antes de aderir ao projeto, Celpe e Compesa firmaram convênio que permite citações judiciais via Processo Judicial Eletrônico, com todos os facilitadores da tramitação virtual.

O estímulo à conciliação extrajudicial também calçou a formalização de convênios, em junho de 2014, com as empresa Sky e D'Acordo, representante da Volkswagen e Samsung. Em ambos os casos é viabilizado diálogo direto com setores jurídicos dessas empresas por meio de videoconferências em totens que, inclusive, entregam comprovantes automáticos. O ano de 2015 foi encerrando com mais de 200 acordos firmados.

● Criações de Centrais de Depoimento Acolhedor fora da Capital

Nesta gestão, o Programa Depoimento Acolhedor ganhou suas primeiras Centrais fora da Capital, instaladas nas comarcas de Petrolina e Camaragibe.

Nessas salas é usada a metodologia de Inquirição Especial de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, criando condições facilitadoras para o acesso a informações importantes aos processos. O ambiente é adequadamente projetado e fisicamente isolado das salas de audiências convencionais, e o acesso de profissionais é feito por meio de sistema de áudio e vídeo. Municípios ainda não beneficiados com essas estruturas podem usar centrais de comarcas próximas.

Conduzido pelo coordenado da Infância e Juventude do TJPE, desembargador Luiz Carlos de Barros Figueiredo, o Programa Depoimento Acolhedor foi um dos fatores responsáveis pela conquista, em outubro de 2014, pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, do Selo Ouro da Infância e Juventude. A certificação é do Conselho Nacional de Justiça em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e agraciou doze cortes estaduais nas categorias Ouro, Prata e Bronze.

Estatísticas – Os crimes contra crianças e adolescentes são praticados, na maioria das vezes, por parentes ou pessoas conhecidas da vítima. Segundo dados coletados pela Central de Depoimento Acolhedor da Capital, 62% das vítimas sofrem agressão na casa de familiares e 24% dos casos ocorrem na vizinhança. Apenas 4% dos autores da violência são estranhos à vítima.



O coordenador da Infância e Juventude do TJPE, desembargador Luiz Carlos de Barros Figueiredo, recebeu prêmio das mãos do ministro Ricardo Lewandowski, em Brasília

● Elaboração de estudo de cenários futuros orientando ações e investimentos até 2035

Em julho de 2015, no 103º Encontro de Presidentes de Tribunais de Justiça, no Recife, o TJPE apresentou estudo de cenários futuros em Pernambuco e seus impactos no Judiciário pernambucano até 2035. O trabalho foi feito por iniciativa do Centro de Estudos Judiciários (CEJ), que o desenvolveu com a Coordenadoria de Planejamento Gestão Estratégica e Orçamento (Coplan). A pesquisa foi executada pela TGI Consultoria, sob orientação do Judiciário, entre abril de 2014 e fevereiro de 2015.

A exposição do resultado do estudo foi feita na palestra “Necessidades do Poder Judiciário frente ao desenvolvimento do Estado: o caso de Pernambuco”. A pesquisa destacou áreas impactadas direta e indiretamente pelos investimentos públicos e privados de grande porte e orientou diretrizes para subsidiar o Planejamento Estratégico do Judiciário.

Com dados em mãos, foi traçado, inicialmente, o mapa estratégico do TJPE até 2022 - quando o TJPE comemora seu bicentenário - priorizando iniciativas, pela primeira vez, fundamentadas em estudos técnicos. Com

o cenário de demandas atuais e futuras, fica mais consistente a orientação administrativa e a programação do atendimento à população.

O planejamento foi condicionado a diversos fatores internos e externos. Entre fatores internos, as previsões orçamentárias. Por isso, o incremento de receitas próprias foi apontado como uma das prioridades. Como fator externo, repercussões da evolução socioeconômica do Estado no Poder Judiciário Pernambucano nos próximos vinte anos, apontando a situação atual e necessidades futuras.

O estudo levou em consideração itens como variação do Produto Interno Bruto (PIB), renda do Estado de Pernambuco, participação da mulher no mercado de trabalho e novos conceitos de família. Ainda envolveu investimentos públicos, envelhecimento da sociedade e consolidação da consciência dos direitos sociais.

Também analisou quadros como transição demográfica, propagação da internet e redes. Entre os dados usados, esteve a taxa de crescimento dos processos - por segmento de atuação da Justiça e por região de desenvolvimento do Estado. A pesquisa levou em consideração variações estatísticas dos processos judiciais dos últimos cinco anos nos segmentos Cível, Criminal, Fazenda e Infância e Juventude, indicando ainda aumento nos processos voltados para os direitos dos idosos no Estado.

Entre as constatações, a de que a demanda processual de Pernambuco terá um crescimento maior nas Zonas da Mata (Norte e Sul) e no Sertão (Central e do São Francisco) nas duas próximas décadas. Também foi apontada a redução dos processos na área criminal, bem como um aumento mediano nas ações judiciais da área da Infância e Juventude.

● Instituição do Regime Diferenciado de Trabalho (RDT)

A Portaria Nº 52, publicada em 11 de setembro de 2015, instituiu o Regime Diferenciado de Trabalho, de 1º de outubro de 2015 a 31 de janeiro de 2016, atuando em 28 unidades jurisdicionais na Comarca do Recife. Oitenta servidores foram deslocados temporariamente de áreas administrativas para reforçar equipe da Central de Agilização Processual do 1º Grau, incumbida de sanear pendências cartorárias em processos físicos nas varas da Capital. A capacitação e o acompanhamento do grupo do RDT foram feitos em parceria com a Coordenadoria de Planejamento, Gestão Estratégica e Orçamento (Coplan) e a Escola Judicial do TJPE.

O RDT foi regido em modelo de gestão por resultados, com metas a serem alcançadas e ação adequada aos casos específicos. A cada unidade solicitante foi levada uma equipe com um servidor com experiência em atividades cartorárias ou de gabinete (multiplicador), que orientava uma equipe de campo composta de dois a cinco servidores deslocados das áreas meio. Treze multiplicadores foram orientados, por sua vez, por dois coordenadores operacionais e, estes, por um magistrado coordenador geral do RDT. Como resultado quarenta mil documentos juntados, dez mil processos arquivados e mil caixas enviadas ao Arquivo Geral do TJPE. O trabalho mereceu elogios formais da corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi, destacando a criatividade da gestão em instituir soluções inovadoras na administração pública, mesmo em face de um momento de dificuldades orçamentárias. "Essas iniciativas, quando tomadas de moto-próprio, dizem de uma administração ágil; inteirada dos problemas existentes nos seus lindes; que não se acanha diante de limitações orçamentárias, mas, ao revés, age com criatividade, coragem e denodo no afã de atingir nosso principal mister: proporcionar bons serviços públicos", disse ela em ofício ao presidente do TJPE.

Secretaria móvel tornou-se permanente - Em janeiro de 2016 a Instrução Normativa Nº 02/2016 instituiu a Secretaria Móvel (Semov) como serviço permanente espelhado no Regime Diferenciado de Trabalho. Vinculada à Central de Agilização Processual da Capital e Região Metropolitana, ela passou a auxiliar unidades judiciais a sanear pendências cartorárias relativas a processos físicos. Também a implantar boas práticas de gestão, acelerando julgamentos e contribuindo para encerrar o acervo físico.

Os serviços da Semov priorizarão as unidades com maior acúmulo de serviço cartorário – a partir de solicitações de apoio por juízes e chefes de secretaria. A atenção especial recairá sobre os processos alcançados pelas Metas

Nacionais aprovadas para o ano de 2016 no 9º Encontro Nacional do Judiciário, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

● Implantação da Diretoria Cível do 1º Grau

Em setembro de 2015, o TJPE inaugurou a Diretoria Cível do 1º Grau da Comarca do Recife, criando um novo impulso para a diminuição do número de processos na Capital. Instalada no Fórum Rodolfo Aureliano, a Diretoria unificou secretarias das varas cíveis do Recife e passou a concentrar, numa só estrutura, atos cartoriais referentes a processos eletrônicos dessas unidades.

Dentro de uma visão conciliadora, a adesão ao projeto foi opcional. Assim, 54 das 68 seções que compõem as 34 varas cíveis da Capital aderiram ao projeto piloto (em setembro de 2014 as 34 varas cíveis do Recife foram duplicadas em seções A e B, perfazendo 68 seções). Todas passaram a ter uma única central para despachos, decisões e sentenças registradas em processos eletrônicos. Isso reservou às secretarias das varas que aderiram apenas atos cartorários referentes a processos físicos.

Como em agosto de 2015 a distribuição de novos feitos das seções A e B passou a ser feita obrigatoriamente por Processo Judicial Eletrônico, a expectativa é de que o acervo dos processos físicos seja reduzido gradativamente. Isso deixará servidores das secretarias disponíveis para reforçar o trabalho nos gabinetes dos juízes e assim se conseguirá colocar em dia as pendências das 34 varas cíveis do Recife.

O projeto da Diretoria Cível, elaborado pela equipe da Presidência do TJPE, possibilita a padronização de procedimentos e o treinamento específico e contínuo da equipe. Com a primeira meta alcançada, será possível implantar novo regimento de cronogramas, que prevê, por exemplo, prazo de cinco dias para cada movimentação, agilizando a prestação jurisdicional e melhorando sua qualidade. Coordenada pela juíza Cíntia Daniela Bezerra de Albuquerque, a Diretoria está sendo tida como uma conquista decisiva para desafogar as varas cíveis, acelerando a movimentação de processos por meio virtual.



Frederico Neves na inauguração da Diretoria Cível

● Criação de Secretaria Remota para Juizados Especiais

Inaugurado em outubro de 2015, o serviço de Secretaria Remota passou a prestar auxílio às secretarias dos juizados mais distantes da Capital, para atos cartorários pendentes de cumprimento. A secretaria agrega força de trabalho ao Juizado auxiliado, possibilitando a distribuição de esforços para solução dos gargalos existentes.

A Secretaria Remota movimentará exclusivamente feitos que tramitam via Processo Judicial Eletrônico (PJe) nos Juizados Cíveis de todo o Estado, cumprindo despachos, decisões e sentenças. Dessa forma, reserva-se às secretarias dos Juizados a prática de atos cartorários referentes apenas a processos físicos. Nesta etapa de implantação, a unidade auxilia 1º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Paulista, município da Região Metropolitana.

Módulo de gravação de audiências – Na mesma data em que se instalou a Secretaria Remota, o TJPE inaugurou o primeiro módulo de gravação de audiências em um Juizado Especial Cível. A unidade escolhida para dar início ao projeto foi o 9º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da Capital. Todos os Juizados Criminais já dispõem desse aparato, que gradualmente será implantado nos mais de quarenta Juizados Cíveis e das Relações de Consumo de todo o Estado.

● Descentralização da tramitação de processos cíveis em juizados da Capital

Em outubro de 2015 o Tribunal de Justiça de Pernambuco descentralizou a tramitação dos processos de juizados especiais cíveis em fase de execução da Central de Execuções Cíveis, desativando-a. Essa tramitação foi transferida para os 22 Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo da Capital, conferindo mais celeridade.

Com a transferência da execução dos processos aos 22 juizados, pode-se encerrar as atividades da Central, que já não recebia processos em virtude de cada Juizado cumprir com a execução de suas sentenças, e utilizar a estrutura física e de pessoal para instalar mais duas unidades de Juizado Especial da Fazenda Pública.

● Inauguração de sessão de julgamento por videoconferência

Um marco para o judiciário pernambucano: a primeira sessão de julgamento por videoconferência no TJPE foi realizada no dia 15 de dezembro de 2015. A iniciativa foi da 2ª Câmara Criminal e julgou 42 processos, inclusive com sustentação oral do advogado na tribuna.

A expectativa é de que a experiência sirva de paradigma para as demais cortes do país, atuando como solução para julgamentos em que não haja a possibilidade de presença física de um dos integrantes da Câmara. No caso deste, o desembargador Mauro Alencar encontrava-se em Brasília por convocação do Superior Tribunal de Justiça.

● Implantação de nova organização do Judiciário Pernambucano

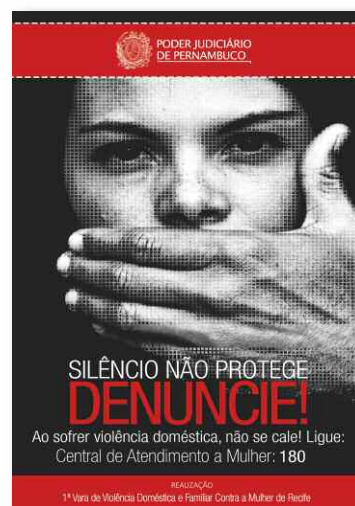
O fim de 2015 veio com alterações no Código de Organização Judiciária definindo inovações em diversas unidades. Entre as medidas, a criação de mais uma vara de Execução Penal, específica para a comarca do Recife. Ainda, a duplicação na capacidade de julgamento das Varas de Entorpecentes da Capital, nos moldes do que foi realizado, em 2014, nas Varas Cíveis do Recife. Também a implementação definitiva do projeto de audiência de custódia na Capital e a criação da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Recife. Foi definida ainda a criação do 2º Juizado Cível de Petrolina; a implantação da Vara de Executivos Fiscais Municipais de Jaboatão; e o novo modelo de política de Execução Fiscal na Capital.

Estabeleceu-se a estruturação do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, do Comitê Gestor das Metas e da Diretoria Cível do 1º Grau da Capital, além da reestruturação da Câmara Regional do TJPE, sediada em Caruaru.

● Instalação de três varas dirigidas à causa da violência contra a mulher

A instalação, em 2016, de três varas dirigidas à causa da violência contra a mulher coroaram ações relacionadas à questão na gestão 2014/2015. Foram instituídas as Varas de Violência Familiar e Doméstica das Comarcas de Caruaru e Petrolina e a 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca da Capital. Desde o início do biênio, o TJPE abraçou iniciativas no que diz respeito à violência contra a mulher.

Um dos momentos marcantes foi a adesão a um movimento do judiciário nacional de combate à violência doméstica, em março de 2015. O presidente do TJPE, Frederico Neves, fez questão de sediar reunião preparatória para a Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa. Enviou ofício aos juízes do Estado solicitando esforço para o agendamento do maior número possível de audiências e julgamentos de casos de violência contra a mulher. Atenção especial foi dada para casos de homicídios, e



a ação abrangeu a Câmara Criminal, que priorizou recursos em torno da Lei Maria da Penha. Foram agendadas mais de duas mil audiências envolvendo crimes contra a mulher.

Diversos departamentos do TJPE, durante toda a gestão, dirigiram atenção especial ao tema, a exemplo do Memorial da Justiça. A unidade realizou debates em torno da causa feminina, além de treinamentos e oficinas com reeducandas do sistema prisional. Ainda em 2014, a campanha contra a violência doméstica, idealizada pela 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do Recife, contou com apoio da gestão. Cartazes elaborados pelo Núcleo de Imagem da Assessoria de Comunicação Social do TJPE circularam em 960 ônibus, em parceria com o Grande Recife Consórcio de Transporte, e nas redes sociais, estimulando denúncias sobre situações e episódios de agressões às mulheres.

● Elaboração do Anteprojeto do Regimento Interno do TJPE

A gestão 2014/2015 deixou entregue à Comissão de Organização Judiciária e de Regimento Interno (Cojuri), o anteprojeto do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco (RITJPE). Uma das motivações do trabalho foi adequar o RITJPE ao Novo Código de Processo Civil, que entra em vigor em março de 2016.

O anteprojeto foi elaborado por comissão especial presidida pelo desembargador Frederico Neves, chefe do Judiciário Pernambucano, e teve como relator o desembargador Fábio Eugênio de Oliveira Lima. O documento será submetido ao Pleno ainda no primeiro semestre de 2016, propondo melhor organização do Sistema Judiciário Estadual, com medidas que devem impactar positivamente na rotina de operadores do Direito.

Entre as preocupações do novo texto do Regimento Interno, está evitar situações geradoras de contradições, contribuindo para prestação de serviços mais rápidos e seguros. O documento, que trata de normas que regulam atividades do Tribunal de Justiça de Pernambuco e é tido como a Constituição da Casa, rege, inclusive, a competência e o funcionamento dos órgãos jurisdicionais e administrativo.

● Instalação da Vara de Execução Penal da Capital

Em janeiro de 2016 o TJPE inaugurava a Vara de Execução Penal da Capital, no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano. A unidade iniciou trabalhos com um acervo de aproximadamente oito mil processos, redistribuídos da 1ª Vara Regional de Execução Penal de Pernambuco. Foi um atendimento às expectativas do sistema carcerário no



Instalação da Vara de Execução Penal da Capital, em janeiro de 2016

Estado. Antes de sua criação, já havia declarado Regime Especial na 1ª Vara Regional de Execução Penal.

Atenção especial a questões envolvendo execuções penais foi dada na gestão 2014/2015. Em Abril de 2014, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça, o TJPE iniciou mutirão carcerário no Complexo Prisional do Curado.

Durante o mutirão foram analisados 5.184 processos, quando 380 presos definitivos obtiveram progressão de regime, 168 o livramento, 33 a extinção da pena e um o indulto. Dos presos provisórios, 33 obtiveram o relaxamento, 191 a liberdade provisória e 63 tiveram alguma medida cautelar diversa da prisão. Em 1.748 processos os pedidos de liberdade ou benefícios foram indeferidos. Participaram 18 juízes e 18 servidores, com apoio do Ministério Público e Defensoria Pública.

Em maio de 2014, o TJPE promoveu o primeiro mutirão para a avaliação de processos realizado exclusivamente pelo Judiciário estadual em presídios femininos, envolvendo as unidades prisionais do Bom Pastor e Abreu e Lima. Analisou 576 processos de presas definitivas, concedendo 115 benefícios, entre livramento condicional e progressão de regime. Em setembro de 2014, a 1ª Vara de Execução Penal do Estado realizou inspeção no Complexo Prisional do Curado, retirando armas e drogas da unidade.

Em outubro de 2014, o TJPE celebrou convênio com a Defensoria Pública quanto ao Programa de Execução da Pena de Prestação de Serviços à Comunidade, desenvolvido pela Vara de Execuções de Penas Alternativas (Vepa). A Defensoria passou a receber sentenciados para trabalhar em suas unidades, contribuindo para a reinserção social.

Projetos complementares

● Copa do Mundo

O Tribunal de Justiça de Pernambuco montou esquema especial de atendimento voltado à Copa do Mundo do Brasil. A Justiça estadual instituiu o Grupo de Trabalho de Trabalho Copa do Mundo, sob coordenação geral do desembargador Luiz Carlos Figueiredo, onde também atuaram a coordenadora geral dos Juizados Especiais, juíza Ana Luiza Câmara, e o juiz titular do Juizado do Torcedor, Ailton Alfredo de Souza. O esquema envolveu mais de 450 pessoas do Judiciário, entre magistrados e servidores.

Três postos avançados funcionaram na Região Metropolitana do Recife, com serviços no Aeroporto Internacional do Recife, na Arena Pernambuco e no município de São Lourenço da Mata. Plantões Judiciários atenderam em horário diferenciado durante a realização do torneio em 15 municípios. Foram recebidas demandas de relações de consumo, cíveis, criminais, da infância e da juventude e do torcedor.

O posto avançado do Aeroporto dos Guararapes Gilberto Freyre, no Recife, iniciou atividades em 2 de junho, com o Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo atendendo 24 horas diariamente. Com este serviço o cidadão pôde resolver problemas como



overbookings, extravios de bagagens e atrasos ou cancelamentos de voos. Também houve serviço especializado na Infância e Juventude, atuando 24 horas por dia, sem interrupção, entre os dias 12 e 30 de junho e, entre 1º e 13 de julho, estendendo-se das 7h às 19h, todos os dias da semana.

A Arena Pernambuco contou, além do serviço especializado para a Infância e Juventude, com o Juizado Especial do Torcedor (Jetep), ambos funcionando em dias de jogos no estádio, com início duas horas antes da partida e término duas horas depois do apito final. Esse posto avançado realizou os atendimentos urgentes solicitados dentro do estádio. O Jetep processou, julgou e executou as causas criminais estabelecidas no Estatuto do Torcedor no que diz respeito à repressão à violência e casos de defesa do consumidor.



No Fórum de São Lourenço da Mata também houve plantões em dias de jogos na Arena Pernambuco, para atender casos de competência cível – relações de consumo e contratos, entre outros – e de competência criminal ocorridas no município. Os serviços ficaram disponíveis das 13h às 21h nos dias de partidas da Copa do Mundo no Recife. No anexo do Fórum eram atendidos casos urgentes relacionados à Infância e Juventude no município nos dias de jogos, com plantão iniciados duas horas antes e terminando duas horas após as partidas.

Em dias de jogos da seleção brasileira de futebol e também aos sábados, domingos e feriados, os 15 Plantões Judiciários Regionais do Estado funcionaram em regime diferenciado. Dezenas de magistrados, servidores e voluntários participaram das ações da Justiça estadual no torneio.

A maior parte dos atendimentos deveu-se à falta de informação aos passageiros, cancelamento e atraso de voos, além de problemas com bagagens. Também registraram-se casos de venda de passagens acima da capacidade da aeronave, falta de assistência pela companhia aérea e retificação do nome do cliente no bilhete.

O posto da Arena Pernambuco notificou treze transações penais, envolvendo 11 brasileiros e dois estrangeiros. Nas 15 comarcas sedes em que o Tribunal atuou durante a Copa contabilizaram 302 ocorrências, sendo 253 criminais, 29 da Infância e Juventude, e 20 cíveis.

Entre benefícios trazidos ao TJPE pela atuação no torneio, a transformação posterior do anexo do Fórum de São Lourenço da Mata na 3ª Vara Cível do município. Também a melhoria das relações com outras instituições, a evolução da estrutura de atendimento do Posto Avançado da Infância e Juventude e a maior integração conquistada entre os setores e pessoas em relação à instituição.

Antes da Copa do Mundo houve treinamento na Copa das Confederações, promovida de 15 de junho a 30 de junho de 2013, para aprimorar a atuação da Justiça na Copa do Mundo. A partir das ações desenvolvidas em 2013, ajustes operacionais fundamentais permitiram desenvolver um trabalho marcado pela competência e produtividade.

● 1ª Reunião de Trabalho de Gestores de Precatórios de Tribunais Brasileiros

O TJPE sediou em outubro de 2014, a 1ª Reunião de Trabalho de Gestores de Precatórios de Tribunais Brasileiros. Precatório é documento pelo qual o Poder Judiciário requisita ao ente público (União, estado ou município) o pagamento por condenações em processos judiciais. O evento foi organizado pela juíza

pernambucana Ana Cláudia Brandão, coordenadora do Núcleo de Precatórios do TJPE. Como objetivo, a troca de experiências sobre gestão de precatórios nos diversos Estados; a cooperação permanente entre os tribunais e a busca por mecanismos para agilizar o pagamentos dos precatórios.



● 103º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes dos Tribunais de Justiça

Em junho de 2015, o Tribunal de Justiça de Pernambuco foi sede do 103º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes dos Tribunais de Justiça. Como objetivo, a uniformização da aplicação de boas práticas de prestação de serviços jurisdicionais. Entre temas discutidos, a implantação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos frente ao Novo Código de Processo Civil, sob coordenação do ministro do Superior Tribunal de Justiça Marco Aurélio Gastal de Buzzi.

Outra pauta foi a atuação do Conselho Nacional de Justiça nos seus dez anos de existência, que envolveu assuntos como proibição da prática do nepotismo e a exigência de ficha limpa de postulantes a funções de confiança ou cargos em comissão no Poder Judiciário. Ainda em debate, a implantação de uma política de gestão por resultados, com o estabelecimento de metas e indicadores para o Judiciário.

A programação de debates e palestras foi realizada no Sheraton Reserva do Paiva Hotel & Convention Center, no Cabo de Santo Agostinho. No evento, o TJPE também promoveu a exposição “Necessidades do Poder Judiciário frente ao desenvolvimento do Estado: o caso de Pernambuco”. Mostrou resultados de estudo do Poder Judiciário Pernambucano sobre os novos cenários a serem enfrentados pela Justiça Estadual nos próximos vinte anos.

Os tribunais de justiça representam o maior segmento da Justiça Nacional, uma vez que respondem por quase 78% da prestação jurisdicional no País.



Metas do CNJ

No Biênio 2014/2015 o Tribunal de Justiça de Pernambuco colocou em prática diversos mecanismos para o cumprimento de metas definidas pelo Conselho Nacional de Justiça para diminuição de pendências e agilização do atendimento, entre empenhos, mutirões, semanas de conciliação e mudanças na estrutura judiciária. Tramitam na Justiça pernambucana aproximadamente 1,8 milhão de processos, o que equivale a dizer que a cada dez pernambucanos, dois têm processos na Justiça. Por ano, mais de 480 mil processos ingressam na Justiça do Estado. São 1.340 processos por dia, 40.200 por mês.

Uma das primeiras iniciativas para acelerar trabalhos foi a expansão do Processo Judicial Eletrônico. Também a duplicação da capacidade de julgamento nas Varas Cíveis da Capital, a partir, entre outros, da expansão do horário de atendimento – com 12 horas ininterruptas. Outras ações de destaque foram o regime especial nas Varas de Executivos Fiscais da Capital e a implantação nas Varas de Execução de Títulos, entre outras iniciativas.

Em novembro de 2014 o CNJ divulgava balanço mostrando que o Tribunal de Justiça de Pernambuco era o tribunal estadual do país com o melhor Índice de Atendimento à Demanda (IAD). Significa que conseguiu solucionar um número de processos maior do que a quantidade ingressada na Justiça em 2013, reduzindo o estoque de ações pendentes de julgamento. Com 151% de cumprimento do IAD, o TJPE superou a média nacional de 98%. Em 2012, o TJPE tinha a marca de 82%.

O TJPE também passou de 44% no índice de eficiência para 79% em 2014, ficando dentro da média nacional. Em novembro de 2015 já tinha conseguido cumprir a Meta 2 estabelecida para o 2º Grau da Justiça estadual. A Meta define como prioridade o julgamento de processos antigos, estabelecendo que o 2º Grau da Justiça estadual deve julgar, até 31 de dezembro deste ano, 80% dos processos distribuídos até 31 de dezembro de 2011.

Em 2015 foram julgados 1.875 processos em tramitação no 2º Grau do TJPE. Com isso, conseguimos cumprir 100,99% da meta. Como reforço para os trabalhos foram criadas três Câmaras Extraordinárias. Compostas por três desembargadores cada, as unidades funcionaram em regime de mutirão, inclusive aos sábados, para julgar os processos mais antigos em tramitação na Justiça pernambucana.

O esforço não se restringe ao 2º Grau. Em maio de 2015, divulgação do levantamento do CNJ mostrou que a Justiça de Pernambuco superou a média nacional no cumprimento da Meta 1 de 2014 estabelecida para o Judiciário. Foram 341.188 processos julgados, fazendo com que o TJPE atingisse a marca de 96,65% de cumprimento, acima da média de 92% de toda a Justiça estadual. A Meta 1 estabelece que todos os Tribunais devem julgar mais processos do que a quantidade que ingressou no Judiciário no mesmo ano.

Destacam-se medidas como a ida do 2º Grau ao interior com a Câmara Regional de Caruaru, a criação da Central de Agilização Processual, a realização da Quinzena Estadual do Júri, o estabelecimento de mutirões e a ampliação do horário das 34 Varas Cíveis da Capital.

O relatório do CNJ apontou ainda que o TJPE superou a Meta 1 estabelecida para o 2º Grau de Jurisdição em 2014. O tribunal recebeu 34.749 ações nessa instância, porém foram julgados 41.042 processos, o que significa uma taxa de 118,11% de produtividade.

Os Juizados Especiais de Pernambuco também conseguiram julgar mais processos do que o número de ações que ingressaram em 2014 e obtiveram 102,93% de cumprimento. Foram julgadas ao todo 103.570 ações, quando a meta era atingir 100.623.

Em agosto de 2014 o CNJ mostrava o TJPE no conjunto das quatro cortes estaduais com melhores práticas de penas alternativas. Foi também a com maior número de unidades premiadas na Semana Nacional do Júri naquele ano. O empenho na implantação do PJe e dos mecanismos digitais conferiu ao Tribunal o título de Corte

Estadual com melhor porte em tecnologia da informação em 2014 e, em 2015, o posto de Tribunal com maior números de processos tramitando no PJe.

Em fevereiro de 2014, o CNJ divulgava balanço segundo o qual o TJPE foi recordista em número absoluto de processos julgados em 2014 dentro da Meta de Persecução Penal de Ações Penais em Tramitação, do Comitê da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp). Julgaram-se 2.312 ações referente a crimes dolosos contra a vida entre setembro de 2013 e outubro de 2014. Em julho de 2015, a Corregedoria Geral recebia menção honrosa do CNJ por práticas inovadoras na Semana de Conciliação.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO % DE CUMPRIMENTO DAS METAS CNJ/2014								
GRAU DE JURISDIÇÃO	META 01		META 02		META 04		META 06	
	JAN/2014	DEZ/2014	JAN/2014	DEZ/2014	JAN/2014	DEZ/2014	JAN/2014	DEZ/2014
1º GRAU	80,06%	90,33%	31,79%	51,19%	14,58%	26,19%	30,25%	36,55%
2º GRAU	97,86%	118,11%	87,26%	108,40%	60,61%	80,83%	57,65%	77,29%
JUIZADOS CÍVEIS	79,22%	104,43%	95,36%	99,79%	Não compete	Não compete	Não compete	Não compete
JUIZADOS CRIMINAIS	52,56%	75,69%	87,38%	96,09%	-	-	Não compete	Não compete
JUIZADOS DA FAZENDA	127,84%	170,86%	100%	100%	Não compete	Não compete	Não compete	Não compete
TR - CÍVEL	90,91%	81,18%	59,02%	60,92%	Não compete	Não compete	Não compete	Não compete
TR - CRIMINAL	-	51,80%	89,89%	89,89%	-	-	Não compete	Não compete
TR - FAZENDA	-	64,23%	-	-	Não compete	Não compete	Não compete	Não compete

META 01: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

META 02: Identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos:

Na Justiça Estadual, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º grau, e até 31/12/2011, no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011, nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais Estaduais.

META 04: Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, sendo que: na Justiça Estadual, na Justiça Militar da União e nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais, as ações distribuídas até 31 de dezembro de 2012, e na Justiça Federal e no STJ, 100% das ações distribuídas até 31 de dezembro de 2011 e 50% das ações distribuídas em 2012.

META 06: Identificar e julgar, até 31/12/2014, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2011, no 1º Grau e no TST, e até 31/12/2012, no 2º Grau.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO % DE CUMPRIMENTO DAS METAS CNJ/2015								
GRAU DE JURISDIÇÃO	META 01		META 02		META 04		META 06	
	JAN/2015	DEZ/2015	JAN/2015	DEZ/2015	JAN/2015	DEZ/2015	JAN/2015	DEZ/2015
1º GRAU	101,38%	107,09%	69,30%	81,51%	47,25%	62,70%	35,38%	43,31%
2º GRAU	76,50%	91,18%	97,65%	109,17%	118,92%	134,00%	65,80%	82,03%
JUIZADOS CÍVEIS	87,98%	103,00%	95,28%	99,22%	Não compete	Não compete	Não compete	Não compete
JUIZADOS CRIMINAIS	53,13%	73,42%	88,37%	96,33%	-	142,86%	Não compete	Não compete
JUIZADOS DA FAZENDA	172,31%	115,61%	92,31%	99,34%	Não compete	Não compete	Não compete	Não compete
TR - CÍVEL	85,55%	117,25%	80,59%	80,92%	Não compete	Não compete	Não compete	Não compete
TR - CRIMINAL	-	262,07%	-	-	-	-	Não compete	Não compete
TR - FAZENDA	105,71%	87,35%	74,31%	74,31%	Não compete	Não compete	Não compete	Não compete

META 01: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

META 02: Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos:

Na Justiça Estadual, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2011, no 1º grau, e até 31/12/2012, no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais Estaduais.

META 04: Identificar e julgar até 31/12/2015 pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2012

META 06: Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012, no 1º Grau, e até 31/12/2013, no 2º grau.



Gestão Judiciária

Apresentação

Este capítulo detalha como setores judiciários se organizaram para compor objetivos da gestão 2014/2015. Um trabalho que mostra números, por trás dos quais estão milhares de cidadãos pernambucanos. Envolve temas como casamentos, famílias, adoção de crianças e jovens, dívidas, liberdade e paz. Situações que mudam a vida das pessoas.

Ao longo do biênio 2014/2015 o Tribunal de Justiça mobilizou-se para diminuir o número de pendências em processos. Organizou mutirões, semanas de conciliação. Inovou, criando nossos serviços e estratégias para atender aquele que recorreu à Justiça Estadual em busca de solução.

Foram inauguradas Centrais de Arbitragem em Petrolina e Jaboatão, e o Sistema de Centrais atendeu quase 110 mil pessoas em mais de 40 mil audiências. Também criou o Grupo Itinerante de Mutirões de Conciliação, formado por servidores efetivos. Com ele, interiorizou atividades de conciliação, levando ações para as comarcas de Caruaru, Olinda, Serra Talhada, Orobó e Araripina. A ideia é expandir para as demais comarcas.

A Ouvidoria registrou 13,6 mil manifestações, das quais 11,5 mil foram resolvidas e outras duas mil encontram-se em andamento.

Por sua vez, a Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Pernambuco apresentou o maior número de ações desenvolvidas entre as 27 coordenadorias da infância no País. Conquistou o Selo Ouro da Infância e Juventude do Conselho Nacional de Justiça em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Ao fim de 2015 inaugurou o projeto Conhecer Virtual, que promove videoconferências entre crianças e adolescentes do Cadastro Nacional de Adoção com pretendentes à adoção que residem no exterior. Uma ação que promete facilitar a adoção de milhares de pernambucanos em busca de uma família.

Os Juizados Especiais Cíveis de Pernambuco e das Relações de Consumo, entre outros feitos, conduziram ações como a reorganização do atendimento às demandas envolvendo pessoas idosas e o estímulo à conciliação pré-processual. Foram celebrados convênios com a Celpe e Compesa, maiores demandantes de queixas. Essas concessionárias passaram a solucionar mais de 70% dos casos de forma administrativa, evitando milhares de processos judiciais e dando rapidez no atendimento ao consumidor. Uma experiência levada rapidamente a várias outras comarcas.

O Comitê Gestor de Precatórios teve como desafio diminuir o tempo de espera para que o jurisdicionado experimentasse efetivamente o resultado prático nas demandas ante a Fazenda Pública. Houve considerável baixa no acervo do setor. A proposta foi chegar a este cidadão e prestar o serviço público com eficiência, criatividade e dedicação.

Ao longo deste capítulo será possível conhecer informações que em favor da cidadania pernambucana. Um trabalho de magistrados e servidores empenhados em mostrar que, mesmo diante de uma crise financeira nacional severa, (colocar vírgula) como a atual foi possível não só fazer, mas também surpreender.

Juizados Especiais

Os Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo perseguiram a proposta de diminuição de pendências judiciais, desenvolvendo iniciativas que romperam paradigmas. Respaldo pela Presidência do TJPE, conduziu ações como a reorganização do atendimento às demandas envolvendo pessoas idosas e o estímulo à conciliação pré-processual. Como destaque neste setor, convênios com a Celpe e Compesa, maiores demandantes de queixas nas Relações de Consumo. Essas concessionárias passaram a solucionar, com respaldo da Justiça Estadual, mais de 70% dos casos de forma administrativa, evitando milhares de processos judiciais, dando rapidez no atendimento às necessidades do consumidor.

No biênio 2014/2015 foram coordenados diversos mutirões e outros esforços nos Juizados Especiais, resultando na antecipação de prazos de audiências e maior celeridade ao cidadão. Também trabalhos especiais, a exemplo do envolvimento com a Copa do Mundo, quando foi inaugurado o Juizado Especial do Aeroporto que, na época, funcionou 24 horas por dia e hoje atende de domingo a domingo, das 7h às 19h. Abaixo, trabalhos realizados:

Diminuição de pendências

- **Mutirão de Elaboração de Minutas de Sentenças**

De 2 de abril a 20 de julho de 2014

Em apoio ao 1.º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Camaragibe. Foi a primeira ação com foco no cumprimento da Meta 2/2014 do Conselho Nacional da Justiça (CNJ).

- **Levantamento de acervo nos Juizados Especiais Criminais e na Central de Execuções Cíveis da Capital**

Julho de 2014

Em conjunto com a Corregedoria da Justiça, a partir da instituição dos Planos de Ação 229/2014 e 230/2014, respectivamente. Permitiu a conferência e batimento do acervo de todos os Juizados Criminais e também da Central de Execuções Cíveis, ambos da Capital.

- **1º e 2º Quinzenas Pernambucanas de Conciliação em Apoio ao Idoso**

De 12 a 25 de agosto de 2014 e de 1 a 16 de outubro de 2015

A 1ª Quinzena antecipou, de 2015 para 2014, 505 audiências de processos do Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Idoso da Capital agendadas. Como inovação, a realização do 1º Mutirão Eletrônico de Sentenças, de 26 de agosto a 25 de setembro de 2014, julgando 188 processos instruídos na 1ª Quinzena Pernambucana de Conciliação em Apoio ao Idoso. Outros 196 processos foram sentenciados com homologação de acordos, decisões de desistência ou extinção, totalizando 384 processos resolvidos em trinta dias. A 2ª edição da Quinzena Pernambucana

NADA MAIS JUSTO QUE PRIORIZAR QUEM CHEGOU PRIMEIRO

Política Judiciária de Priorização do Idoso

O Tribunal de Justiça de Pernambuco promove, entre os dias 12 e 25 agosto, a 1ª Quinzena Pernambucana de Conciliação em Apoio ao Idoso. A iniciativa visa agilizar o andamento de processos que envolvem pessoas com 60 anos ou mais. Cerca de 50 juízes serão matricados por dia das 7h às 19h. O evento acontece na Central dos Juizados Especiais Cíveis da Capital, na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1919, Imbariá, Recife.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco

antecipou, de 2016 para 2015, 492 audiências no 25º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da Capital, antes denominado Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Idoso, que detinha o maior acervo de processos envolvendo partes com mais de sessenta anos de idade. Como resultado final, 411 processos seguiram conclusos para sentenças e 81 processos foram remarcados por solicitação das partes.

● **Mutirão de Antecipação de Audiências do 16.º JECRC da Capital e o 2º Mutirão Eletrônico de Sentenças**

De 3 a 21 de novembro de 2014 e de 4 de novembro a 23 de dezembro de 2014

Permitiram a antecipação de 810 processos com audiências para o ano de 2015. Como resultado, a resolução de mais de seiscentos processos, dos quais: 257 sentenciados após instrução e 343 dentre desistências, extinções e acordos firmados no valor total de R\$ 355.363,04.

● **Mutirão de Audiências, em apoio ao 15º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da Capital**

De 06 a 17/04/2015.

Como objeto, a redução do lapso temporal entre a distribuição e a pauta de audiências, naquela unidade, antecipando-se 543 audiências que estavam com mais de quatro meses de espera a contar da data da propositura da ação.

● **Ação de apoio à secretaria do 3º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Jabotão**

De 27 de abril até 29 de maio de 2015

Organizou processos de 2001 a 2005, realizando juntadas de documentos e preparando para remessa ao arquivo geral, de forma a contribuir com a redução da taxa de congestionamento daquela Unidade.

● **Mutirão de Sentenças no Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Caruaru**

Iniciado em 15 de junho de 2015

Instituído para julgar, durante três meses 1.179 processos físicos conclusos para sentença naquela Unidade.

● **Mutirão de Sentenças do Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Idoso**

De 3 de agosto de 2015 a 3 de outubro de 2015

Teve como resultado o julgamento de 752 processos.

● **Mutirão de Execução no Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Petrolina**

De 1º de setembro de 2015 a 2 de abril de 2016

Com objetivo de enfrentar cerca de 2.500 processos físicos que se encontram na fase de execução naquela Unidade.

● **Mutirão Conjunto de Sentenças no Sistema de Juizados Especiais**

De 28 de setembro de 2015 a março de 2016

Alcança os doze Juizados Especiais Cíveis com maior acúmulo de processos conclusos para sentenças, para reduzir o tempo médio de processo, fomentar a celeridade no julgamento dos feitos e auxiliar no cumprimento das Metas do CNJ.

Ações especiais itinerantes

● Juizado do Folião

1.º de março de 2014 e 14 de fevereiro de 2015

A 7ª e a 8ª edição do evento, no desfile do Galo da Madrugada funcionaram em dois Polos: Fórum Thomaz de Aquino e Estação Central do Metrô do Recife. Na 7ª Edição foram registrados dezessete Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCO's), com trinta partes envolvidas. A 8ª edição contabilizou dezoito TCO's, com 25 partes envolvidas. Todas tiveram as ações processadas e julgadas no mesmo dia. Para cada pólo é disponibilizada estrutura com um juiz, servidores, voluntários e terceirizados do Poder Judiciário. Há participação do Ministério Público de Pernambuco, Defensoria Pública do Estado, Secretaria de Direitos Humanos da Cidade do Recife, Secretaria de Defesa Social, por meio da participação da Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Polícia Científica, além da OAB/PE.



● Ação Global

26 de abril de 2014 e 30 de maio de 2015

Trata-se de uma iniciativa do Serviço Social da Indústria (SESI) em parceria com a Rede Globo de Televisão para trazer serviços públicos integrados à população de comunidades carentes. Em 2014 o evento foi realizado em Gravatá, quando o Judiciário disponibilizou o serviço de Recebimento de Queixas Orais Cíveis. Em 2015, foi em Paulista, também com a disponibilização do serviço de Recebimento de Queixas Orais Cíveis e atendimento às partes.

● Juizado do forró

Plantões nos dias 31 de maio e 7, 14, 21, 23, 28, e 29 de junho de 2014, e dias 6, 13, 20, 23, 27, 28 e 29 de junho de 2015

Em 2014 funcionou das 22h às 3h e resultou em 26 audiências preliminares, decorrentes de TCO's feitos pela Delegacia de Polícia Civil de Plantão no Pátio do Forró, envolvendo ao todo 34 pessoas. Em 2015, funcionou 22h às 2h, e resultou em 24 audiências preliminares, decorrentes de 29 TCO's. As ocorrências são especialmente relacionadas ao consumo de entorpecentes, desacato à autoridade e posse de arma branca.



Ambas as edições contaram com parcerias do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Defensoria Pública do Estado, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Secretaria de Defesa Social, Polícia Civil, Polícia Militar, Prefeitura de Caruaru e Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico (ASCES).

● Juizado Especial Itinerante do Aeroporto

Atendeu ao Provimento 11/2010 do CNJ, com foco em medidas de apoio e atuação do Judiciário no evento da Copa do Mundo Fifa 2014. No dia 2 de julho de 2014 o Juizado Especial Itinerante do Aeroporto foi instalado no Aeroporto Internacional Gilberto Freyre de forma ampliada. Devido ao calendário dos Jogos na Arena Pernambuco, a partir do dia 11 de julho, o funcionamento do



Juizado foi estendido por 24 horas, em todos os dias da semana, até o fim de julho. Como objetivo, a solução de conflitos entre passageiros e companhias aéreas, por meio de conciliação administrativa, realizada por servidores bilíngues devidamente capacitados. Registrou 229 atendimentos, sendo este o segundo maior número em juizados de aeroportos de cidades-sede da Copa, superado apenas por São Paulo. O Juizado Itinerante do Aeroporto continuou em funcionamento, tendo readaptado o seu horário de atendimento para o período das 7 às 19h, todos os dias, incluindo sábados, domingos e feriados. A manutenção do Juizado Especial Itinerante do Aeroporto, além de revelar uma experiência exitosa, possui fundamento nos objetivos institucionais deste Tribunal de Justiça, quanto à acessibilidade e democratização do acesso à Justiça.

● Plantões do Juizado do Torcedor na Arena Pernambuco

Além da atuação do Juizado Itinerante do Aeroporto na Copa do Mundo Fifa 2014 foram realizados quatro plantões do Juizado do Torcedor na Arena Pernambuco nos jogos Costa do Marfim X Japão, Itália X Costa Rica; Croácia e México e Estados Unidos da América x Alemanha.



● Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo e Criminal do Torcedor

Tem realizado plantões nos jogos do Campeonato Pernambucano, Campeonato Brasileiro, Copa do Brasil, Copa do Nordeste, Copa Libertadores das Américas e Copa Sul-Americana, totalizando 97 plantões no ano de 2014 e 91 plantões em 2015.

● Juizados Auxiliares Temporários Itinerantes

Em outubro de 2014, o Tribunal de Justiça criou os Juizados Auxiliares Temporários Itinerantes (JAI). Como objetivo, enfrentar o elevado estoque de processos e auxiliar no alcance das metas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. O primeiro JAI foi instalado em Petrolina, com atuação por nove meses - seis definidos na sua instituição e mais três de prorrogação. O desafio era processar, organizar e julgar

processos físicos do Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Petrolina, até então o de maior taxa de congestionamento e o maior acervo do Estado. O JAI Petrolina atuou em 925 processos físicos na fase de conhecimento. Resultou em 763 sentenças, retirando o Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Petrolina da situação de Juizado com o maior índice de congestionamento.

Outras ações relevantes

● Cumprimento de metas do CNJ

Tendo em conta que a Meta 1 do CNJ propõe o julgamento de processos em quantidade maior que o número de processos distribuídos ao ano, o Sistema de Juizados Especiais do Estado, em 2014 alcançou 102,93% de cumprimento da meta, julgando 103.570 processos. Foram 100.623 processos distribuídos naquele ano. Em relação à Meta 2 CNJ que, para o sistema de Juizados Especiais, consiste no julgamento de 100% dos processos distribuídos até 31 de dezembro de 2011, foi instalado Mutirão de Sentença, que mobilizou dez magistrados, realizando o julgamento de 238 processos de diversas Unidades. Resultou no cumprimento de 99,79% da referida meta em 2014.

● Implantação da Parametrização

Em 21 de outubro de 2014 se iniciou o trabalho de parametrização, em conjunto com a Presidência do TJPE, permitindo aferição de resultados a partir dos mesmos critérios de busca. Foram concluídas as variáveis das taxas de congestionamento para os sistemas PJ-e, Projudi, Físico Cível, Físico Criminal e DOS Recursal.

● Implantação do Sistema de Gravação de Audiências

O sistema de Gravação de Audiências permite ao juiz a análise de tudo o que foi discorrido, sem necessidade de nova audiência, complementando o resumo do texto digitado em ata. Em março de 2015 a implantação do projeto foi concluída nos Juizados Especiais Criminais e, em outubro, foi iniciado projeto piloto nos Juizados Especiais Cíveis, com a participação do 9º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da Capital.

● Instalação do 25º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da Capital, em substituição ao Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Idoso

Inaugurada em 8 de setembro de 2015, a nova unidade, substituindo a anterior, deu continuidade à implementação da política de priorização no acesso e da tramitação de processos que envolvam a pessoa idosa. O projeto foi remetido pela Coordenadoria e enviado à Presidência do TJPE, que o sancionou. A proposta, criada a partir de debates com entidades de apoio aos idosos, permitiu que as ações de pessoas idosas sejam distribuídas de forma equânime entre Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo da Capital, com prioridades definidas no Estatuto do Idoso. Com isso, o número de audiências envolvendo pessoas idosas saltou de dez ao dia para ocupar uma das 130 audiências que ocorrem diariamente na Capital. Foi também proposta ao CNJ modificação no PJe reservando primeiros horários de audiências aos idosos.

● Extinção da Central de Execuções Cível da Capital

30 de setembro de 2015

Com o apoio da Secretaria da Tecnologia e Informação do TJPE, o acervo remanescente foi redistribuído e remetido às unidades dos Juizados Especiais da Capital para regular seu andamento.

● Implantação da Secretaria Remota

13 de outubro de 2015

Com objetivo de realizar todos os atos de secretaria por uma equipe da Coordenadoria dos Juizados Especiais, por meio do Sistema PJe. Isso auxiliará os Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo com gargalos na secretaria.

● Instalação de mais dois juizados da Fazenda Pública da Capital

5 de outubro de 2015

O objetivo foi ampliar a prestação jurisdicional, com vista a abarcar a demanda após o termo do prazo de limitação da competência estabelecido no art. 23 da Lei nº 12.153/2009 e regulamentado pelo art. 2º a Resolução nº 321/2011.



Inauguração do 3º e 4º Juizados da Fazenda Pública da Capital, em outubro de 2015

● Fomento à Conciliação Pré-Processual

Em outubro de 2014 o TJPE firmou convênio com a Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) para implantar Núcleo de Conciliação Pré-Processual na Central dos Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo da Capital. A proposta foi possibilitar a solução de demandas da empresa na fase pré-processual, desafogando o Judiciário, diminuindo pendências judiciais para a empresa e buscando soluções ágeis para o consumidor. Em abril de 2015 foi a vez da Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) aderir aos trabalhos do Núcleo de Conciliação.

As duas empresas juntas respondem por 20% das demandas dos Juizados. Nos Núcleos de Conciliação Pré-Processual, os próprios funcionários das concessionárias fazem o atendimento e encaminham acordos administrativos. A Celpe tem conseguido 70% de conciliações e a Compesa chega a 90%.

Diante do êxito, em outubro de 2015 foram formalizados termos aditivos dos convênios, ampliando o atendimento desses núcleos da Celpe e da Compesa para o Fórum de Olinda.

Antes da implantação dos Núcleos Pré-Processuais, Celpe e Compesa firmaram convênio permitindo citações judiciais por meio eletrônico, com todos os facilitadores da tramitação virtual. O projeto piloto realizado no 10º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da Capital já se expandiu para dezesseis Unidades no Estado. Em junho de 2014 foi formalizado convênio com a empresa Sky e também com a D'Acordo, representante da Volkswagen e Samsung. Em ambos os casos é viabilizado diálogo direto com setores jurídicos dessas empresas por meio de videoconferência em totens que, inclusive, entregam comprovantes automáticos, encerrando o ano com mais de 200 acordos.

Infância e Juventude



Primeira videoconferência do programa Conhecer Virtual, em dezembro de 2015

Em outubro de 2014, a Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Pernambuco era uma das cinco no País a conquistar o Selo Ouro da Infância e Juventude. Esteve entre as que apresentaram o maior número de ações desenvolvidas entre as 27 coordenadorias da infância no País. A certificação é do Conselho Nacional de Justiça em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Um dos programas de destaque nesta gestão na Coordenadoria foi a expansão das Centrais do programa Depoimento Acolhedor. O serviço, até então existente na capital, ganhou, neste biênio, unidades nas comarcas de Caruaru, Petrolina e Camaragibe, bem como a aquisição de ônibus para atendimento itinerante. Outras estão previstas para fóruns em construção, a exemplo dos de Serra Talhada, Goiana e Arcoverde.

Dentre as ações realizadas, a criação de mais duas Varas Regionais de Infância e Juventude - em Santa Cruz do Capibaribe e Serra Talhada. Também houve a transferência da sede da Vara Regional da 5ª Circunscrição de Nazaré da Mata para a comarca de Goiana; a realização de cinco cursos de Formação e Aperfeiçoamento voltados para magistrados e servidores, com abrangência de todas as comarcas do Estado.

Outra novidade implementada nesta gestão foi o projeto Conhecer Virtual, que promove videoconferências entre crianças e adolescentes do Cadastro Nacional de Adoção com interessados em adotar. O sistema cria vínculo afetivo recíproco e auxilia o processo de adoção antes do estágio da convivência, sem fronteiras municipais, estaduais e mesmo internacionais. A primeira reunião virtual internacional foi realizada em dezembro de 2015, envolvendo cinco irmãos e três casais estrangeiros residentes na Itália.

Abaixo, alguns dados sobre projetos desenvolvidos no biênio pela CIJ:

Programa Acolher

Garante o direito à convivência familiar e comunitária de crianças em situação de vulnerabilidade psicossocial. Busca evitar práticas de abandono, entrega informal e adoção ilegal de crianças nas Comarcas do Estado de Pernambuco. Capacitou 322 pessoas em 2015 (162 do quadro do TJPE e 160 da Rede de proteção Social); conquistou a publicação da Portaria CIJ Nº 003/2015, que disciplina o procedimento para entrega voluntária de infante pela genitora.

Depoimento Acolhedor

Atendeu mais de 500 demandas, entre audiências e escutas, no biênio 2014/2015 e capacitou mais de 65 servidores e magistrados, com cessão de ônibus para comarcas mais distantes. Aumentou de sete para onze o número de municípios atendidos pelo programa.

Quem Sou Eu

Permite de forma mais ágil a consulta pelos adotados sobre suas respectivas histórias. Disponibiliza, por meio eletrônico, os autos dos processos que envolvam ação de adoção e correlatos transitados em julgado a partir de 1990. O programa digitaliza processos de adoção e correlatos, presta orientações de como realizar os procedimentos necessários e recebe os processos para as devidas providências do processo de digitalização.

Conhecer Virtual

Com sua primeira videoconferência realizada em dezembro de 2015, utiliza este instrumento no processo de adoção internacional e nacional, aproximando pretendentes e adotandos de regiões distantes. O programa contribui para maior possibilidade de inserção de crianças que não podem permanecer com suas famílias de origem em família substituta. Em 2015 o programa capacitou operadores e teve como marco inicial videoconferência envolvendo adoção internacional entre Brasil e Itália.

Família: um direito de toda criança e adolescente

O programa assegura a dignidade e cidadania às crianças e adolescentes com faixa etária elevada, que se encontram nas instituições de acolhimento. Divulga, através de dossiês impressos, via Internet, as características das crianças e adolescentes com maior faixa etária e que ainda se encontram nas instituições de acolhimento com processos de destituição do poder familiar já concluídos. No biênio, incluiu 294 crianças e adolescentes, conseguindo que 42 delas fossem adotadas por famílias de dentro e fora do País e que fosse requerida a guarda para outras 22. Das demais, 65 atingiram a maioridade, seis retornaram às famílias de origem, cinco foram tuteladas, três saíram do projeto e quatro faleceram.

Projeto de Prevenção à Institucionalização Prolongada

Acompanha as crianças e adolescentes que se encontram em instituição de acolhimento. O trabalho subsidia juízes e promotores de Justiça das diversas comarcas do Estado de Pernambuco. Auxilia nos procedimentos necessários à agilização das ações de acolhimento institucional ou de suspensão/perda do poder familiar. Isso garante o retorno da criança ou do adolescente para família natural/extensa, ou a sua inserção em família substituta, evitando a permanência desnecessária nas casas de acolhimento. Em 2014 acompanhou 177 crianças e, em 2015, 150.

Jornadas Pernambucanas

Possibilita a formação continuada e aperfeiçoamento do trabalho de magistrados e servidores na área da infância e juventude. Cria espaços para troca de conhecimento e aprofundamento sobre temas diversos. Em 2014 foram capacitados 147 servidores e, em 2015, 150 magistrados, sempre envolvendo Capital e Interior. No segundo semestre de 2014 foi realizado para público diversificado, envolvendo magistrados servidores, promotores, defensores, conselheiros tutelares, dirigentes de casa de acolhida e pretendentes a adoção, treinando 300 pessoas.

Orientação e formação no uso dos cadastros do CNJ

Capacitou 185 servidores de 151 comarcas em 2015.

Rede Online da Infância e Juventude

Possibilita o intercâmbio de informações entre equipes da infância e juventude, Varas de Família, e de Violência Contra a Mulher, de todo Estado. Em 2015 debateu temas como Adoção; Adolescente em Conflito com a Lei; Guarda Compartilhada; Acolhimento Institucional e Alienação Parental; Destituição do Poder Familiar e Paternidade Socioafetiva.

Júri Simulado: A Redução da Maioridade Penal no Banco dos Réus

Numa forma de aproximar o cidadão do Judiciário, o TJPE promoveu, através da Coordenadoria da Infância e Juventude e Escola Judicial, debate sobre a redução da Maioridade Penal de 18 para 16 anos, em julho de 2015. A ação comemorou os 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com plateia de 800 pessoas que fizeram inscrição. Como jurados, 11 representantes de entidades da sociedade civil, a exemplo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco. A redução foi reprovada por oito votos contra três. A plateia também votou, após debates, e 73% reprovou a redução da maioridade penal.



Júri Simulado Redução da Maioridade Penal, em julho de 2015, no Auditório Tabocas do Centro de Convenções de Pernambuco

Além desses programas, a CIJ desenvolveu outras ações e projetos no biênio 2014/2015:

- Produção de Normativos
- Elaboração de Pareceres Jurídicos e Atividades Correlatas
- Assessoria Jurídica na Seleção de Agentes de Proteção da Infância e Juventude – Serviço de Voluntários
- Lançamento da 2ª Edição do Livro: “Infância e Juventude – Modelos de Atos Judiciais e Peças Ministeriais”
- Lançamento da 2ª Edição do Livro: “Infância E Juventude – Normas e Orientações Aplicáveis ao Cotidiano”
- Publicação: “Em acordo com a lei: teoria e prática dos processos de conhecimento”
- Reorganização dos trabalhos e processos internos – modificações no COJE e ações decorrentes
- Projeto Adoção e Cidadania na Escola
- Banco de dados sobre adoção no estado de Pernambuco – parceria com UNICAP

- Projeto Conexões
- Manual de distribuição pessoal
- Produção de mapas sobre a estrutura judiciária e rede de proteção social
- Monitoramento da execução das audiências concentradas nas medidas de acolhimento
- Assessoramento na implantação das audiências concentradas nas medidas socioeducativas
- Cadastros da infância e juventude do CNJ: colaborações para aperfeiçoamento do sistema e cursos aos servidores do TJPE
- Participação no Grupo de Trabalho da Copa do Mundo – GTCM
- Parceria com a escola judicial em processos de formação e qualificação de servidores e magistrados
- Relatório situacional da Infância e Juventude – Provimento Nº 36/2014 CNJ
- Atendimento ao inciso IX do Provimento Nº 36/2014 CNJ – parceria com universidades
- Levantamento de boas práticas da infância e juventude
- Justiça Restaurativa
- Circuitos da Infância e Juventude

Ouvidoria

No biênio 2014/2015 foram registradas 13,6 mil manifestações (números fechados até novembro de 2015). Entre estas se destacam os pedidos de agilização processual, reclamações, denúncias, informações, sugestões e elogios. Deste número, 11,5 mil das manifestações foram resolvidas e outras duas mil encontram-se em andamento.

A prioridade no biênio foi dada à intensificação de práticas destinadas à aproximação com a sociedade, tornando a Ouvidoria instrumento de participação popular. Ela é um canal valioso de interação entre o Poder Judiciário e a sociedade. É também ferramenta de gestão, a partir do momento em que formaliza anseios e opiniões sobre o TJPE.

Conciliação, Mediação e Arbitragem

As principais conquistas da Coordenadoria Geral do Sistema de Resolução Consensual e Arbitral de Conflitos no biênio 2014/2015 foram a implantação de duas novas centrais, em Petrolina e Jaboatão, além de ampliação das já existentes. Também foram instaladas, através de convênios, três câmaras de conciliação, em parceria com a Defensoria Pública, nos núcleos Cabanga, Casa Amarela e Goiana. Essa ampliação atenderá demandas do Novo Código de Processo Civil que prevê fase conciliatória obrigatória na maioria dos novos processos.

Além dessa ampliação, foi criado o Grupo Itinerante de Mutirões de Conciliação, formado por servidores efetivos. A coordenadoria Geral das Centrais de Conciliação, Mediação e Arbitragem Interiorizou atividades de conciliação, levando ações para as comarcas de Caruaru, Olinda, Serra Talhada, Limoeiro, Orobó e Araripina. A ideia é expandir para as demais comarcas.



O Sistema de Resolução Consensual e Arbitral de Conflitos do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco é operado por diversas unidades. Fazem parte desta composição, além das sete centrais, 23 Câmaras e Serviços de Conciliação, Mediação e Arbitragem e três Casas de Justiça e Cidadania. A primeira delas foi instalada em 2012. A segunda, em julho de 2015 e, a terceira, do Bongi, em fevereiro de 2016. Também integram o conjunto duas seções especializadas, de Mutirões e Proendividades.

As Centrais de Conciliação, Mediação e Arbitragem atuam como órgãos auxiliares das unidades jurisdicionais de 1º e 2º graus do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco. As câmaras vinculam-se à central da respectiva jurisdição; e os serviços de conciliação e mediação vinculam-se às unidades judiciárias responsáveis pela sua instituição. Todos são interligados por rede aos mesmos sistemas informatizados que gerenciam os procedimentos consensuais, arbitrais e judiciais (homologatório e de execução).

As Casas de Justiça e Cidadania são mantidas pelo Poder Judiciário estadual e entidades públicas ou particulares, sem fins lucrativos. São centros de promoção de políticas públicas de desenvolvimento da

cidadania e da justiça e de prestação de serviços de conciliação, mediação e arbitragem, perante as comunidades carentes.

O programa Justiça Comunitária, integrado por agentes comunitários de Justiça e Cidadania, pode ser implantado nas Casas de Justiça e Cidadania. Também, mediante convênio, nas Câmaras de Conciliação, Mediação e Arbitragem,



e visa integrar essas unidades à comunidade local. Esses agentes promovem políticas públicas de cidadania, atuando como condutores e mediadores de conflitos sociais.

A gestão administrativa desse sistema compete a uma Coordenadoria Geral, auxiliada, em cada Central, por um juiz coordenador, designado pelo Presidente para um mandato de dois anos, permitida a recondução. O magistrado, investido nessa condição, passa a ser, automaticamente, por força regulamentar, juiz auxiliar de todas as unidades jurisdicionais da respectiva comarca.

Além das atividades de rotina, a Casa de Justiça e Cidadania promove trimestralmente as "Ações de Cidadania", em parceria com diversas instituições públicas e privadas, oferecendo vários serviços à população tais como: medição de glicose, exame oftalmológico, registros de nascimento, casamento e óbito, orientações com nutricionista, cadastramento no Sistema Cartão Nacional de Saúde-Cartão SUS, emissão de RG, emissão de carteira de trabalho, exame preventivo, mamografia, testagem de HIV e Sífilis.

Abaixo, quadro com dados sobre esses atendimentos:

Atividades nas Casas de Justiça e Cidadania 2014/2015		
	2014	2015
Mediações Judiciais	195	223
Atendimentos jurídicos	467	745
Atendimentos sociais	84	151
Encaminhamentos a outras instituições	318	385
Articulação de Redes	65	52
Casamentos Coletivos	39 Casais	78 Casais
Ações da Cidadania (número de atendimentos)	1.785	2.088
Nº total de procedimentos realizados	2953	3722

Os mutirões em torno de indenizações do Seguro DPVAT também integram os esforços concentrados do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco. No País, todos os pedestres, motoristas e passageiros têm o direito à indenização do Seguro DPVAT nos casos de morte, invalidez permanente ou ainda para reembolso das despesas médico-hospitalares comprovadas. Embora as indenizações possam ser pagas administrativamente, há um grande volume de ações ajuizadas. Em Pernambuco os mutirões DPVAT são realizados pela Coordenadoria do Sistema de Resolução Consensual e Arbitral de Conflitos em parceria com a Seguradora Líder. Na Capital, a Seção Especializada de Mutirões realiza anualmente quatro grandes mutirões de Seguro DPVAT, com processos que são distribuídos diretamente para a seção e oriundos das varas. Visando dar mais celeridade aos processos dessa natureza, em 2015 foi criado um cadastro de médicos peritos (ortopedistas e traumatologistas), através de edital, visando montar um quadro próprio, que também está disponível para nomeação pelos magistrados de todas as varas da Capital e Região Metropolitana do Recife através do link <http://www.tjpe.jus.br/web/resolucao-de-conflitos/mutiroes>.



Mutirões DPVAT 2015/2015					
Mutirão	Data	Audiências	Acordos	% Acordos	Valores homologados
X	mai/14	3.085	2.028	66%	5.698.301,54
XI	mai/14	3.016	1.884	62%	6.109.922,88
XII	set/14	3.325	1.823	55%	4.361.467,74
XIII	Dez/14	3.377	1.672	50%	4.106.175,27
XIV	Mar/15	2.896	1.309	45%	2.966.625,66
XV	Jun/15	2.338	1.194	51%	2.814.839,42
XVI	Set/15	2.117	808	38%	1.709.095,66
XVII	Nov/15	1.853	432	23%	896.755,76
	Totais	22.007	11.150	51%	28.663.183,93

As Centrais de Conciliação tiveram o início das atividades em 2008, a partir da instalação da Central de Conciliação da Capital. A proposta é tentar a conciliação antes do ingresso da ação, como forma de prevenir e

evitar um aumento na taxa de congestionamento do Judiciário. Entretanto, nada impede que a conciliação seja realizada no decorrer do processo, visando sua solução antecipada e pacificação social.

Um processo resolvido através da conciliação tem um custo reduzido em relação a um processo sentenciado. Isso tanto para as partes como para o judiciário, seja em virtude do tempo de duração ou pelos desdobramentos após o acordo. Impacta diretamente o acervo, contribuindo para sua redução.

Do ponto de vista social, a celebração de acordo representa a vontade das partes, através de métodos adequados de tratamento de conflitos, reduzindo-se os índices de execução e pacificando as partes. Em 2014 foram 18.827 acordos celebrados nas Centrais e Câmaras e, em 2015, foram 16.077.

Através de diretrizes estabelecidas pelo CNJ através da Resolução 125, os procedimentos de conciliação e mediação visam justamente implementar uma nova cultura conciliatória, com utilização de técnicas e capacitação adequada dos mediadores e conciliadores.

A intermediação do TJPE em conciliações podem ser solicitadas e agendadas virtualmente, no portal do TJPE (www.tjpe.jus.br/prequeixa), pelas partes ou advogados da causa, independentemente da fase processual. A solicitação é feita por meio de formulário eletrônico e o pedido é encaminhado diretamente para a Central ou Câmara de Conciliação escolhida.

Entre 2014 e 2015 foram capacitados mais de 150 conciliadores e mediadores que atuam nas centrais e câmaras de conciliação. O principal curso promovido foi o de Mediação Judicial, com partes teórica e prática, pré-requisito para a atuação dos conciliadores e mediadores, conforme determina a Resolução 125/2010 do CNJ.

Além do curso de mediação foram promovidos cursos do Sistema Mediador, que gerencia todo o trâmite procedimental das Centrais e Câmaras. Ainda, o curso de Lavratura de Acordos, para fomentar a correta e precisa redação de acordos celebrados nas Centrais.

O novo Código de Processo Civil, que entra em vigor em março de 2016, impulsiona a reestruturação do sistema de centrais, já em fase de projeto. Prevê a implantação de unidades de conciliação em todas as comarcas do Estado, sejam Centrais, Postos, Câmaras ou Serviços de Conciliação. Para viabilizar a expansão será necessária a criação de quadro de conciliadores e mediadores, que também é um projeto em fase de estudos para a implantação. Já existem ações em andamento a seleção e capacitação de voluntários que contribuirão para complementar o quadro.

Produtividade das Centrais de Conciliação, Mediação e Arbitragem 2014	
Audiências Marcadas	36.313
Audiências Realizadas	25.209
% das Audiências Realizadas	69,42%
Acordos Efetuados	18.827
% dos Acordos Efetuados	74,68%
Valores Homologados	R\$ 182.976.310,06
Valor Médio por Acordo Homologado	R\$ 9.718,82
Quantidade de Pessoas Atendidas	55.602

Produtividade das Centrais de Conciliação, Mediação e Arbitragem 2015	
JANEIRO – DEZEMBRO (resultado parcial)	
Audiências Marcadas	36,152
Audiências Realizadas	25,210
% Audiências Realizadas	69.73%
Acordos Efetuados	16,005
% Acordos Efetuados	63.49%
Valores Homologados	165,915,977
Valor Médio por Acordo Homologado	R\$ 10,366.51
Quantidade de pessoas atendidas	52,248

Precatórios

A atual gestão teve início em fevereiro de 2014 com o desafio de diminuir o tempo de espera para que o jurisdicionado obtivesse, efetivamente, o resultado prático nas demandas contra a Fazenda Pública. E esse resultado só seria possível caso os vetores eleitos por esta gestão como primordiais, mais cobrança/menor tempo, convergissem para o nosso ponto final que é o efetivo pagamento ao credor de precatório judicial.

Assim, logo após o Conselho Nacional de Justiça – CNJ emitir relatório sobre a inspeção realizada nos dias 17 e 18 de março de 2014, visando à maior agilidade e eficiência nos pagamentos, foram aperfeiçoados os métodos de trabalho no Núcleo de Precatórios do TJPE, dando-se ênfase aos seguintes pontos:

Levantamento da dívida de todos os entes devedores, com a certificação a respeito do adimplemento ou não do *quantum* devido;

Instauração de diversos processos administrativos em desfavor de entes devedores que estavam em mora com as parcelas do regime especial ou que, depositando valores, faziam-no aquém do que era efetivamente devido, considerando a opção do regime de pagamento, se Regime Comum ou Especial, previstos respectivamente nos art. 100, § 5º, da CF/88 e art. 97 do ADCT, além da continuidade da cobrança de valores em processos que estavam em curso quando se iniciou esta gestão;

Periodicidade das reuniões do Comitê Gestor de Precatórios, constituído por membros do TJPE, TRF da 5ª Região, TRT da 6ª Região e OAB-PE, totalizando seis encontros, realizados nos dias 04/05/2014, 19/05/2014, 03/02/2015, 16/04/2015, 23/07/2015 e 03/11/2015;

Realização da primeira reunião do Comitê Estadual de Precatórios do Estado de Pernambuco, composto por membros do TJPE, TRF 5ª Região, TRT 6ª Região, OAB-PE, MPPE, MPF em PE, MPT em PE, PGE e AMUPE, realizada no dia 16/04/2015, tendo a 2ª reunião sido realizada no dia 16/04/2015;

Realização do I Seminário de Precatórios no TJPE, organizado pelo Comitê Gestor de Precatórios em parceria com a Escola da OAB-PE, oportunidade em que se discutiram com a comunidade jurídica questões concernentes à aplicação de juros, aos índices de correção, à vinculação a percentual de receita líquida, ao bloqueio de valores não pagos, através do sistema BacenJud, além de se enfatizar a importância de soluções conjuntas em prol da gestão de precatórios, principalmente para que a decisão do STF proferida nas ADIs nºs 4357 e 4425 possa ser efetiva e atinja a sua finalidade, que é essencialmente tornar os entes devedores adimplentes e dar efetividade às decisões judiciais transitadas em julgado, sem procrastinações;

Revisão da metodologia de divisão de repasses de valores ao TRT e ao TRF, devidos pelos entes para preservar a igualdade entres os credores no recebimento de seus créditos, independentemente do órgão jurisdicional prolator da decisão, efetuando-se um maior controle sobre tais repasses;

Transparência Administrativa que se revelou através da publicação no Diário de Justiça Eletrônico dos dias 18/09/2014 e 11/09/2015 das listas dos entes devedores no âmbito dos três tribunais que compõem o Comitê Gestor de Precatórios do Estado de Pernambuco disponibilizada também no site do TJPE;

Cadastramento dos Juízes Estaduais e respectivos Chefes de Secretaria no sistema CRETA, do TRF -5ª Região, para expedição de requisições de pagamento pelas Varas Estaduais, no exercício da competência delegada da Justiça Federal, pela via eletrônica, nos termos do Ato nº 116/2014, de 27/02/2014, da Presidência do TRF-5ª Região;

Realização, nos dias 16 e 17 outubro de 2014, no TJPE, da 1ª Reunião de Trabalho dos Gestores de Precatórios, em que se discutiu a padronização de métodos e entendimentos em todo o Brasil no que se refere ao processamento e pagamento de precatórios, considerando principalmente as dificuldades e peculiaridades dos Tribunais Estaduais. Tratou-se do primeiro encontro, de tal natureza, realizado no Brasil. Em continuidade aos trabalhos dos Gestores de Precatórios, ocorreram igualmente reuniões nos Tribunais de Justiça de São Paulo, nos dias 27 e 28 de novembro de 2014, do Espírito Santo, no período de 9 a 11 de março de 2015, do Rio Grande do Sul, no período de 20 a 22 de maio de 2015 e, por fim, do Ceará, no dias 31 de agosto de 2015 e 1º de setembro de 2015, resultando, neste último, na Constituição da Câmara Nacional de Precatórios, órgão de assessoramento técnico-jurídico especializado, para cuja criação a Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco participou ativamente, tendo sido eleita a Juíza Coordenadora de Precatórios do TJPE, Dra. Ana Claudia Brandão de Barros Correia Feraz, como membro suplente;

Agilidade no pagamento dos precatórios, com a finalização da implantação dos cálculos judiciais, iniciada na gestão anterior, com o estabelecimento de facilitadores que impulsionam calcular os débitos nos processos administrativos, nas RPVs e nos Precatórios judiciais. O sistema de cálculos tornou mais transparente e segura a cobrança da dívida por parte do TJPE e possibilitou o acompanhamento, por parte dos credores e devedores, de seus créditos e débitos, de forma atualizada, agindo, assim, de forma proativa no gerenciamento de suas dívidas. Ainda no aspecto dos cálculos judiciais, no caso do Regime Especial de Pagamento de Precatórios, fixou-se a rotina de abertura de conta judicial individualizada para depósito de valores devidos por cada credor, facilitando a gestão e conciliação das contas bancárias dos entes devedores que se encontram no referido regime;

Substituição da aplicação do índice oficial de remuneração básica da Caderneta de Poupança (TR) como índice de correção monetária empregado até então pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-e), conforme os termos do julgamento das ADIs 4375 e 4425 pelo Supremo Tribunal Federal que considerou inconstitucional vários aspectos da EC 62/2009;

Ênfase no pagamento das prioridades constitucionais, por doença grave e por idade, que foram deferidas, incluindo-se em lista mensal para processamento do pagamento no mês subsequente, no caso do Regime Especial de pagamento de Precatórios, tudo condicionado à disponibilidade financeira e conforme Instrução de Serviço nº 01/2015 do Núcleo de Precatórios do TJPE;

Retomada dos pagamentos da ordem cronológica na lista de precatórios judiciais do Estado de Pernambuco. Desde a criação do Regime Especial, pela EC 62/2009, o valor da parcela anual depositado pelo Estado de Pernambuco, maior devedor, só adimplia os débitos das prioridades deferidas, até a disponibilidade financeira e saldos remanescentes de correção monetária e juros de precatórios cujos valores principais já haviam sido pagos. Tal realidade foi modificada pela atual gestão quando editada a Instrução de Serviço nº 01/2015 do Núcleo de Precatórios do TJPE, a qual operacionalizou os sistemas das quebras de ordem cronológica autorizadas constitucionalmente. Para possibilitar o andamento dos pagamentos segundo a ordem cronológica, foi necessária a análise da regularidade de precatórios inscritos nos anos de 1999, 2000, 2002 e 2003 que obstaculizavam os pagamentos dos precatórios posteriores. Dessa forma, após a devida apreciação dos mesmos, foram pagos os precatórios regulares dos exercícios seguintes, no total de 87 posições da lista da ordem cronológica, encontrando-se em fase de pagamento os precatórios vencidos no exercício de 2011;

Exaurimento de mais de 90% (noventa por cento) dos recursos depositados pelos entes devedores. Com o pagamento das prioridades constitucionais e o avanço de pagamentos da ordem cronológica, os saldos das contas do Regime Especial dos entes devedores chegaram a praticamente zero. Isto porque se harmonizou a cobrança das parcelas, mensal ou anual, com o efetivo pagamento, exaurindo-se quase a totalidade dos recursos. Tome-se como exemplo o ente devedor Estado, maior devedor de precatórios em Pernambuco, em que das 2 (duas) parcelas depositadas durante a atual gestão se pagou 90% dos recursos destinados para tal fim. A seguir, seguem os gráficos para melhor entendimento:

PAGAMENTOS POR ENTE DEVEDOR - Exercício 2014			
Devedor	Alvarás Expedidos	Valor Total	% do Valor total
Estado de Pernambuco	961	22.623.687,16	39,63
INSS	358	4.266.533,86	7,47
Recife	119	4.675.474,88	8,19
Demais Municípios	2498	25.522.395,44	44,71
	3936	57.088.091,34	100



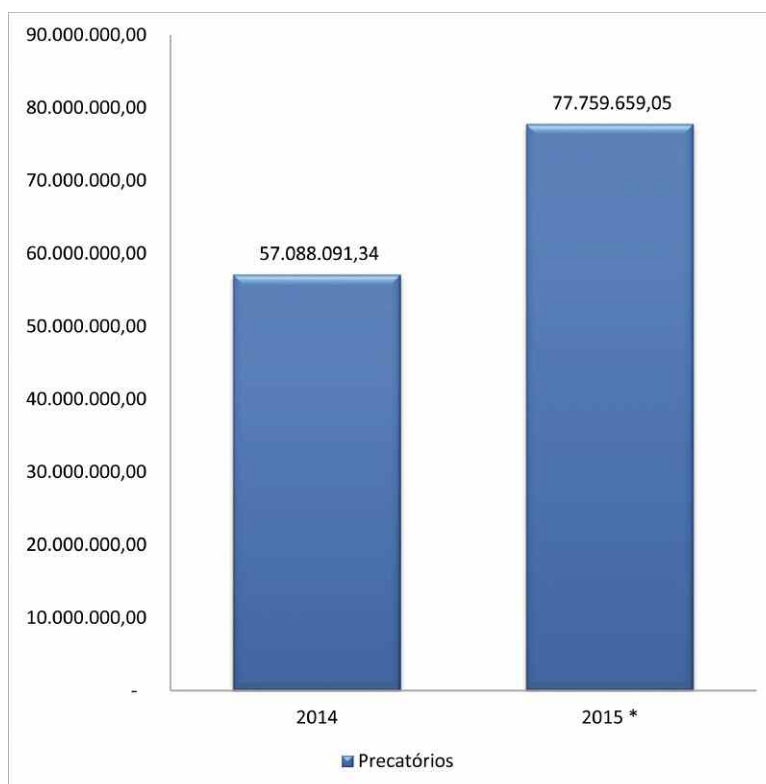
PAGAMENTOS POR ENTE DEVEDOR - Exercício 2015			
Devedor	Alvarás Expedidos	Valor Total	% do Valor total
Estado de Pernambuco	1979	54.287.609,28	69,81
INSS	137	5.893.660,16	7,58
Recife	1767	10.650.917,08	13,70
Demais Municípios	353	6.927.472,53	8,91
	3746	77.759.659	100



PAGAMENTOS POR ENTE DEVEDOR - Exercício 2015 (Detalhe)						
Devedor	Alvarás Expedidos	Valor Líquido	Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	Valor Total	%
Estado de Pernambuco	1979	45.827.091,93	4.462.855,77	3.997.661,58	54.287.609,28	70
INSS	353	6.653.804,94	-	273.667,59	6.927.472,53	9
Recife	137	5.221.748,22	279.678,61	392.233,33	5.893.660,16	8
Demais Municípios	1767	9.077.199,07	697.893,64	875.824,37	10.650.917,08	14
	3746	66.779.844,16	5.440.428,02	5.539.386,87	77.759.659,05	100

EVOLUÇÃO DOS PAGAMENTOS		
	2014	2015 *
Precatórios	57.088.091,34	77.759.659,05

* Crescimento de 36% em relação a 2014



Agilidade no proferimento dos despachos durante toda a gestão. Observou-se que desde o início da gestão, em 7 de fevereiro de 2014, até dezembro de 2015 foram proferidos 4127 despachos e/ou pronunciamentos administrativos em precatórios e processos administrativos;

Considerável baixa no acervo do setor. No início da gestão o quantitativo de processos existentes girava em torno de 5.300. Atualmente, o acervo conta com 3.304 processos, o que representa uma redução da ordem de 38% do montante;

Melhoria no quadro de pessoal e de espaço físico. No início da gestão o Núcleo de Precatórios contava com doze servidores e quatro salas. Atualmente, são vinte servidores efetivos e mais dois estagiários que desenvolvem atividades no espaço de cinco salas;

Elaboração do projeto, em conjunto com a SETIC, para implantação do Alvará Eletrônico, de forma a dar mais celeridade e segurança aos pagamentos, eliminando o alvará de papel, o qual se encontra em fase de testes;

Atendimento de todas as recomendações do Conselho Nacional de Justiça constante no auto circunstanciado de inspeção realizada nos dias 17 e 18 de março de 2014, tendo sido determinado arquivamento do Procedimento nº 1369-68;

Por fim, pondera-se, pela relevância, que dentro da realidade de contingenciamento que se enfrenta, esta gestão empreendeu esforços para que todos os princípios constitucionais aplicados à Administração Pública fossem respeitados, como o da legalidade, impessoalidade, isonomia, transparência, continuidade e, principalmente, eficiência. E para tanto, a próxima gestão se iniciará com todos os entes do regime anual intimados para satisfação da 6ª parcela do regime, com vencimento em 31 de dezembro de 2015.

Gestão Administrativa



Apresentação

Este capítulo fala da área administrativa, setor de retaguarda do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que pavimenta o trabalho da ação judiciária. É a ação de servidores públicos das mais diversas especializações, pensando e preparando o TJPE para o atendimento rápido e eficaz às demandas do cidadão. São setores não jurídicos, encontrando formas de instrumentalizar o Judiciário para prestar serviços com velocidade, competência e transparência.

Em 2014 o TJPE, apoiado pelo Centro de Estudos Judiciários e pela Coordenadoria de Planejamento, Gestão Estratégica e Orçamento (Coplan), desenvolveu estudo para projetar o cenário socioeconômico de Pernambuco até 2035. A proposta foi organizar a casa para as demandas. Onde os investimentos públicos e privados vão causar crescimento econômico e social? A evolução do conceito de família pode trazer que necessidades para o Judiciário? Quais serão as repercussões da geração nem-nem (nem estuda, nem trabalha) para a Justiça?

Encontrar o Judiciário falando em geração nem-nem pode soar estranho. Mas o fato é que o conceito da Justiça conservadora está superado. A Justiça do presente e do futuro é digitalizada, usa os canais virtuais possíveis para trabalhar, se comunicar e atender ao cidadão.

E, desta forma, um dos projetos mais importantes da atual gestão foi a expansão do Processo Judicial Eletrônico, fazendo o TJPE consolidar sua presença nessa era digital e repercutindo principalmente para o atendimento ao cidadão. A implantação do PJe significa agilidade, segurança e compromisso. Assim, todas as áreas administrativas do TJPE, de alguma forma, se envolveram com o sistema eletrônico e o que ele representa.

A Escola Judicial foi acionada para treinar servidores, magistrados e operadores do Direito. Coordenadas pela Diretoria Geral, as secretarias executivas do TJPE abraçaram diretrizes da gestão. A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação abarcou as adequações necessárias. A Secretaria de Gestão de Pessoas ouviu funcionários e promoveu ajustes. A Secretaria Judiciária administrou necessidades e demandas da magistratura, além de aproximar o Judiciário da sociedade, por meio de ações culturais, via Memorial da Justiça.

Os novos conceitos de administração pública pressupõem critérios de transparência no gerenciamento de serviços e custos, na responsabilidade fiscal, no controle patrimonial. Assim, a Secretaria de Administração do TJPE incorporou novos sistemas de gestão e precisou também conseguir a adesão de todos os setores para a palavra “contingenciamento”.

Porém, essa expressão não significou braços cruzados na área de investimentos. O bom gerenciamento permitiu à gestão tirar do papel projetos de novos fóruns, com olhar abrangente, atento ao interior. Deixou novos fóruns inaugurados em Panelas, Quipapá, Serra Talhada e Arcoverde, além de galpões do Almoxarifado e Patrimônio, importantes à estrutura do Judiciário. O fórum de Goiana tem inauguração prevista para 2017. Também foram feitas obras de reformas e melhorias em diversas unidades para atender melhor ao cidadão e aperfeiçoar condições de trabalho para servidores e magistrados.

O trabalho também passa pelo cuidado com a disponibilização de informações judiciárias do acervo da Casa ao cidadão, o cuidado técnico com essa documentação. Ainda pela divulgação de pesquisas, estudos, levantamentos, como fizeram o Centro de Estudos Judiciários e a Secretaria Judiciária.

A Comunicação Social abasteceu a imprensa e registra quase 6,6 mil citações do TJPE em notícias nos mais diversos meios, como rádio, televisão, jornais e canais virtuais. Isso mantém o cidadão informado sobre direitos, deveres e oportunidades.

O Cerimonial ficou à frente das visitas guiadas ao Palácio da Justiça, que presta serviço educativo e de cidadania. E a Assistência Militar promoveu diversas iniciativas de preservação da integridade física de magistrados, servidores e usuários, e da preservação do patrimônio físico e documental do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Enfim, uma ação conjunta, das mais diversas atividades profissionais que compõem a Justiça Pernambucana em seu trabalho para o cidadão.

Planejamento e Gestão Estratégica

O Poder Judiciário enfrenta diversos desafios impostos pela sociedade brasileira para a melhoria dos serviços prestados. Uma das questões que tem sido apontada como contributiva para a melhoria da qualidade e da celeridade na prestação jurisdicional é a adoção de ferramentas de gestão apropriadas às instituições. Dessa forma, conhecer os conceitos e a aplicação dessas ferramentas e de técnicas de gestão é imprescindível para aqueles que atuam direta ou indiretamente nessa Instituição.

A Coordenação de Planejamento, Gestão Estratégica e Orçamento (Coplan) é órgão estratégico do TJPE. No biênio 2014-2015, procurou um padrão de organização que permitiu manter a coerência de ações da organização. Pensando estrategicamente, o norteador dos projetos dessa coordenadoria tem por base o entendimento de que a eficácia e a eficiência devem apoiar-se em ações e decisões agregadoras. Elas devem guiar uma organização na sua missão sempre associando a elementos que visam o futuro, a relação entre atividades fim e meio e a conexão com os objetivos e metas a atingir.

Projetos de Destaque:

● O novo PPA 2016-2019

O novo Plano Plurianual (PPA) foi reestruturado para refletir os projetos futuros e rotinas do judiciário estadual, baseado nas iniciativas mapeadas em oficinas de planejamento, bem como nas diretrizes do CNJ. A melhoria teve como foco a inclusão de dois objetivos estratégicos do Poder Judiciário de Pernambuco (PJPE) no PPA do Poder Executivo: celeridade e produtividade na prestação jurisdicional. Estes passam pela Instituição da governança judiciária e pela inclusão, no programa finalístico, da implementação de iniciativas de celeridade processual. Também de novas subações para suportar os projetos relacionados à disseminação da Justiça Eletrônica e implementação de iniciativas de celeridade processual.

NOVA ESTRUTURA PROGRAMÁTICA DO PPA 2016-2019

Programa Finalístico:

Alterado para refletir apenas o orçamento que impulsiona diretamente o processo.

EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Atividades: Aperfeiçoamento das Atividades da Prestação Jurisdicional

Aperfeiçoamento das atividades da prestação jurisdicional dos juizados especiais

Aperfeiçoamento das atividades da prestação jurisdicional do 1º e 2º graus

Projetos: ★ Implementação de Iniciativas de Celeridade Processual

★ Disseminação da justiça eletrônica

★ Implementação de iniciativas de celeridade processual nos juizados especiais

★ Implementação de iniciativas de celeridade processual no 1º e 2º graus

★ **Novas Ações e Subações**

● Planejamento estratégico 2015-2022

Em razão da publicação da resolução do CNJ198/2014, houve direcionamentos estratégicos da gestão para a formulação de intenções relacionadas às ações do planejamento estratégico. Para isso, foi necessária a construção de um novo plano estratégico, iniciado na oficina de planejamento “Avançar com Estratégia”. O resultado foi a definição do mapa estratégico do PJPE. Ele elencou missão, visão, objetivos estratégicos e iniciativas prioritárias para o período de 2016 a 2022, quando se comemora o bicentenário do PJPE.

Os objetivos e iniciativas das áreas Cível, Criminal, Infância e Juventude e Fazenda foram validados e priorizados. Entre eles, a redução do tempo de solução dos processos e a disseminação do Processo Judicial Eletrônico. Também o fomento à desjudicialização e priorização da gestão dos processos de corrupção. Ainda a gestão de improbidades administrativas e o incremento da arrecadação das receitas próprias.

Com a aprovação da estratégia, a Coplan dará continuidade às oficinas com a área meio para detalhar as iniciativas no suporte aos objetivos estratégicos, visando garantir o acesso efetivo da sociedade à justiça.



A metodologia proposta é composta em 4 fases:

UM - Levantamento de Iniciativas;

DOIS - Priorização pela Gestão;

TRÊS - Desdobramento e Estudo de Viabilidade da Iniciativa com a Área administrativa;

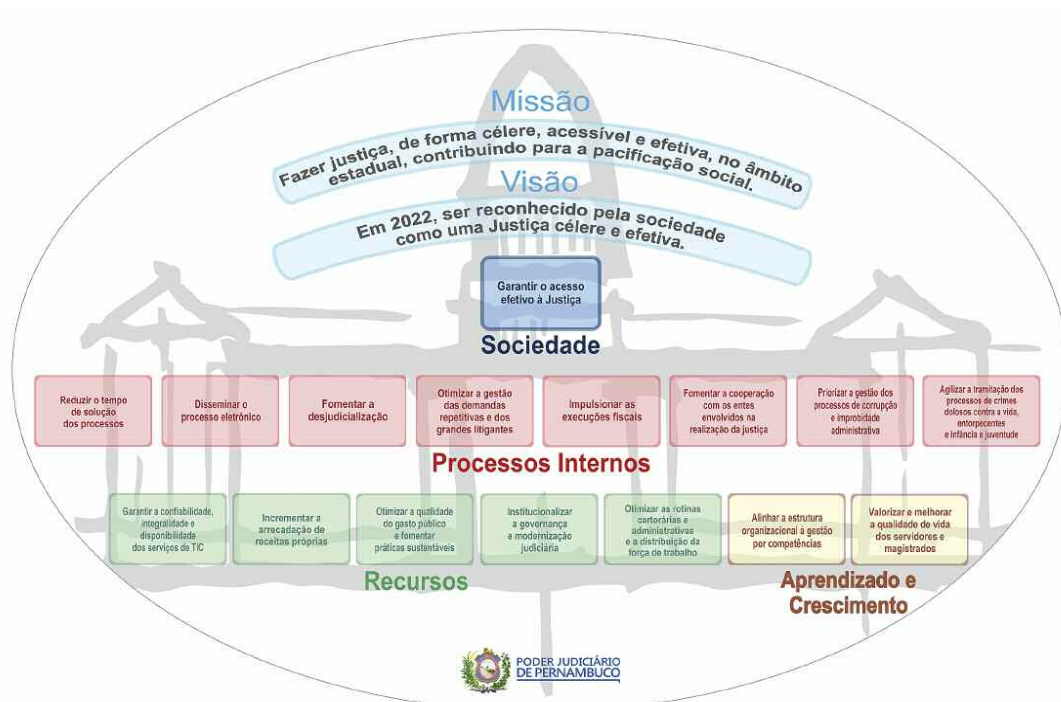
QUATRO - Consolidação do Planejamento Estratégico 2015-2022.



A primeira fase foi realizada com 35 participantes, entre magistrados e servidores, dos segmentos de atuação Cível, Criminal, Fazenda e Infância e Juventude, em oficina de planejamento com todo o grupo. Posteriormente, houve cinco encontros específicos por temática. Devido à atual crise econômica nacional, foi incluída uma quinta temática: Incremento da Arrecadação das Receitas Próprias. Na Oficina “Avançar com Estratégia” foram apresentados os resultados institucionais (metas nacionais e Justiça em Números) e uma compilação do estudo de cenário futuro. Depois, realizado o levantamento dos problemas atuais e futuros, com suas causas. Também foram elencadas 24 iniciativas de sustentação ao enfrentamento dos problemas e melhoria da prestação jurisdicional e da imagem do PJPE pela sociedade nos seus 200 anos.

As iniciativas representam os resultados a serem alcançados ou mantidos pela instituição. Elas estão estabelecidas no contexto dos diversos focos dos macrodesafios elaborados pelo CNJ. Cada um está associado a objetivos estratégicos, metas nacionais e indicadores. Estes permitem sua formulação e acompanhamento de forma concreta e mensurável.

Com a conclusão da fase de levantamento das iniciativas, iniciou-se a fase 2 de Priorização pela Gestão. Nesta, o grupo de desembargadores especialistas nas áreas temáticas e assessores da presidência avaliaram as iniciativas. Decidiram pelo seu desenvolvimento ao longo dos próximos sete anos e definiram as prioridades em que serão executadas. O novo Mapa Estratégico foi validado e aprovado.



● Processo Judicial Eletrônico – PJe (Sensibilização e Treinamentos)

Em janeiro de 2015, a Coplan passou a monitorar o processo de preparação das varas para o uso do Processo Judicial Eletrônico (PJe). A proposta foi garantir a efetiva mudança organizacional das pessoas e recursos para suportar essa nova tecnologia e a mudança do processo de trabalho.

A otimização da comunicação dos recursos necessários e o envolvimento das equipes tiveram prioridade. Com este norte foi criado o selo de implantação do PJe. É composto dos indicadores a serem acompanhados em cada órgão julgador, a expedição das certificações digitais, a participação das capacitações e o efetivo uso do PJe na unidade.

Em parceria com a Escola Judicial, o Escritório de Projetos da Coplan desenvolveu metodologia de levantamento de necessidades de capacitação no PJe com os seguintes destaques:

- ◆ Levantamento de necessidade de treinamento das varas já implantadas com o PJe;
- ◆ Semana dos Oficiais de Justiça da Capital com a aplicação de Aprendizagem pela Ação na Cemand;
- ◆ Competências como a de Distribuidor, Partidor e Avaliador, bem como Conciliador e equipes interdisciplinares receberam atenção especial nos treinamentos dirigidos e com a aplicação da APA;
- ◆ Apoio na implantação do suporte aos advogados e partes interessadas e obrigatoriedade do PJe com a criação da identidade de comunicação do ambiente.

Fases de Implantação do PJe

Processo Judicial Eletrônico



Utilização

No mínimo 50 processos distribuídos e 30% de despachos, decisões ou sentenças sobre o total de processos eletrônicos.

Iniciado

Marco de implantação do PJ e na Unidade Judiciária.

Capacitação

100% dos magistrados e servidores capacitados.

Certificação Digital

100% dos magistrados e servidores possuem certificação digital



Projetos complementares

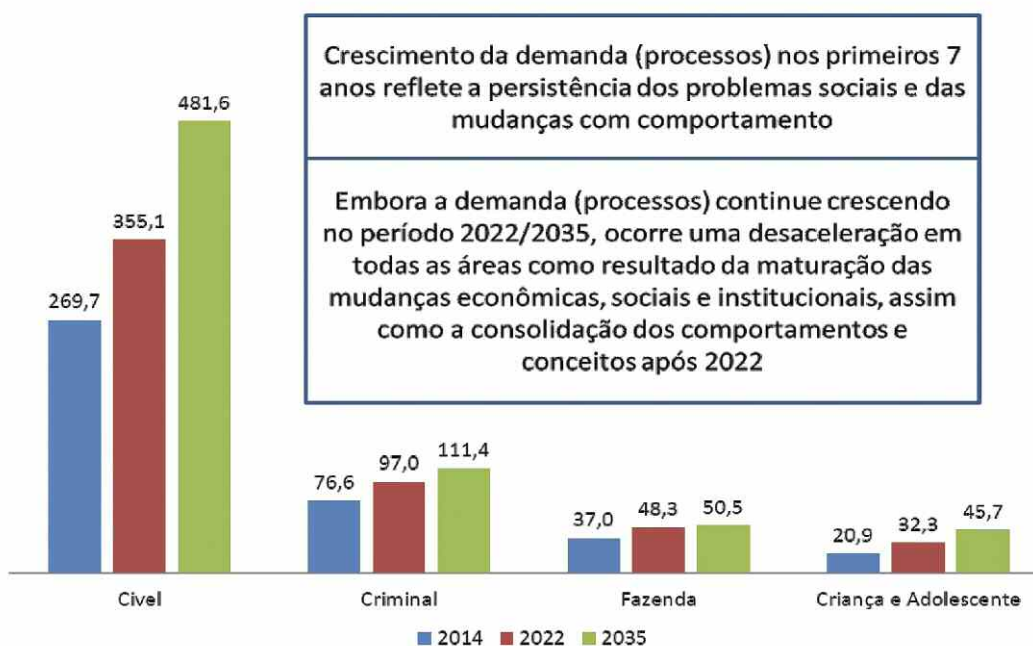
● Estudo do cenário futuro do judiciário estadual 2015-2035

O TJPE realizou estudo com pesquisa, análise e definição de demandas imediatas e futuras do Poder Judiciário Pernambucano até 2035, considerando as variáveis do ambiente socioeconômico do Estado. Destaque para áreas impactadas direta e indiretamente pelos investimentos públicos e privados de grande porte.

O estudo foi realizado por iniciativa do Centro de Estudos Judiciários (CEJ), que acompanhou ações coordenadas pela Coplan e executadas pela TGI Consultoria no período de outubro de 2014 a maio de 2015. Foram levantados dados estatísticos dos processos judiciais dos últimos cinco anos nos segmentos Cível, Criminal, Fazenda e Infância e Juventude. Depois, foi estabelecido relacionamento com o cenário futuro mais provável para o Estado, por região de desenvolvimento.

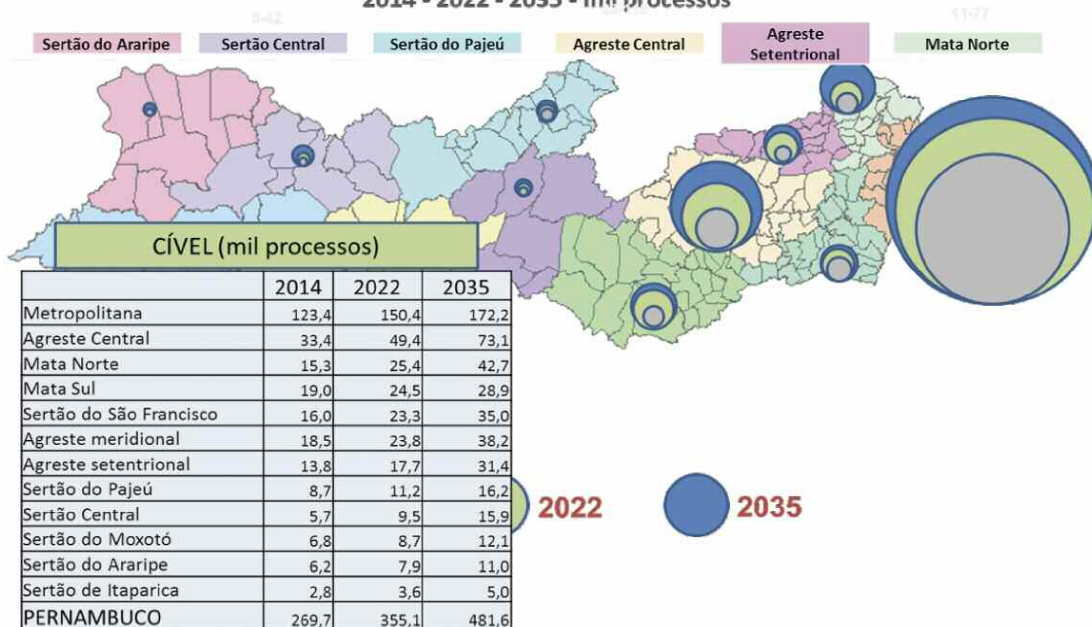
O levantamento considerou variáveis como transição demográfica, propagação da internet e redes, jovens nem-nem, novos conceitos de família e aglomerados subnormais, entre outras. Como resultado, obteve-se o cenário futuro do Judiciário pernambucano, para os próximos vinte anos (2015-2035). Entre os itens demonstrados, a taxa de crescimento dos processos, por segmento de atuação da justiça e por região de desenvolvimento do Estado. Diretrizes foram definidas para subsidiar o Planejamento Estratégico, permitindo a priorização de iniciativas, pela primeira vez, com base em estudos técnicos.

Evolução dos Processos por área - 2014/2022/2035 - Mil



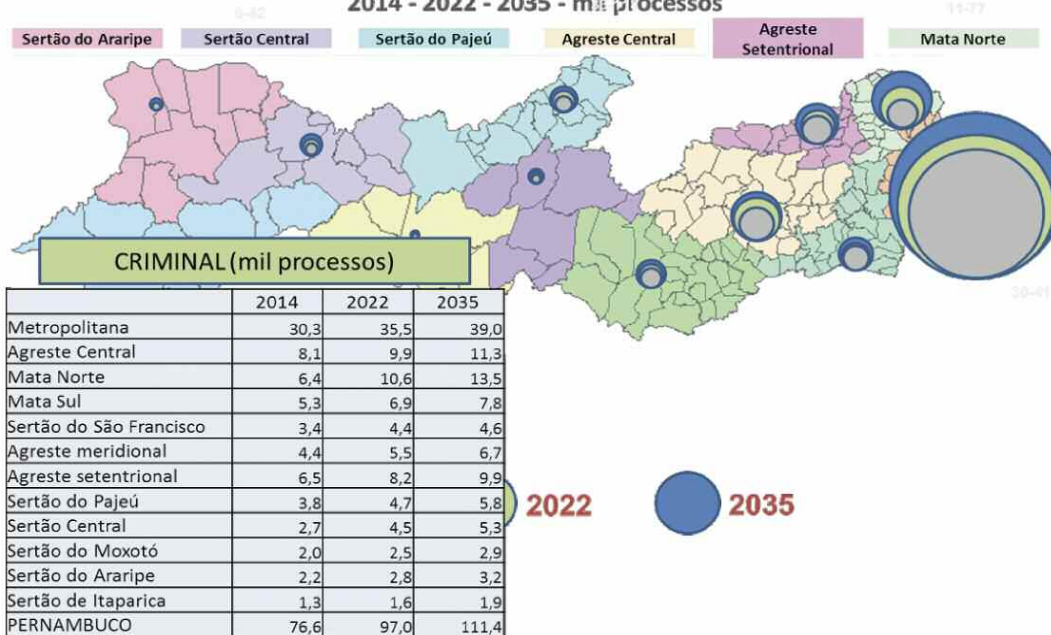
Processos Cíveis

**Aumento dos processos cíveis distribuídos
2014 - 2022 - 2035 - mil processos**



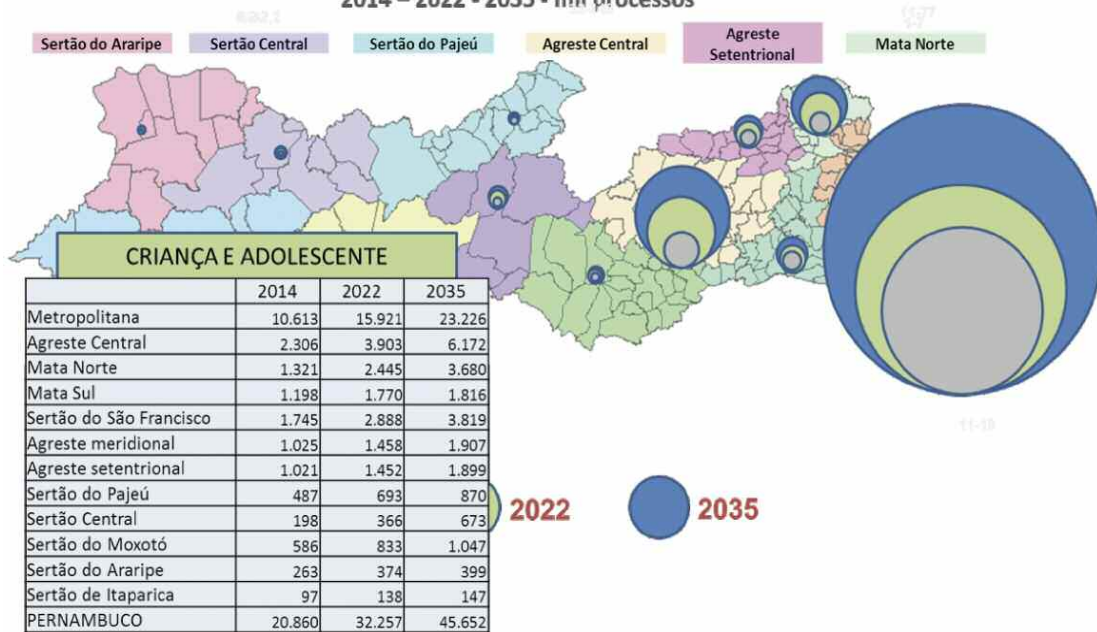
Processos Criminais

**Aumento dos processos Criminais distribuídos
2014 - 2022 - 2035 - mil processos**



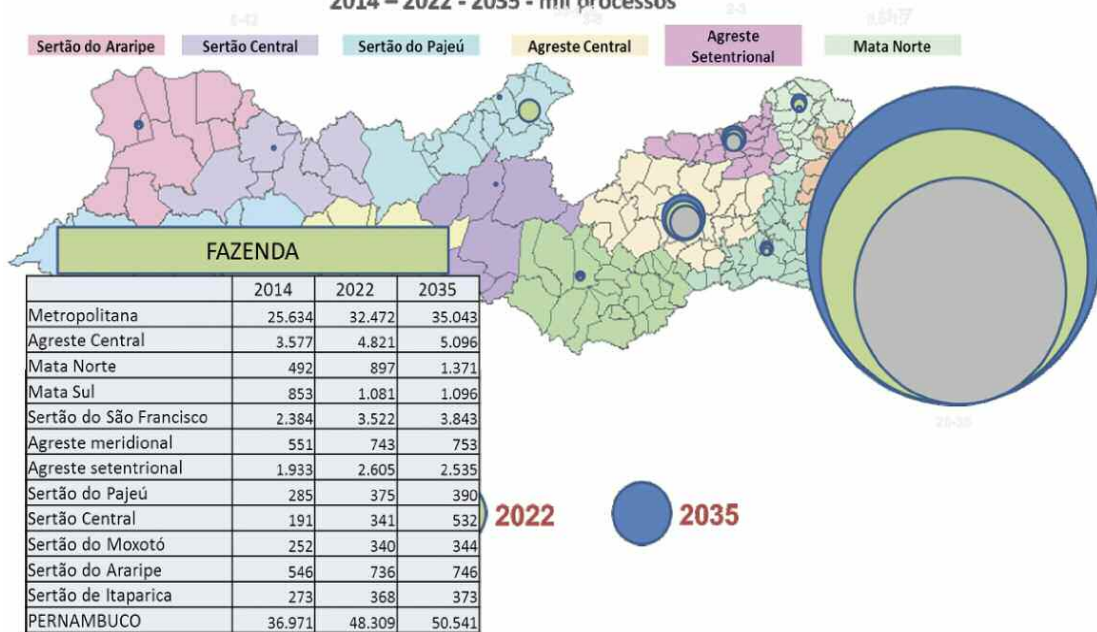
Processos Infância e Juventude

**Aumento dos processos de Infância e Juventude distribuídos
2014 – 2022 - 2035 - mil processos**



Processos de Fazenda

**Aumento dos processos de Fazenda distribuídos
2014 – 2022 - 2035 - mil processos**



Orçamento

Os Recursos do TJPE no biênio 2014/2015 tiveram uma variação total de 13,54%. No exercício 2014, o orçamento final, incluindo as suplementações, foi no valor de R\$ 1.200.094.379,80. Já no exercício 2015, o orçamento foi de R\$ 1.362.560.817,52.

	ORÇAMENTO 2014	ORÇAMENTO 2015	%
FONTE 101	1.000.364.298,31	1.160.743.441,80	16,03%
FONTE 102	705.059,52	704.900,00	-0,02%
FONTE 121	-	1.901.375,72	-
FONTE 124	199.025.021,97	199.211.100,00	0,09%
TOTAL	1.200.094.379,80	1.362.560.817,52	13,54%

* Orçamento inicial + Suplementações

O orçamento reservado para despesas em investimentos teve uma variação de 8,13% no biênio 2014/2015. Passou de R\$ 54.097.009,26 no exercício 2014 para R\$ 58.493.072,55 no exercício 2015. Além da variação do orçamento informada no item anterior, a reserva financeira do TJPE, que pode ser utilizada neste tipo de despesa a título de superávit, passou de R\$ 213.870.136,54 em 2014 (superávit em 31/12/2013) para R\$ 234.626.540,41 em 2015 (superávit em 31/12/2014), representando uma variação de 9,71% no biênio. Importante informar que esta reserva financeira a título de superávit pode ser empregada também em outros tipos de despesas, conforme necessidade deste Poder (limitando-se a 30% do Orçamento da Fonte de Recursos Próprios para despesas com Pessoal). As informações referentes às despesas com investimentos estão disponibilizadas no site do TJPE no link <http://www.tjpe.jus.br/web/transparencia/orcamentos-e-financas/receitas-e-despesas>.

As despesas empenhadas no exercício 2014 totalizaram R\$ 1.149.679.759,12, enquanto no exercício 2015 totalizam R\$ 1.318.709.912,69. Esta variação representa um acréscimo de 14,70% nas despesas empenhadas no exercício 2015 em relação ao exercício 2014.

As despesas de Pessoal (GRUPO 1) passaram de R\$ 842.895.346,33 em 2013 para R\$ 887.855.068,21 em 2014 (variação de 5,33%). Os principais responsáveis por esta variação foram:

- ◆ Reajuste para os magistrados em janeiro de 2014 (reajuste de 5%);
- ◆ Reajuste para os servidores em maio (reajuste de 6,5%);
- ◆ Criação de 3 cargos de desembargador e 1 câmara (janeiro e fevereiro);
- ◆ Nomeação de 72 magistrados em outubro.

Em 2015, as despesas empenhadas com Pessoal (GRUPO 1) totalizam R\$ 1.029.578.729,54. Este valor representa uma variação de 15,96% em relação a 2014. Os principais responsáveis por esta variação foram:

- ◆ Reajuste para os magistrados em janeiro de 2014 (reajuste de 14,6%);
- ◆ Reajuste para os servidores em maio (reajuste de 8%);

- ◆ Redução da diferença de entrância dos magistrados em agosto;
- ◆ Implantação da progressão funcional dos servidores;
- ◆ Instalação de 1 Câmara Regional;
- ◆ Nomeação de 3 desembargadores.

Receitas

1. Valor (em reais) que ingressou no caixa do TJPE em repasses do Tesouro no biênio 2014/2015, para fazer face às despesas de pessoal, custeio e investimentos.

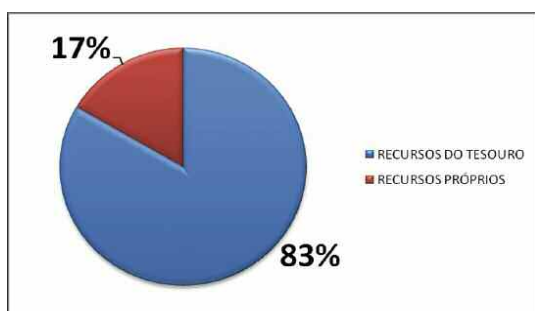
FONTE 101 - REPASSES DO TESOIRO			
	2014	2015	%
PESSOAL (GRUPO 1)	845.997.198,31	1.026.572.401,80	21,34%
CUSTEIO E BENEFÍCIOS (GRUPO3)	154.359.233,68	134.171.040,00	-13,08%
INVESTIMENTOS (GRUPO 4)	7.866,32	-	-
TOTAL	1.000.364.298,31	1.160.743.441,80	16,03%

* Orçamento inicial + Suplementações

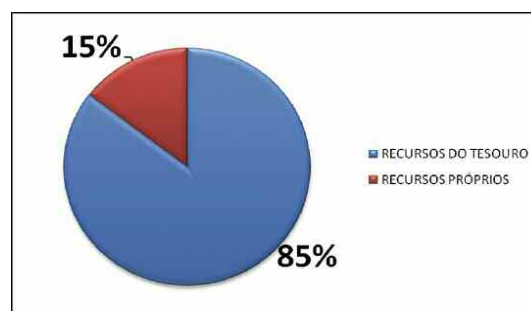
2. Percentual vindo do Tesouro do Estado e percentual vindo da participação de recursos próprios do Tribunal

	2014	2015
RECURSOS DO TESOIRO	1.000.364.298,31	1.160.743.441,80
RECURSOS PRÓPRIOS	199.025.021,97	199.211.100,00
TOTAL	1.199.389.320,28	1.359.954.541,80

2014



2015



3. Tabela de Recebimento de receitas e repasses (em mil reais e percentuais) nos anos de 2013, 2014 e 2015.

DESCRIÇÃO	2013		2014		2015	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
RECURSOS DO TESOURO	916.664.000,00	86,56%	989.992.300,00	86,10%	1.160.743.441,80	84,23%
CUSTAS E EMOLUMENTOS	118.639.014,12	11,20%	132.200.356,40	11,50%	176.964.312,70	12,84%
DEPÓSITOS JUDICIAIS	21.508.975,26	2,03%	25.352.856,21	2,21%	35.059.675,50	2,54%
TJPE CONSIG	126.301,41	0,01%	130.967,12	0,01%	170.009,51	0,01%
RECEITA DA BIBLIOTECA	4.527,30	0,00%	2.705,10	0,00%	-	0,00%
OUTRAS ARRECADAÇÕES	2.092.410,81	0,20%	2.087.255,95	0,18%	5.159.076,16	0,37%
TOTAL DOS RECEBIMENTOS	1.059.035.228,90	100,00%	1.149.766.440,78	100,00%	1.378.096.515,67	100,00%

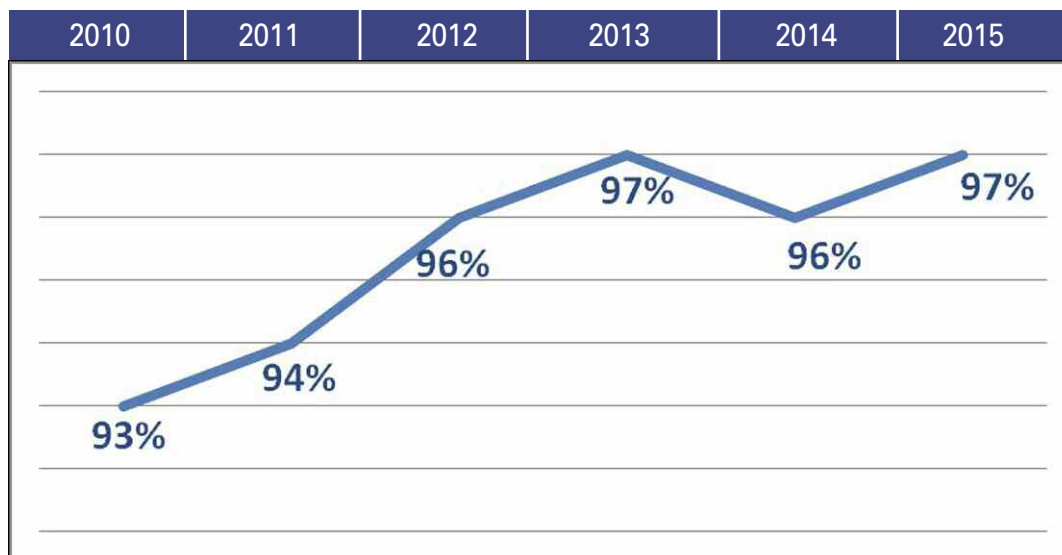
Evolução da reserva financeira

DESCRIÇÃO	2013		2014		2015		2016	
	31/12/2012		31/12/2013		31/12/2014		31/12/2015	
	VALOR	INCREMENTO	VALOR	INCREMENTO	VALOR	INCREMENTO	VALOR	INCREMENTO
RESERVA FINANCEIRA (RECURSOS PRÓPRIOS)	215.237.636,17	44.733.107,53	213.870.136,54	367.499,63	234.626.540,41	20.756.403,87	253.607.235,68	18.980.695,27

Execução orçamentária/Quadro 2013/2014/2015

DESCRIÇÃO	2013		2014		2015	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
PESSOAL (GR 1)	842.895.346,33	75,70%	887.855.068,21	77,23%	1.029.578.729,54	78,07%
CUSTEIO E BENEFÍCIOS (GR 3)	216.436.991,27	19,44%	224.217.586,25	19,50%	245.060.616,80	18,58%
INVESTIMENTOS (GR 4)	54.169.201,20	4,86%	37.607.104,66	3,27%	44.070.566,35	3,34%
TOTAL	1.113.501.538,80	100,00%	1.149.679.759,12	100,00%	1.318.709.912,69	100,00%

Evolução da execução orçamentária 2010/2015



Gerenciamento de serviços/Custeio

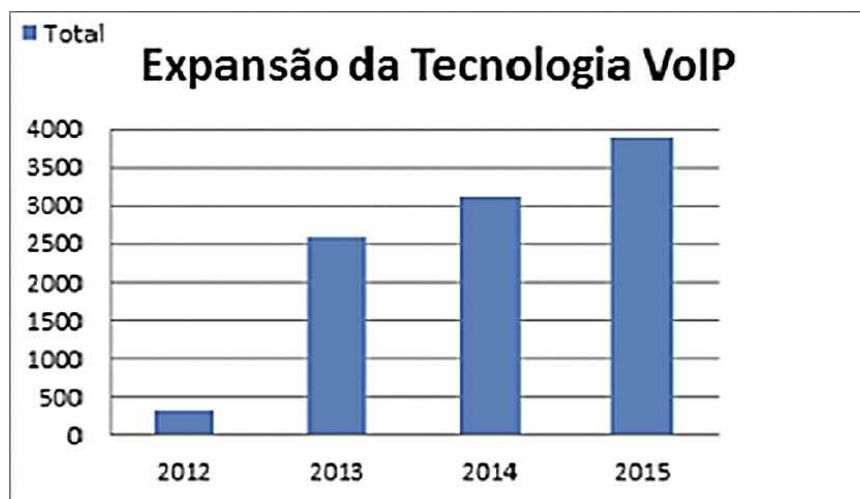
O Programa de Contingenciamento desenvolvido na gestão resultou numa redução de em torno de 15% no custeio do Tribunal de Justiça de Pernambuco no biênio 2014/2015, refletindo em valores financeiros, apesar de aumentos em custos de tarifas. Coube aos sistemas de gestão formular iniciativas para suplantar as dificuldades orçamentárias advindas de questões envolvendo repasses do duodécimo para o cumprimento das atividades regulares do TJPE. Isso abrangeu os setores de Infraestrutura, de Tecnologia da Informação e Comunicação, de Engenharia, de Finanças, de Planejamento, de Controle Interno, de Administração, bem como toda gestão jurisdicional.

Assim, criou-se o conceito de que cada colaborador das áreas executivas é responsável por definir reduções de aquisições de insumos e pela adequação da mão de obra terceirizada. Esses gestores também ficam responsáveis por todas as atividades relacionadas à execução e ao acompanhamento das metas sugeridas pelas unidades e deliberadas pela Presidência do TJPE. Relacionamos, abaixo, a variação de alguns insumos:

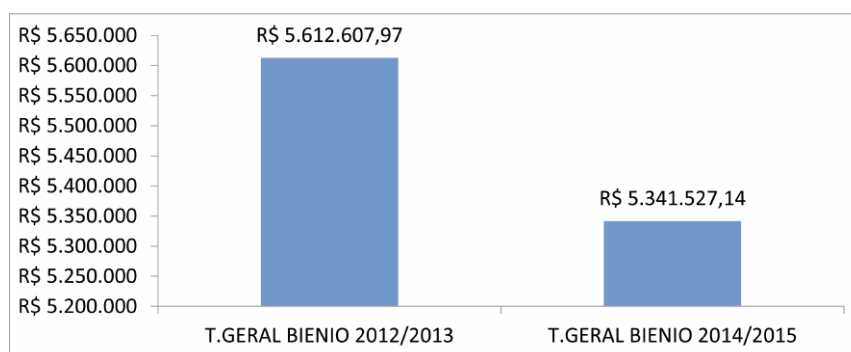
- **Telefonia**

No biênio 2014/2015 a Secretaria de Tecnologia da Informação realizou a migração da telefonia fixa de todas as unidades do TJPE para a rede PE-Conectado. Este novo contrato oferece pacote de serviços integrados de telecomunicações, incluindo expansão no uso de VoIP (telefonia por internet), para atendimento aos órgãos e entidades do executivo estadual (na capital e interior) e comunicação intragrupo sem custo. Como resultado,

economia de 6%. Foi implantada nova central telefônica, que permitiu o uso de ramais e a comunicação entre as unidades do TJPE sem tarificação. Foram interligados o Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano (Fórum do Recife), o Fórum Thomaz de Aquino e o Fórum Paula Baptista. Encontra-se em fase final de implantação no Palácio da Justiça.



Análise comparativa de custos dos biênios 2012/2013 e 2014/2015



Obs.: Não foi considerado o mês de dezembro de 2015.

● Energia elétrica

Os sistemas de refrigeração, que representam 55% da energia consumida nos fóruns, tiveram atenção especial. Foram desenvolvidos e implantados parâmetros operacionais de eficiência térmica associados à política de tolerância zero para desperdícios energéticos. Desta forma, foi possível recontratar serviços junto à Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) em patamares até 30% inferiores aos até então praticados.

● Água e esgoto

Inclusa na Meta 6 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a economia de água é um dos pilares das campanhas de racionalização do TJPE. Baseada em estudos apontando que 60% do consumo nos fóruns provêm de descargas sanitárias, a Diretoria de Infraestrutura elaborou projeto de readequação de válvulas prevendo economia de 35%. Porém, o maior desafio nesse item de gasto diz respeito às ocorrências dos mutirões e afins, ocasiões de grande convergência de cidadãos aos fóruns, com ápices de consumo.

Com os esforços da área de manutenção somados às campanhas do uso racional da água, tem-se registrado uma alteração na tendência de acréscimo de custos desse serviço.

● Transportes

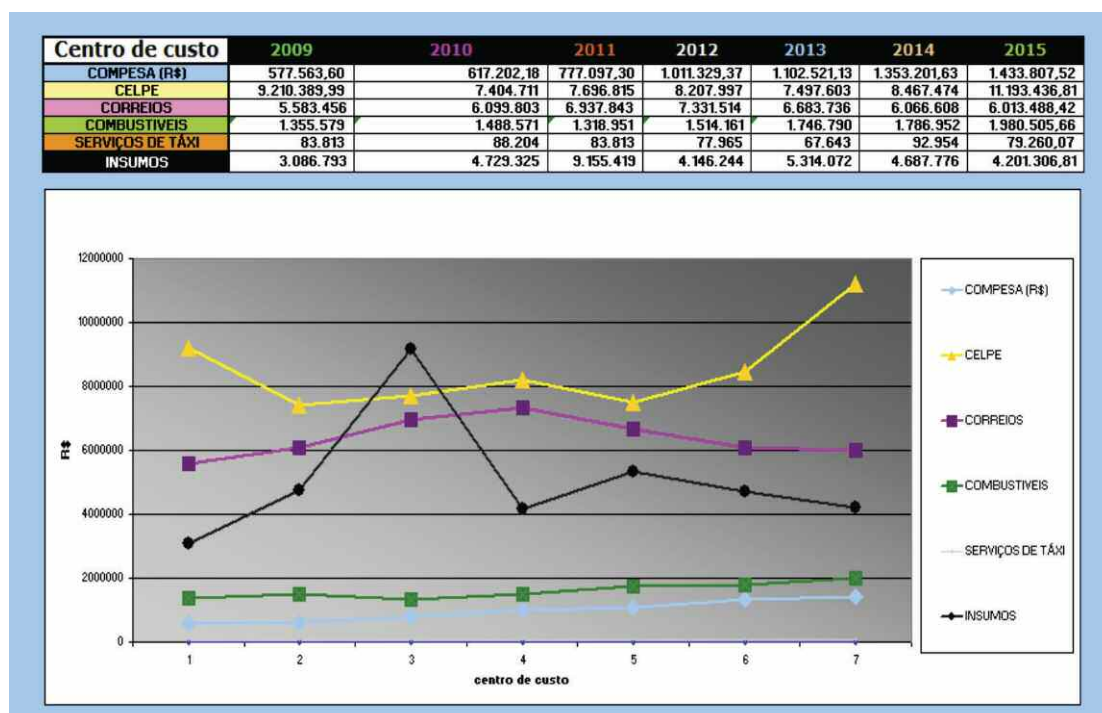
Apesar do aumento nos custos com combustíveis por reajustes de preços, a Gerência de Transportes tem conseguido economia de consumo, muito embora tenha havido acréscimo de carros na frota. Entre os projetos executados, estão rastreamento, fiscalização de motoristas, monitoramento de veículos e controle do desempenho operacional. Ainda, gerenciamento dos contratos de fornecimento de combustível, serviços e seguros e abastecimento dos veículos através da Vale Card. Houve também monitoramento de viagens, transportes de materiais e cargas. O TJPE doou um dos seus veículos - Fiat Uno - para a entidade beneficente Obra de Maria. Houve mudança de garagem trazendo significativa redução nos custos de combustível, de valor de aluguel e do tempo de deslocamento, com repercussão positiva também na área de controle de limpeza de veículos.

● Papel

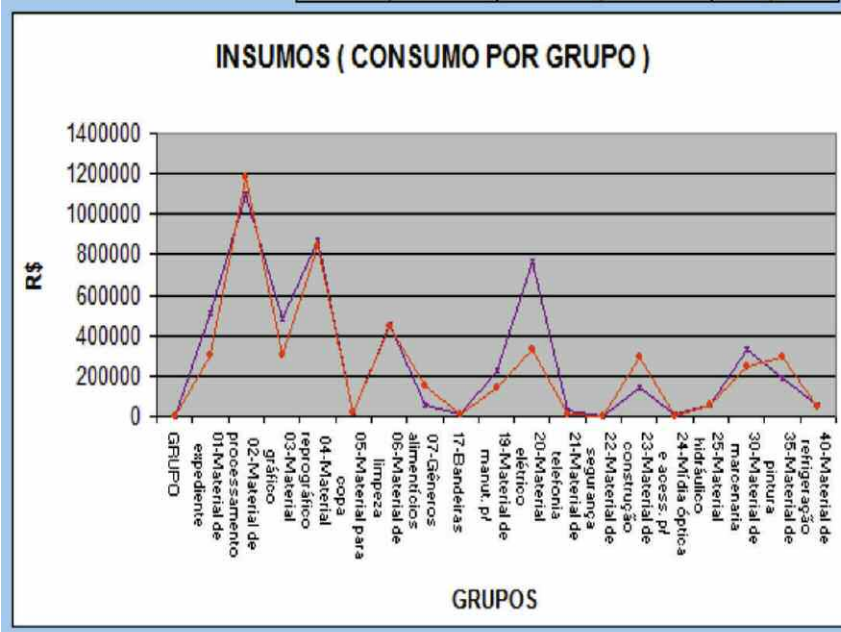
O ano de 2015 registrou, até novembro, consumo da ordem de 7,75 resmas por servidor e magistrado, uma redução de 20% em relação à meta de 9,60 resmas previstas pelo Plano Estratégico Decenal (PED) como Meta 13. Vale a pena ressaltar que essa economia foi feita apesar do aumento contínuo de demandas ano a ano no TJPE e tem como pano de fundo também a consolidação de mecanismos virtuais, a exemplo do Processo Judicial Eletrônico (PJe) e a implantação do Sistema de Malote Digital.

● Correios

A realização de convênios com entidades públicas tais como Compesa, Celpe e Prefeitura, que ficaram responsáveis por citações processuais, tem trazido economia média/ano da ordem de R\$ 1,3 milhão. O TJPE tem feito redução de custos postais com práticas simples, a exemplo da utilização do PAC, com custo mais barato, em lugar do Sedex, restrito a encomendas ou cartas com caráter de emergência no prazo. A expectativa era encerrar 2015 com 0,88% de economia considerando o custeio de 2014, pois já naquele exercício ocorreu economia de 10,17 %, conforme quadro abaixo:



CONSUMO POR GRUPO DE MATERIAL			
GRUPO	2013	2014	2015
01-Material de expediente	515.430,38	302.219,05	406.510,19
02-Material de processamento de dados	1.097.104,90	1.183.457,80	950.055,80
03-Material gráfico	483.215,07	304.957,79	364.022,11
04-Material reprográfico	866.439,98	845.773,14	914.970,37
05-Material para copa	22.319,58	23.144,13	15.982,79
06-Material de limpeza	458.265,59	449.025,88	418.541,84
07-Gêneros alimentícios	56.176,23	150.524,96	82.844,06
17-Bandeiras	10.929,56	4.829,94	9.648,93
19-Material de manut. pl informática	222.844,13	137.916,44	95.131,18
20-Material elétrico	763.660,83	335.539,09	210.030,74
21-Material de telefonia	26.956,00	10.426,00	11.094,00
22-Material de segurança	45,10	-	45,10
23-Material de construção	138.147,41	294.783,79	117.709,69
24-Mídia óptica e acess. pl inform.	5.712,00	1.054,00	782,00
25-Material hidráulico	60.548,69	54.444,37	161.267,45
30-Material de marcenaria	335.057,24	246.855,05	162.835,65
35-Material de pintura	193.107,86	293.151,57	242.853,60
40-Material de refrigeração	58.111,49	49.673,05	36.981,31
	5.314.072,04	4.687.776,05	4.201.306,81
	28,17%	-11,79%	-10,38%



Suprimentos e controle patrimonial

O TJPE reduziu em quase 12% os custos de suprimento em 2014 e, em 2015, continuou com a mesma estratégia de racionalização do uso de insumos, conseguindo mais 11%. Isso contabiliza 23% de redução no biênio 2014/2015. Na atual gestão, verifica-se uma redução nos gastos de mais de 35% do orçamento. A Gerência de Manutenção (Geman), vinculada à Diretoria de Infraestrutura, passou por grandes transformações na estrutura de gerenciamento. Foram implantados mecanismos de logística e descentralização de equipes de apoio multifuncionais.

Isso permitiu melhor controle e regulação das ordens de serviço. Foram agregados espaços e ferramentas condizentes às atividades múltiplas dos departamentos de elétrica, climatização, marcenaria, serralharia, pequenas obras, pintura e acabamento, permitindo maior eficiência no atendimento e redução de custos. Diminuíram-se custos com deslocamento de pessoal, a partir da criação de polos, lotando profissionais nas bases de Caruaru, Garanhuns e Petrolina.

Contingenciamento

Em junho de 2015 a Portaria nº 35 determinou às secretarias Judiciária, de Administração, de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Gestão de Pessoas a elaboração de planos de contingenciamento de gastos com custeio em até 80% das despesas de 2014.

Em relação ao item "Passagens Aéreas e Locomoções", o percentual gasto foi de 74,50%, estando dentro da meta estabelecida. Em se tratando das despesas com diárias em 2015 este item alcançará o percentual de 89,5% do realizado em relação ao exercício de 2014.

Licitações

No biênio 2014/2015, as licitações ocorreram, em sua maioria, na modalidade Pregão Eletrônico, prática que já vinha sendo usada no Judiciário Pernambucano. O sistema de licitações do Banco do Brasil, utilizado neste TJPE, o "licitacoes-e", possui apenas a funcionalidade para disputa por "menor preço". Houve no biênio um alargamento prático da prerrogativa de punições aos licitantes não apenas por comportamentos inadequados na execução contratual, mas por atos protelatórios do andamento licitatório.

Entre estes atos protelatórios, a não manutenção da proposta ofertada durante o prélio, mesmo no prazo da validade, o que inevitavelmente gera, também, um caráter educativo aos demais licitantes. Isso evitou atitudes que promovam atrasos processuais desnecessários nas contratações do Tribunal. As Comissões sempre atuaram em conformidade com as diretrizes do CNJ, salientando-se que neste exercício de 2015 foram elaborados editais de Pregões destinados às licitações para contratação de instituições financeiras objetivando recebimentos dos depósitos judiciais e arrecadações das custas judiciais e extrajudiciais.

2014		
Obras, Serviços de Engenharia e Outros Serviços (OSE)		
	VALOR HOMOLOGADO	PERCENTUAL POR MODALIDADE
TOMADA DE PREÇOS	R\$ 402.889,63	3%
PREGÃO PRESENCIAL	R\$ 839.549,28	6%
PREGÃO ELETRÔNICO	R\$ 5.878.518,58	42%
DISPENSA	R\$ 2.652.884,04	19%
INEXIGIBILIDADE	R\$ 4.285.557,26	30%
TOTAL	R\$ 14.059.398,79	100%

2014		
Bens de Consumo e Equipamentos (BCE)		
	VALOR HOMOLOGADO	PERCENTUAL POR MODALIDADE
DISPENSA	R\$ 59.124,59	00,23%
PREGÃO PRESENCIAL	R\$ 18.000,00	00,07%
PREGÃO ELETRÔNICO	R\$ 26.058.250,38	99,70%
TOTAL	R\$ 26.135.374,97	100,00%

2015		
Obras, Serviços de Engenharia e Outros Serviços (OSE)		
MODALIDADE OSE 2015	VALOR HOMOLOGADO	PERCENTUAL POR MODALIDADE
CONCORRÊNCIA	R\$ 982.461,39	1,94%
PREGÃO PRESENCIAL	R\$ 1.687.411,91	3,34%
PREGÃO ELETRÔNICO	R\$ 12.941.201,76	25,61%
DISPENSA	R\$ 24.076.218,30	47,64%
INEXIGIBILIDADE	R\$ 10.852.228,10	21,47%
TOTAL	R\$ 50.539.521,46	100%

2015		
Bens de Consumo e Equipamentos(BCE)		
MODALIDADE BCE 2015	VALOR HOMOLOGADO	PERCENTUAL POR MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO	R\$ 22.261.187,65	99,68%
DISPENSA	R\$ 72.532,39	00,32%
TOTAL	R\$ 22.333.720,04	100%

Obras

O gerenciamento dos serviços na atual gestão aperfeiçoou o controle, acompanhamento e planejamento das atividades de custeio nos mais diversos setores do TJPE. No setor de Arquitetura e Construção, as novas práticas trouxeram ganhos de eficiência, redução de custos, potencialização de eficiências tecnológicas e, principalmente, a sedimentação de nova cultura no setor voltada às pessoas.

Foram concluídas obras de construção civil dos Fóruns de Quipapá e Panelas, encontradas em andamento - ambos inaugurados em novembro de 2015. Foram iniciadas obras de construção civil de cinco fóruns, sendo dois deles, os de Serra Talhada e Arcoverde, de grande porte, inaugurados ainda na gestão. O Fórum de

Goiana tem previsão de conclusão em 2017 e outros dois - de Paulista e Cabo de Santo Agostinho - tiveram contratos de licitação rescindidos, com obras a serem reiniciadas após nova licitação.

Em todos os projetos buscou-se seguir padrões de eficiência energética e sustentabilidade, com valorização de luz e ventilação naturais. Também preceitos de acessibilidade, observando necessidades especiais de pessoas com deficiência física, idosos e gestantes. Essas obras foram necessárias para acomodar adequadamente o funcionamento das comarcas beneficiadas, garantindo melhores condições de trabalho aos servidores e de atendimento ao cidadão.

OBRA	SITUAÇÃO ATUAL	VALOR DA OBRA	ÁREA CONSTRUÍDA	INÍCIO DA OBRA	CONCLUSÃO
Fórum de Quipapá	Concluída	R\$ 2.596.970,34	1.158,39 m ²	20/05/2013	06/06/2015
Fórum de Panelas	Concluída	R\$ 3.017.915,43	1.216,50 m ²	29/05/2013	06/06/2015
Anexo ao Fórum de Pesqueira	Concluída	R\$ 1.151.050,54	562,84 m ²	21/08/2013	30/06/2014
Galpões do Almoarifado e do Patrimônio	Recebida provisoriamente	R\$ 12.483.117,85	9.938,28 m ²	16/09/2013	14/09/2015
Fórum de Goiana	Em Andamento	R\$ 19.950.644,46	9.385,44 m ²	02/06/2014	22/04/2016
Fórum de Serra Talhada	Em Andamento	R\$ 22.229.325,41	8.668,36 m ²	31/03/2014	20/01/2016
Fórum de Arcoverde	Em Andamento	R\$ 22.014.482,73	8.189,20 m ²	17/03/2014	06/01/2016
Fórum do Cabo de Santo Agostinho	Paralisada	R\$ 26.698.261,21	12.613,44 m ²	03/02/2014	Contrato Rescindido
Fórum de Paulista	Paralisada	R\$ 31.520.002,53	12.613,44 m ²	03/02/2014	Contrato Rescindido

Todas as obras atendem aos estabelecidos no Co.Je/CNJ (Recomendação 27/2009 e Resolução 114/2010)

OBRAS DE REFORMA - 2014/2015

OBRA	SITUAÇÃO ATUAL	VALOR A OBRA	INÍCIO	CONCLUSÃO	OBSERVAÇÕES
Centro da Criança e do Adolescente – CICA	Concluída	R\$ 448.235,75	08/10/2013	09/10/2014	
Fórum de Olinda	Concluída	R\$ 253.783,31	20/01/2014	17/06/2015	Reforma da caixa d'água externa, Assessoria Militar, área para uso dos terceirizados e construção do abrigo do gerador.
Fórum Thomaz de Aquino - WC's e Fachadas	Concluída	R\$ 306.543,15	04/08/2014	31/01/2015	Reforma de WC's, impermeabilização da fachada e pintura das fachadas.
Fórum de Itaíba	Concluída	R\$ 112.273,18	18/08/2014	17/10/2014	Conclusão da reforma e conclusão da construção do anexo.
Fórum Rodolfo Aureliano – WC's	Concluída	R\$ 347.674,90	30/09/2014	14/09/2015	Recuperação dos WC's.
1ª Câmara Regional de Caruaru	Concluída	R\$ 486.471,56	29/10/2014	25/05/2015	Reforma do imóvel para instalação da 1ª Câmara Regional de Caruaru.
Subestação do CICA	Concluída	R\$ 625.225,82	26/01/2015	Aguardando ligação definitiva da CELPE	Montagem de subestação abrigada 1000KVA.
Fórum de Altinho	Concluída	R\$ 672.737,41	09/03/2015	08/10/2015	Reforma e construção do anexo.
Fórum Rodolfo Aureliano – Placas de Granito	Em Andamento	R\$ 292.534,93	10/08/2015	07/01/2016	Retirada de placas de granito do prédio.
Datacenter do Fórum Rodolfo Aureliano	Em Andamento	R\$ 982.461,39	13/10/2015	10/02/2016	

NOVAS UNIDADES JUDICIÁRIAS - 2014/2015		
UNIDADE	SITUAÇÃO ATUAL	OBSERVAÇÕES
Vara Regional da Infância e Juventude de Vitória de Santo Antão	Concluída(DIRIEST)	Imóvel alugado, acessível (elevador shopping)
Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Caruaru	Concluída(DIRIEST)	Imóvel do TJPE, fórum antigo, acessível
Vara de Executivos Fiscais de Recife	Concluída(DIRIEST)	Imóvel alugado, Empresarial Riomar Trade Center, acessível
Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Petrolina	A iniciar(DIRIEST)	Imóvel do TJPE, casa oficial Antiga, acessível
Central dos Juizados Cíveis de Jaboatão dos Guararapes	Em andamento(DIRIEST)	Imóvel alugado, fórum fazendário antigo, acessível (térreo)
Juizado Criminal de Jaboatão dos Guararapes	A iniciar(DIRIEST)	Imóvel cedido pelo TRT, acessível (térreo)

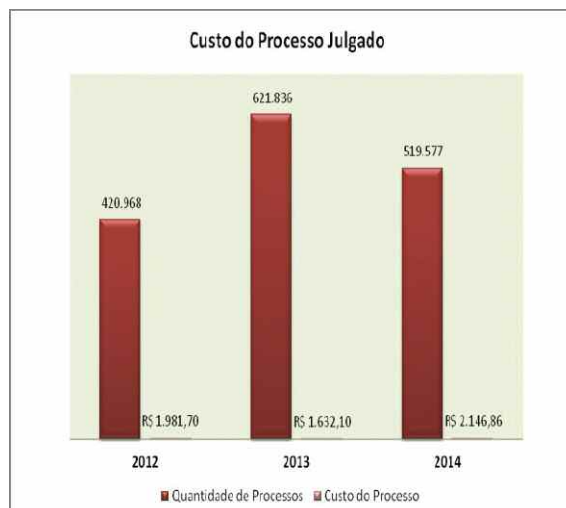
Contabilidade

O TJPE avançou no processo de Convergência Contábil ao padrão internacional, de modo a propiciar a adoção do regime de competência, em atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidades Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Tais procedimentos proporcionam maior agilidade e racionalização de processos, em especial com a implantação da ferramenta PE-Integrado (Licitações, Compras, Contratos, Almoxarifado e Patrimônio), que funcionará interligada ao Sistema Corporativo e-Fisco, bem como a apuração de custos para apoio aos gestores na tomada de decisão, propiciando uma gestão mais eficiente e eficaz, a geração de informações contábeis que reflitam melhor a realidade patrimonial do Poder e maior transparência e controle social. Destacamos os principais projetos concluídos e em andamento, capazes de tornar realidade os objetivos acima elencados.

Mensuração do custo do processo julgado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco

A quantidade de processos julgados foi obtida no Relatório “Justiça em Números”, publicado anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça. Foi evidenciado o custo do processo julgado nos anos de 2012, 2013 e 2014 no TJPE, não sendo possível a obtenção dessa informação em relação ao exercício de 2015, em função dos setores responsáveis pela coleta estarem aguardando definição quanto às metas impactadas pelas alterações promovidas pelo CNJ, na Resolução nº 76/2009. O cálculo do custo do processo julgado foi realizado ainda de forma incipiente, pela falta de uma ferramenta de apuração de custos que possibilite identificar o gasto pelas unidades do Poder, assim como a unidade jurisdicional de origem do processo e a matéria tratada.

O gráfico ao lado apresenta os resultados dos custos utilizando a metodologia mencionada.



Projetos concluídos:

● Convergência contábil ao padrão internacional

No Estado de Pernambuco, a convergência aos padrões internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, entrou em operação no exercício 2014, via Sistema e-Fisco Financeiro módulo Gestão da Convergência Contábil (GCT). Entre as principais transformações promovidas estão a adoção do novo plano de contas, a nova forma de reconhecimento dos gastos públicos e as novas demonstrações contábeis.



O novo Plano de Contas adotado pelo e-Fisco busca alinhar-se à estrutura definida no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN de uso obrigatório por todos os entes federados, com o objetivo de padronização visando à consolidação nacional das contas públicas, bem como a compatibilização na elaboração de relatórios e demonstrativos.

A nova forma de reconhecimento do gasto público em obediência ao princípio da competência, ou seja, no momento da ocorrência do fato gerador, exige o registro prévio das obrigações a pagar, por exemplo, com fornecedores, folha de pagamento, independentemente do momento da execução orçamentária.

Por sua vez, no encerramento do exercício 2014, foram elaboradas as novas demonstrações contábeis e as respectivas notas explicativas, refletindo as novas práticas contábeis adotadas. Estão disponíveis para consulta no portal deste Poder, através do link <http://www.tjpe.jus.br/web/transparencia/contas-publicas/informacoes-do-exercicio-de-2014>, evidenciando os resultados orçamentário, financeiro, econômico e patrimonial do TJPE.

● Provisões de Folha de Pagamento com férias de servidores e magistrados ativos

Da parceria das Diretorias de Contabilidade e de Gestão Funcional da Secretaria de Gestão de Pessoas resultaram em adequações no Sistema de Folha de Pagamento, Universal RH, objetivando a geração das provisões de férias, contemplando: o abono constitucional (1/3), remuneração, o auxílio alimentação e as obrigações patronais com o FUNAFIN e INSS.



O saldo provisionado até setembro de 2015, podendo ser pago a partir do exercício de 2016 com orçamento do referido exercício, perfaz o montante de R\$ 89.670.036,40. Essas provisões evidenciam o que a instituição possui de obrigações a pagar, em decorrência da atividade laboral de seu corpo funcional ativo.

Projetos em andamento

● Criação de tabela única de centros de custos para o Poder

Diversos setores do Tribunal de Justiça trabalham em projeto de definição de uma tabela única de centro de custo, a ser utilizada em todos os sistemas deste Poder e, por sua vez, no Sistema de Informações de Custos. Ela permitirá que o sistema de custos possa obter as informações dos sistemas estruturantes do Poder, por unidade/departamento, como, por exemplo, gasto com pessoal e movimentação de saída dos estoques. Também possibilitará o acompanhamento da depreciação dos bens móveis e imóveis, consumo de energia, etc. No projeto trabalham a Diretoria de Contabilidade, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação; Secretaria de Gestão de Pessoas e Coordenadoria de Planejamento, Gestão Estratégica e Orçamento.



● Sistema de Gestão Integrada de Compras, Licitações, Contrato, Almoxarifado e Patrimônio

O Tribunal de Justiça trabalha para formalizar convênio com o Governo do Estado, para consolidação do uso do sistema PE-Integrado, de controle e gestão patrimonial. Seu uso compreende os módulos de compras, licitações, contratos, patrimônio e almoxarifado, cujo produto será interligado ao sistema e-Fisco Financeiro. Por sua vez, será uma das ferramentas que fornecerá informações para a apuração de custos de cada unidade gestora. Acrescenta-se, ainda, que o sistema proporcionará ao Poder uma maior agilidade no rito dos processos licitatórios e nas compras, haja vista o trâmite eletrônico das informações.



● Organização e avaliação do acervo dos bens imóveis do TJPE

Está sendo elaborada radiografia da situação documental dos imóveis do Poder ou cedidos de terceiros. O levantamento construiu uma base de dados única em Excel, com informações jurídicas e financeiras, para assim subsidiar a análise dos atuais registros contábeis e fornecer os elementos necessários ao complemento dos referidos registros desses bens. O quadro abaixo apresenta o resultado dessa ação.



Por sua vez, a Diretoria de Engenharia e Arquitetura, também com o apoio da Diriest, vem realizando as avaliações desses imóveis, necessárias ao reconhecimento desses bens a valor de mercado, uma vez que constam no patrimônio do TJPE a valores históricos - muitos, simbólicos. Dessa forma, a DEA já realizou 56 avaliações com base nem valores de mercado, e a perspectiva, segundo o cronograma divulgado e informado ao TCE, é a de que até o final de 2016 todo esse patrimônio imobiliário seja avaliado. Cabe ressaltar que esse trabalho, além de fundamental para o processo de reconhecimento de todo o acervo dos bens imóveis na contabilidade do Poder e a devida implementação da depreciação, almeja instrumentalizar o gestor maior nas deliberações junto à unidade responsável, para regularização documental desses bens. O trabalho tem o envolvimento das Diretorias de Contabilidade e de Infraestrutura (Direst), responsável pela gestão e controle dos imóveis. Também a Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA), responsável pelas avaliações das unidades.

IDENTIFICAÇÃO DOS IMÓVEIS	QUANT.	%
PRÓPRIO - COM REGISTRO CARTORÁRIO	124	42,03%
PROPRIEDADE NÃO IDENTIFICADA - SEM REGISTRO CARTORÁRIO	56	18,98%
TERRENO E/OU EDIFICAÇÃO CEDIDO OU DOADO POR MUNICIPIO	28	9,49%
TERRENO E/OU EDIFICAÇÃO CEDIDO OU DOADO PELO ESTADO	80	27,12%
IMÓVEIS SUB JUDICE	2	0,68%
TERRENO E/OU EDIFICAÇÃO CEDIDO OU DOADO PELA UNIÃO	5	1,69%
TOTAL	295	100,00%

Fonte: Diretoria de Contabilidade

Controladoria

A Controladoria ganhou novas atribuições nesta gestão, notadamente aquelas decorrentes da aprovação do Manual de Procedimentos de Auditoria, anexo da Instrução Normativa TJPE 15/2015. Exemplos dessas novas atribuições são a instituição de procedimentos como inspeção administrativas e fiscalização.

A pauta de execuções das auditorias incluiu o controle patrimonial do Tribunal, principalmente com relação aos bens de consumo (constantes no almoxarifado central e no ambulatório) e às aplicações financeiras. No controle desses ativos, foram feitas conciliações, exames físicos e documentais, bem como checagem dos dados lançados no sistema contábil, financeiro e orçamentário do Estado, o e-fisco. Essas análises verificam se há conformidade entre a real situação dos bens e os registros contábeis.

Nesta gestão, o TJPE, através da Instrução Normativa 15/2015, aprovou o Manual de Procedimentos de Auditoria, alinhado com as técnicas e procedimentos modernos de controle interno preconizados pelo CNJ e TCU. No período de 2014/2015, a Controladoria atuou com foco nas ações estratégicas do TJPE, especialmente no que se refere ao acompanhamento das metas estabelecidas por este Tribunal e pelo CNJ.

Tais ações se deram, por exemplo, no acompanhamento do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário do Estado, a fim de controlar o limite de gastos com pessoal, conforme previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal. Atuou, também, no acompanhamento da execução orçamentária, de maneira a verificar se essa execução está compatível com o planejamento inicial do Tribunal.

Este órgão desenvolveu ações coordenadas junto ao CNJ, nas áreas de contratos e tecnologia da informação, a fim de aprimorar os controles do Tribunal, se enquadrando nas exigências e recomendações dos órgãos superiores de controle. Também atuou, em face do aperfeiçoamento das normas que balizam as atividades do Extrajudicial, em especial ao que concerne a um melhor atendimento ao usuário dos serviços, na identificação da necessidade de desenvolvimento de um sistema de maior celeridade e segurança para o recolhimento de custas judiciais.

Outra ação de destaque foi o acompanhamento do Plano de Obras do TJPE, além do aprimoramento perene dos procedimentos das contratações e execuções de obras de engenharia, conforme determinam a Lei 8.666/93 e a jurisprudência do TCU. A Controladoria também executou auditorias nos sistemas de recursos humanos e nos eventos de folha de pessoal, contribuindo para o aperfeiçoamento da transparência e dos processos internos dessas atividades.

A fim da persecução das metas de longo prazo deste Tribunal, a Controladoria fez reiteradas reuniões com suas áreas auditadas. Temos como exemplo as reuniões mensais com os profissionais da Diretoria de Engenharia e Arquitetura, para acompanhamento das obras, e os encontros com as diretorias Financeira e de Infraestrutura, com foco no controle e salvaguarda dos ativos do TJPE.

Consultoria Jurídica

A Consultoria Jurídica passou por avaliações sistemáticas para se adequar às diretrizes da gestão 2014/2015, que trouxe inovações como a implantação da Câmara Regional em Caruaru e a grande expansão do PJe. Desta forma, em geral, as demandas - elaboração de pareceres e de documentos como minutas de convênios, contratos e termos - apresentaram crescimento (ver tabelas):

Processos administrativos distribuídos até 14/12/2015

2014	2015	TOTAL
2.333	1.932	4.265

Pareceres emitidos em processos administrativos até 14/12/2015

2014	2015	TOTAL
2.454	2.113	4.567

Convênios celebrados até 14/12/2015

2014	2015	TOTAL
74	28	102

Contratos firmados até 14/12/2015

2014	2015	TOTAL
127	128	255

Termos aditivos a contratos e convênios até 14/12/2015

2014	2015	TOTAL
476	277	753

Termos de doação até 14/12/2015

2014	2015	TOTAL
04	01	05

Termos de quitação de contratos firmados até 14/12/2015

2014	2015	TOTAL
18	16	34

Tecnologia da Informação

A grande expansão da implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) nas mais diversas unidades do Tribunal de Justiça de Pernambuco alicerçou ações da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic). A prioridade foi dada pelo reconhecimento desta ferramenta como fundamental na celeridade e diminuição do acervo judiciário priorizadas pela gestão 2014/2015.

Para suportar o crescimento da utilização do PJe foram realizadas diversas melhorias na infraestrutura de Tecnologia da Informação. Entre elas, a ampliação e modernização da Central de Processamento de Dados (Datacenter), aumento da velocidade dos links de transmissão de dados nas comarcas, modernização e otimização da telefonia, aquisição de computadores e notebooks, scanner e novo equipamento para armazenamento de dados.

Além de contribuir significativamente para a realização das metas relacionados ao PJe, foram viabilizadas outras iniciativas, tanto na área judicial quanto na área administrativa do TJPE. É o caso das instalações das Centrais de Agilização Processual do Recife, Caruaru e Petrolina que receberam suporte de infraestrutura computacional e adequação do sistema Judwin 1º Grau.

A Setic também desenvolveu Novo Sistema de Consulta Processual via WEB, para processos cadastrados no Judwin 1º Grau e PJe. O serviço facilitou a busca de informações pelo cidadão comum e operadores do direito. Além deste, o Conhecer Virtual, que faz uso da tecnologia da informação para a área de adoção de crianças e adolescentes. A ferramenta promove encontros por vídeo, ajudando a transpor o maior desafio deste ambiente, que é a busca de perfis adequados àqueles interessados em adotar.

Todos os juizados criminais do Estado receberam o sistema de Gravação de Audiência, propiciando maior agilidade, com apoio da Setic. Uma outra novidade desenvolvida foi o Sistema de Inscrição de Editais, tornando mais rápido, transparente e eficiente o procedimento de inscrição dos magistrados do TJPE nos editais de promoção e remoção.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco deu sua contribuição ao programa Pacto pela Vida, do Governo do Estado, desenvolvendo, entre outros esforços, o Sistema SIAP Crime. Este sistema atendeu à necessidade urgente da Câmara de Articulação de acompanhar ações criminais. Faz a integração entre números de registros utilizados pela Secretaria de Defesa Social, Tribunal de Justiça de Pernambuco e Ministério Público de Pernambuco.

Para servidores e magistrados a Setic desenvolveu o programa TJPEmetas, que permite o monitoramento do cumprimento das metas por cada unidade judicial via indicadores de gestão. O apoio tecnológico foi imprescindível também para a infraestrutura de hardware e software em eventos realizados pelo TJPE, com destaque para o Mutirão de Negociação Fiscal 2015. Este se tornou modelo no âmbito nacional, pela qualidade da infraestrutura montada e resultados obtidos.

Também foi desenvolvido o Sistema de Vitaliciamento, para avaliações mais eficientes de juízes vitaliciandos. Outra novidade é o Sistema de Nascimento e Óbitos (Sinob), para a coleta de informações de nascimentos e óbitos registrados nos cartórios do Estado de Pernambuco. O Poder Executivo Estadual planeja utilização das informações disponibilizadas com vista na gestão estratégica das políticas sociais no Estado.

Nesta gestão, o núcleo de Precatórios contou com novas funcionalidades e melhorias na infraestrutura tecnológica do sistema de Gestão de Cálculos de Precatórios, garantindo, assim, mais agilidade, melhor controle, segurança e transparência na gestão de pagamentos de precatórios pelo TJPE. A Setic também desenvolveu nesta gestão o sistema de diárias, de forma a automatizar todo o fluxo de solicitação e pagamentos de diárias, garantindo agilidade, gestão e segurança.

Em parceria com a Empresa Municipal de Informática da cidade do Recife (Emprel) foi desenvolvida ferramenta de Ajuizamento em Lote de Processos de Executivos Fiscais no PJe. Ela automatiza e, conseqüentemente, agiliza o procedimento de ajuizamento dos processos de executivos fiscais municipais da capital. Em 2014, esta integração permitiu o ajuizamento em lote de cerca de 55 mil processos, evitando a prescrição de ações e, em 2015, foram ajuizados 25 mil processos. Ainda foi desenvolvido o Sistema de Gestão de Custas Judiciais (SICAJUD), integrado ao PJe, para controle da arrecadação das custas judiciais, de forma a evitar a evasão da receita oriunda das custas judiciais.

Iniciativas do Judiciário amparadas pela Setic

● Processo Judicial Eletrônico

É a principal iniciativa do Conselho Nacional de Justiça para melhorar os índices de celeridade dos processos e universalizar o acesso à Justiça. A Setic, alinhada ao direcionamento da Gestão do TJPE, priorizou os projetos e ações relacionados ao PJe, seguindo prazos no Ato nº 333/2014, que estabeleceu cronograma de implantação do sistema nas unidades judiciárias até 2017. Além das implantações foram realizadas melhorias na infraestrutura de TIC para suportar o crescimento da utilização do PJe.

● Centrais de Agilização Processual do Recife, Caruaru, Petrolina

Para a criação dessas unidades foi necessário suporte tecnológico. Entre outros itens, a implantação de infraestrutura computacional com equipamentos e rede de dados e adequação do sistema Judwin 1º Grau para atender aos novos processos de trabalho das Centrais.

● Novo Sistema de Consulta Processual via web

Para processos cadastrados no Judwin 1º grau e PJe, facilitando as buscas de informações pelo cidadão em geral e operadores do direito.

● Conhecer Virtual Recife, Caruaru e Petrolina

Promove encontros entre crianças e adolescentes com pretendentes a adoção por vídeo. Ajuda a transpor um dos maiores desafios no ambiente da adoção, que é a busca de uma criança/adolescente para perfis de pretendentes à adoção. O sistema agiliza o primeiro encontro de partes residentes em Comarcas distantes, do interior ou de outros estados, ou mesmo em outro país. Também promove economia de tempo e despesas com deslocamento do pretendente, aumentando, assim, o interesse destes por crianças/adolescentes que estejam longe de seu domicílio. Ainda reduz a frustração e um possível desgaste emocional do primeiro encontro presencial, tanto da criança/adolescente quanto dos pretendentes.

● Gravação de Audiência/Juizados Criminais

Implantado em todos os Juizados Criminais do Estado, propiciando maior agilidade na realização de audiências. Esta agilização está em consonância com os princípios da oralidade e celeridade inerentes aos Juizados.

- **Sistema de Inscrição em Editais**

Desenvolvido para tornar mais rápido, transparente e eficiente o procedimento de inscrição dos magistrados do TJPE nos editais de promoção e remoção.

- **SIAP Crime**

Integra números de registros utilizados pela Secretaria de Defesa Social, Tribunal de Justiça de Pernambuco e Ministério Público de Pernambuco. Possibilita o acompanhamento de ações criminais, atendendo necessidades da Câmara de Articulação do Pacto pela Vida, do Governo do Estado.

- **TJPEMetas e BI (Business Intelligence)**

Para o acompanhamento do cumprimento das metas por cada unidade judicial, via indicadores de gestão. O TJPEMetas está disponível a magistrados e servidores na intranet. Entre marcadores disponibilizados estão as metas do CNJ, Enasp, indicadores de acervo, de réus presos, metas dos Juizados e vitaliciamentos, entre outras.

- **Infraestrutura de hardware e software em eventos realizados pelo TJPE**

Disponibilização de microcomputadores e infraestrutura de cabeamento lógico para os eventos. O suporte à rede de computadores e o gerenciamento de todo o ambiente tecnológico tem sido decisivo para o sucesso de mutirões, envolvendo não só o TJPE como outras instituições a exemplo do Governo do Estado, prefeituras e Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ). Destaque para o Mutirão de Negociação Fiscal, em julho de 2015. A ação tornou-se modelo no âmbito nacional, pela qualidade da infraestrutura montada e pelos resultados obtidos.

- **Sistema de Vitaliciamento**

O desenvolvimento da ferramenta atendeu a solicitação do Núcleo de Vitaliciamento da Corregedoria Geral de Justiça, para otimizar avaliações dos Juízes vitaliciandos.

- **Sistema de Nascimento e Óbitos**

Coleta das informações de nascimentos e óbitos registrados nos cartórios do Estado de Pernambuco. Estas informações são consolidadas através do BI em forma de painéis de dados.

- **Sistema de Gestão de Cálculo de Precatórios**

Este sistema gerencia e efetiva o pagamento de precatórios, garantindo agilidade e melhorando marcadores de controle, segurança da informação e transparência na gestão de pagamento de precatórios.

- **Ordem de Pagamento Eletrônica**

Ainda em teste, automatiza e otimiza as atividades no Núcleo de Precatórios do TJPE. Integrado ao sistema de Gestão de Cálculo de Precatório, permitirá a realização das retenções necessárias aos pagamentos dos precatórios, a inclusão de todas as informações pertinentes aos alvarás e o envio dos alvarás de forma eletrônica para as instituições bancárias.

- **Ajuizamento em Lote de Processos de Executivos Fiscais no PJe**

Sistemática desenvolvida em parceria com a Empresa Municipal de Informática da cidade do Recife (Emprel) que automatiza o ajuizamento dos processos de executivos fiscais municipais da capital. Em 2014, esta integração viabilizou o ajuizamento em lote de cerca de 55 mil processos, evitando a prescrição das ações. Em 2015 foram ajuizados 25 mil processos.

- **Sistema de Gestão de Custas Judiciais**

Para controle da arrecadação das custas judiciais, além da integração com o sistema PJe. Evita a evasão da receita oriunda das custas judiciais.

- **Sistema de Diárias**

Desenvolvido para garantir agilidade, transparência e melhor gestão para o fluxo de solicitações e pagamentos de diárias.

Conquistas na Infraestrutura de TIC do TJPE

- **Ampliação e modernização da Central de Processamento de Dados (Datacenter)**

Foi dobrada a capacidade de armazenamento de informações do Tribunal. Para se preparar para a implantação do PJe em todo o Estado também houve investimento na aquisição de uma infraestrutura modular, atendendo às normas internacionais de implantação e gestão de Datacenters. Neste projeto, está prevista a instalação de dois Datacenters no TJPE, um na área externa do Fórum do Recife, com conclusão prevista para fevereiro de 2016, e outro em terreno pertencente ao Tribunal no município de Camaragibe, ainda em processo de licitação.

- **Aumento da velocidade dos links de transmissão de dados nas comarcas do TJPE**

Com o aumento da demanda de acesso aos sistemas computacionais do TJPE, foi feito aumento nos links de transmissão em comarcas do interior e de prédios na capital e região metropolitana.

- **Modernização e otimização da telefonia**

Houve migração da telefonia fixa para a rede PE-Conectado, cujo contrato oferece pacote integrado de serviços de telecomunicações. Este atende entidades do executivo estadual na Capital e Interior e comunicação intragrupo, sem custo. Foram implantadas novas centrais telefônicas, o que permitiu a comunicação entre as unidades do TJPE sem tarifação. Foram interligados o Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano (Fórum do Recife), o Fórum Thomaz de Aquino e o Fórum Paula Baptista. Encontra-se em fase final de implantação no Palácio da Justiça.

- **Aquisição de computadores e notebooks**

Foram adquiridos novos equipamentos, a exemplo de 4.275 microcomputadores. Parte das aquisições se deu por doação do CNJ responsável por 40% dos novos microcomputadores, quatorze novos servidores e um dos três novos estorages. O esforço fez parte da política de renovação do parque computacional e atendeu aos requisitos mínimos da expansão do PJe.

- **Segurança da Informação**

Foram implementados projetos que corroboram com as melhores práticas vigentes de segurança da informação (confidencialidade, integridade e disponibilidade). Destacam-se a implantação da política de senhas para todos os usuários da rede do TJPE e o bloqueio automático dos computadores, diminuindo o risco de acesso indevido aos equipamentos em uso. Além disso, houve campanha permanente de Segurança da Informação. Entre as ações, destaca-se a distribuição de cartilhas e cartazes nos principais prédios da região metropolitana com orientações para magistrados e servidores.

Pessoal

A regulamentação da Progressão Funcional foi uma conquista do servidor, trazendo perspectivas de crescimento na carreira através da qualificação profissional e desenvolvimento continuado. A Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça de Pernambuco elaborou projetos focados em diretrizes como resolutividade, negociação e integração no biênio 2014/2015.

A realização de visitas a unidades permitiu acompanhar de perto o dia a dia do pessoal e planejar ações para o alcance de metas. Essas ações foram chamadas de Consultorias em Gestão, por meio das quais uma equipe da SGP junto com os servidores das unidades organizacionais procuraram soluções funcionais para melhorar as condições de trabalho.

Pensando no bem-estar, desenvolveram-se atividades de integração como Sarau Natalino, Olimpíada, Livrotecas Livres, Concurso Literário, Concurso de Fotografias e Programa Pós Carreira. A nova regulamentação da Progressão Funcional é instrumento de valorização do servidor, trazendo perspectivas de crescimento na carreira, através da qualificação profissional e desenvolvimento continuado.

Quadro de Juízes

ENTRÂNCIA	QUANTIDADE DE MAGISTRADOS		TOTAL
	Juízes de Direito	Juízes Substitutos	
1ª Entrância	11	61	72
2ª Entrância	151	28	179
3ª Entrância	162	33	195
Total	325	122	447

Quadro de servidores

Atualmente, a instituição conta com 7.096 servidores ativos, sendo 6.825 efetivos e 271 comissionados e à disposição deste Poder.

Recrutamento e seleção

● Magistrados

Em setembro de 2014 o Tribunal de Justiça de Pernambuco nomeou 72 candidatos aprovados no Concurso Público para Provimento do Cargo do Juiz Substituto (edital nº 01/2012). Em 2015 foi realizado novo concurso e, dos cem aprovados, trinta juízes foram nomeados em janeiro de 2016.

● **Servidores**

Para dar cumprimento à missão institucional, o TJPE prorrogou, em março de 2014, por dois anos o concurso público de servidores efetivos, Edital nº 01/2011. De janeiro de 2014 a outubro de 2015, foram nomeados 898 candidatos aprovados. Destes, 565 tomaram posse, vindo a integrar o quadro efetivo de servidores do TJPE.

Foi deflagrado o processo de contratação de empresa especializada na organização de concurso público para formação de cadastro reserva a cargos efetivos do PJPE.

O processo de seleção interna é um estímulo para os profissionais revelarem habilidades que podem ser reconhecidas e utilizadas, trazendo melhoria substancial no comprometimento e no desempenho do profissional. A oportunidade oferecida pelo processo de seleção interna gera um diferencial significativo para a gestão, pois aumenta as chances de adequação do perfil profissional para as vagas ofertadas.

Das seleções realizadas, destacam-se aquelas dirigidas para os mutirões da 1ª e 2ª Varas dos Executivos Fiscais Municipais da Capital, de Distribuição do 2º Grau, de Conciliação da Coordenadoria do Sistema de Resolução Consensual e Arbitral de Conflitos, para atuação na Copa do Mundo, função gratificada de Assessor de Magistrado e para a 3ª Vara Cível Comarca de Jaboatão dos Guararapes.

● **Estagiários**

No exercício de 2015, o Tribunal de Justiça de Pernambuco realizou a Seleção Pública para Estagiários, ofertando 110 vagas distribuídas em 23 cursos. Até outubro de 2015, foram admitidos 123 estagiários, sendo 87 deles para atuarem na capital e 36 no interior do estado.

● **Voluntários**

No biênio 2014/2015 foram realizadas quatro seleções públicas para atuação no serviço voluntário, sendo ofertadas 91 vagas para Agente de Proteção, 96 vagas para Mediador e 282 para Conciliador.

Serviços voltados a servidores e magistrados

● **Gestão de documentos funcionais**

Entrou em funcionamento em janeiro de 2014 o SGP Ditial, sistema criado pela Secretaria de Gestão de Pessoas com o objetivo de automatizar os requerimentos. Estes passaram a ter sua tramitação inteiramente em ambiente virtual, gerando ganho de tempo, redução do uso de papel, maior segurança, transparência e interação com o servidor.

Até o início de novembro de 2015 foram implantados 31 tipos de encaminhamento virtual de documentações, reduzindo custos na geração de mais de 70 mil documentos físicos. Acoplado ao SGP Digital está em desenvolvimento o Arquivo Digital, que contemplará as imagens de todas as pastas funcionais existentes no acervo da Secretaria, otimizando o acesso pelas unidades da SGP, que passa a ser imediato e em tempo integral.

PASTAS DIGITALIZADAS	7.804
DOCUMENTOS DIGITALIZADOS	460.119
IMAGENS GERADAS	576.191

- Comunicação Interna

Entre os produtos ofertados a servidores e magistrados, sobressai a revista eletrônica Comunica, enviada semanalmente pela Secretaria de Gestão de Pessoas para o e-mail institucional dos servidores, magistrados e estagiários. Além desse informativo também são elaboradas matérias e artigos para outros sites deste Poder. A comunicação visual é realizada por meio de produção de cartazes, folders, sinalizações, manuais, cartilhas e páginas web.

Saúde e bem-estar

Em busca da melhoria da qualidade de vida e produtividade no trabalho, o TJPE realizou, via Secretaria de Gestão de Pessoas, atividades estimulando cuidados com a saúde e ações culturais e esportivas.

Ações de saúde

As atividades contemplaram serviços de saúde integral e de assistência médica, odontológica, psicológica, fisioterápica e nutricional. Nesta gestão, os servidores passaram a contar com o grupo de treinamento funcional e foi ampliado o atendimento de ações como o plantão de nutrição, orientação ergonômica e campanha de vacinação.

A Junta Médica Oficial (JMO) implementou o projeto piloto Licenças Acompanhadas, que gerou redução dos dias de afastamento convertendo-os em dias de efetivo trabalho. Entre os cursos oferecidos, Primeiros Socorros no Ambiente de Trabalho e Manuseio do Desfibrilador Externo Automático (DEA). Entre as campanhas, a Semana de Combate à Hipertensão Arterial e Semana + Saúde.

ATIVIDADE DESENVOLVIDA	2014	2015
Campanha de Imunização contra a Influenza	297	883
Semana + Saúde	1.829	916
Semana de Combate à Hipertensão Arterial	1.002	-
Curso de Orientação para servidores em casos de parada Cardiorrespiratória e uso do DEA	300	-
Curso de Primeiros Socorros no Ambiente de Trabalho	-	139
Quantitativo de Parecer Médico (até agosto de 2015)	170	29
Ação de Saúde em parceria com ACMEPE para os terceirizados	498	420
Atendimento individual (acompanhamento, entrevistas e avaliações do nível de ansiedade, depressão e estresse)	521	318
Ginástica Laboral	28.824	25.708
Grupo de Corrida e Caminhada e Treinamento Funcional	597	487
Grupo de Gerenciamento de Estresse (GGE) e Pós-Encontros do GGE	740	519
Massoterapia	2.183	1.987
Plantão de Nutrição e outras ações pontuais de orientação nutricional	329	482

Ações culturais e esportivas

Visando à melhoria da qualidade do ambiente de trabalho e integração dos colaboradores do PJPE, a SGP criou oportunidades de participação de servidores e magistrados em eventos como Concurso de Fotografia e Olimpíadas. Também foram oferecidos serviços de atividades contínuas como Cinemateca e Livroteca.

- **Concurso de Fotografia**

Projeto de valorização dos talentos da casa, estimulando a sensibilização artística e evidenciando a cultura. As doze fotos mais votadas são expostas em prédios do judiciário e compõem o calendário da instituição.

- **Concurso Literário**

Enaltece as habilidades dos integrantes da instituição, publicando contos e poesias inéditos em um livro.

- **Livroteca Livre**

Projeto que incentiva e difunde a leitura das pessoas que trabalham e transitam nos fóruns, propiciando acesso aos livros, que podem ser lidos no local ou levados para casa e depois devolvidos. Novos livros também podem ser deixados na Livroteca Livre.

- **Olimpíada**

Promove a socialização dos que fazem parte do TJPE, aliando a prática esportiva e a cultura da conscientização de que pessoas saudáveis potencializam a produtividade pessoal e também corporativa.

- **Sarau de Natal**

Valoriza e divulga as habilidades artísticas dos que fazem o Tribunal de Justiça de Pernambuco. No ano de 2014, cerca de 200 pessoas participaram do evento.

- **Programa Pós-Carreira**

Auxilia na sistematização do projeto de vida após a aposentadoria. É destinado a magistrados e servidores que estejam a dois anos da aposentadoria ou para quem deseja fazer um planejamento de médio e longo prazo.

INSCRIÇÕES	QUANTIDADE DE INSCRITOS
2014	259
2015	499

Desenvolvimento Humano

As diretrizes de treinamento e aperfeiçoamento de magistrados e servidores no Tribunal de Justiça de Pernambuco tiveram alinhamento com os projetos institucionais do TJPE. Desta forma, planos estratégicos foram atendidos pela Escola Judicial do TJPE (Ejud) com ações e capacitações específicas. Destaque para a expansão do Processo Judicial Eletrônico, a implantação da Central de Agilização Processual da Capital e o Regime Diferenciado de Trabalho (RDT).

Em relação ao PJe, mais de três mil magistrados e servidores foram capacitados no biênio 2014/2015 pela Ejud, que também ofereceu cursos no ambiente do PJe ao Ministério Público e à Defensoria Pública de Pernambuco.

Com os resultados obtidos pela Central de Agilização Processual da Capital, a Escola Judicial contribuiu de forma direta através do desenvolvimento de ação denominada “Escritório de Sentenças”, correspondente à etapa prática do Curso de Formação Inicial ofertado aos 61 juízes substitutos empossados em 2014.

O Projeto de Formação Inicial para os magistrados foi destaque na gestão do desembargador Ricardo Paes Barreto como diretor geral da entidade, contando com a colaboração de mais de 100 palestrantes nos quatro meses de curso – de outubro de 2014 a janeiro de 2015, ofertando 636 horas-aula no total.

Com o Regime Diferenciado de Trabalho, a Ejud alinhou-se através da capacitação inicial dos 80 servidores deslocados temporariamente para área fim e durante todo o RDT com o treinamento in loco dos mesmos serventuários, com a utilização da metodologia de Aprendizagem pela Ação.

Além disso, nos anos de 2014/2015, com base em pesquisa de opinião realizada por e-mail, em 2014, com todos os magistrados do Estado, 35 cursos de aperfeiçoamento foram realizados, na Capital e Interior, para os magistrados já vitaliciados, sendo destaque as capacitações sobre o Novo Código de Processo Civil.

Aos magistrados em vitaliciamento, ao todo, foram quatro cursos ofertados, em oito turmas, totalizando noventa horas para cada turma. Já em relação aos servidores, também na Capital e Interior (Garanhuns, Triunfo, Caruaru, Petrolina, Afogados da Ingazeira), foram ofertados cursos nos temas Gestão, Tecnologia e Direito, seja na modalidade presencial ou a distância. Especificamente na modalidade a distância, 2.145 horas de aula foram ofertadas em um total de 5.403 vagas.

Além disso, a Escola Judicial, em consonância com as políticas de valorização do capital humano do TJPE, está realizando seis turmas dentre os cursos de Pós-Graduação - Direito Civil e Processo Civil, Direito Penal e Processo Penal e Direito Público, no Recife, Caruaru e Garanhuns – para aproximadamente 240 servidores do Poder Judiciário estadual.

Outros projetos institucionais com vários órgãos do Tribunal também foram executados pela Escola Judicial, como os cursos relativos às Jornadas Pernambucanas dos Direitos da Infância e Juventude, o Programa Acolher e os cursos sobre Depoimento Acolhedor, em parceria com a Coordenadoria da Infância e Juventude.

Informação Documental

O desafio do Tribunal de Justiça consistiu em localizar e disponibilizar informações de interesse do usuário em velocidade e qualidade. A Secretaria Judiciária ficou responsável pela organização da gestão do serviço de jurisprudência e coordenação de atividades taquigráficas. Também respondeu pela gestão de documentos de Arquivo, Biblioteca e do Memorial da Justiça.

Trabalhos desenvolvidos no biênio 2014/2015:

Serviços de documentação

- Conservação em 18.843 folhas de processos judiciais históricos;
- Higienização, confecção de capas, acondicionamento de capas e identificação de processos da comarca do Recife em 1.080 documentos;
- Recolhimento de acervos históricos das comarcas de Catende, Amaraji e Limoeiro;
- Início da catalogação de processos judiciais históricos da comarca de Palmares para publicação de seu primeiro catálogo;
- Limpeza mecânica e restauração de lombadas e capas de 32 livros;
- Publicação da edição Nº 6 da revista eletrônica “Documentação e Memória”, com trabalhos e pesquisas do Judiciário;
- Transcrição de autos de processos judiciais: dois do século dezenove e três do início do século vinte, sendo três referentes a ações de desapropriação, importantes para o trabalho de preparação da nova exposição de longa duração;
- Mutirão da Transferência – Agilização da transferência de processos judiciais encerrados das varas para o Arquivo Geral do TJPE.

Publicações

Foram realizadas publicações envolvendo esforços da Secretaria Judiciária e Centro de Estudos Judiciários, este com diversos projetos em fase de conclusão. Entre eles, edições da coleção Memória Judiciária de Pernambuco, com biografias de magistrados e uma edição especial destinada aos ex-presidentes do TJPE nos últimos 50 anos. As publicações da Secretaria Judiciária envolveram edições do Diário de Justiça, sentenças e acórdãos. A seguir, quadro de publicações no biênio 2014/2015.

PUBLICAÇÕES 2014/2015		
	TIPO	QUANTIDADE
Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco comentado – de autoria do servidor do TJPE Eduardo Luiz Brasileiro de Cerqueira, revisado pela equipe do Centro de Estudos Judiciários (CEJ)	Livro	400 exemplares
Revista do CEJ nº 5: artigos, palestras e publicações de interesse do TJPE	Revista	600 exemplares
Série Memória Judiciária: Desembargador Nildo Nery dos Santos (CEJ)	Livro	1.000 exemplares
Acórdãos lançados no banco de dados da internet	Acórdãos	40.058
Acórdãos do TJPE reformados no STF/STJ	Acórdãos.	14
Indexação de inteiro teor	Acórdãos	4.259
Publicação de acórdãos no DJE	Acórdãos	43.492
Acórdãos no DJE (Seção de Caruaru)	Acórdãos	2.386
Pesquisas de jurisprudência	Acórdãos	52
Documentos fornecidos	Ementas	470
Documentos digitalizados	Acórdãos	41.926
Lançamentos no banco de dados	Acórdãos	30.314
Acórdãos digitalizados (seção de Caruaru)	Acórdãos	2.802
Processos registrados e publicados no Diário de Justiça Eletrônico	Acórdãos	45.878
Diários de justiça assinados e veiculados no site	Diários	384

Projetos complementares

Foram desenvolvidas ações pela Secretaria Judiciária do TJPE na área de publicação dos acórdãos do Segundo Grau no DJE quanto à alimentação do banco de dados de Jurisprudência e digitalização de acórdãos.

Atenção especial esteve voltada ao atendimento de pesquisas e solicitações de inteiro teor de acórdãos por parte de advogados, juízes e desembargadores. Ainda à assinatura e veiculação online do Diário de Justiça Eletrônico do Estado de Pernambuco.

- Implantação do novo link de pesquisas no site do TJPE (Jurisprudência web), otimizando a visualização e pesquisa jurisprudencial ao público;
- Ajustes no programa Judnotas, recentemente substituído, com fins de dar maior agilidade aos trabalhos de tratamento dos acórdãos a serem disponibilizados no link de jurisprudência;
- Reformulação do link de pesquisas e ajustes no Judnotas, que provocaram maior demanda de solicitações de pesquisas e de cópias digitalizadas de acórdãos por parte do público. Isso levou à consolidação do serviço de atendimento por e-mail nas Unidades de Digitalização e de Veiculação;

- Aquisição de novos monitores para trabalhos de digitalização dos acórdãos em imagens e substituição das antigas impressoras do setor;
- Diminuição da estadia dos processos de segundo grau para até três dias úteis dentro da gerência para fins de publicação no DJE, obedecendo o prazo previsto nas metas do CNJ;
- Criação do serviço de jurisprudência para Câmara de Caruaru, inaugurada em 2014;
- Desenvolvimento de projeto, junto à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, para implantação do serviço de inclusão de decisões monocráticas (terminativas, interlocutórias e liminares). Será dentro dos sistemas do Judnotas, com posterior veiculação no Jurisprudência Web, a fim de promover o enriquecimento do banco de dados de jurisprudências deste Tribunal.

Biblioteca

Um dos projetos de maior destaque na área de Biblioteca foi a Biblioteca Digital, cujo acervo já se encontra informatizado, com exceção do acervo de obras raras, que requer manuseio diferenciado. Desta forma, registramos quase 22 mil consultas online, entre outros serviços:

Biblioteca do Palácio da Justiça		
Aquisição total de livros por compra (Biblioteca + demais setores)	Livro/Periódico	713
Seleção de Obras enviadas para compra (Biblioteca TJPE e Setores)	Livro/Periódico	981

Biblioteca Alexandre Aquino		
Aquisição total de livros por compra (Biblioteca + demais setores)	Livro	445
Incorporação de livros para o acervo da Biblioteca	Livro	305

Biblioteca do CICA		
Aquisição total de livros por compra (Biblioteca + demais setores)	Livro	1.213
Entrega de livros para comarcas, varas da região metropolitana e CICA	Livro	797

Pesquisas realizadas		
Consulta online dos usuários ao Acervo Bibliográfico (doutrina, jurisprudência e legislação)	Usuário	21.770
Entrega de livros para comarcas, varas da região metropolitana e CICA	Usuário	324
Consulta on-line dos usuários ao Acervo Bibliográfico no sistema SIABI	Usuário	21.792
Execução de pesquisa de doutrina, jurisprudência e legislação para magistrados, servidores e bibliotecas jurídicas	Usuário	1.069
Consulta dos usuários ao acervo (doutrina, jurisprudência e legislação)/ Biblioteca Alexandre Aquino	Usuário	2.271
Execução de pesquisa de doutrina, jurisprudência e legislação para magistrados, servidores e bibliotecas jurídicas	Usuário	437

Cultura do Judiciário

Foram desenvolvidas diversas ações no sentido estimular atividades culturais e mesmo esportivas por servidores e magistrados. Aquelas lançadas pela Secretaria de Gestão de Pessoas buscaram a melhoria da qualidade do ambiente de trabalho e integração dos colaboradores do PJPE. Já a Secretaria Judiciária promoveu ações culturais voltadas para chamar a atenção do público externo aos serviços do Judiciário Estadual.

Ações do Memorial da Justiça (público externo)

Sob coordenação da Secretaria Judiciária, o Memorial da Justiça teve um público de 2.523 visitantes. As ações de destaque estão relacionadas à divulgação do TJPE e à formação de público para o museu do Memorial. Foram focadas, em especial, no visitante escolar - sejam estudantes, educadores ou gestores. Alguns dados do biênio 2014/2015:



Memorial da Justiça

- Realização de 420 atendimentos a pesquisadores no acervo do Arquivo Histórico, Biblioteca do Magistrado Escritor e Fotografias;
- Realização de palestras, oficinas e encontros (ver tabela);
- Em 2015 as ações educativas voltaram-se essencialmente para o atendimento de escolas, fazendo uso do jogo eletrônico "Fica Dica". Ele disponibiliza uma forma lúdica de se ter noções sobre justiça e cidadania, sendo usado para aproximar o Judiciário dos públicos infantil e juvenil das escolas públicas do estado;
- Em parceria com a Fundarpe foi desenvolvido o Jogo do Patrimônio 2.0. Diante das ações realizadas por essa divisão, nos anos de 2014 e 2015 observou-se o aumento do público espontâneo. Quanto à divulgação do espaço, houve aumento no número de notícias das ações executadas pelo Memorial na mídia local;
- Os projetos "Do Concreto ao Sensorial" e "De Voto em Voto: Todos no Exercício da Cidadania" implementam ações de acessibilidade a pessoas cegas no Memorial da Justiça. Desenvolvidos em parceria com o TRE-PE, têm o intuito de minimizar as barreiras no museu em relação às pessoas com deficiências, especialmente crianças e adolescentes cegas, surdas e portadoras do Transtorno do Espectro Autista (TEA), via ação educativa e inclusiva, com o uso de jogo eletrônico;
- Para aprimorar serviços do Memorial da Justiça ao cidadão, servidores fizeram reciclagens e aprofundamentos em encontros, seminários e cursos. Destaque para o Encontro Brasileiro de Museus Casas: Museografia e Recepção; da Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, em agosto de 2014 e Gestão Documental no Poder Judiciário (EAD/CNJ), entre mais de uma dezena de eventos.

ATIVIDADES DO MUSEU DO JUDICIÁRIO/MEMORIAL DA JUSTIÇA	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Oficinas de Férias 2014 (janeiro e julho) Para estudantes teve como público crianças na faixa etária de 7 a 10 anos	262
1º Fórum de Memória do Judiciário do Norte-Nordeste (abril/2014)	92
Semana Nacional de Museus" (maio/2014 e maio/2015) ● 2014 - oficinas sobre os temas "Estatuto da Criança e do Adolescente", "Direitos Sexuais e Reprodutivos dos Jovens"; "Lei Maria da Penha - Ação, Encenação e Cidadania"; "Direitos Humanos no dia a dia: Uma Questão de Justiça"; Oficina sobre Patrimônio - "Narrativas em Cidadania, Justiça e Patrimônio". ● 2015 – atividades no Memorial: atividades lúdico-pedagógicas com uso do jogo Fica Dica.	117 173
Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (outubro/2014) Atividades nos dias 20, 21, 22, 23 e 29/10/2014 - Oficinas "Reciclando no Memorial"	96
Encontro Museu e Educação: Museu, Escola, Turismo e Gênero (Novembro/2014) Atividades: Palestra sobre o tema "Museus e Desenvolvimento social -Turismo, Educação e Cultura" e "Gênero, Cultura e Educação: Mudanças e Permanências"	100
Atendimento a visitantes, com mediação	2323
Recebimento de mulheres egressas do Sistema Prisional para atividades educativas, em parceria com a Secretaria da Mulher da Prefeitura da Cidade do Recife e o Patronato/Governo do Estado de Pernambuco (2015)	60
Participação do projeto da Prefeitura da cidade do Recife "Olha! Recife" (2015)	84
Realização do evento "Conversas de Gênero" (Março/2015), em homenagem ao Mês da Mulher, em parceria com a Secretaria da Mulher da Prefeitura da Cidade do Recife	50
Realização de evento em homenagem ao dia da Mulher Negra Latinoamericana e Caribenha (25/07/2015) e a Selma do Coco, em parceria com a Secretaria da Mulher da Prefeitura da Cidade do Recife	20
Participação da Semana do Patrimônio de Pernambuco 2015, com atividade lúdico-pedagógica utilizando o Jogo do Patrimônio 2.0, em parceria com a Fundarpe.	25
Atividade lúdico-pedagógica, com uso do jogo Fica Dica, com jovens reeducandos do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), em parceria com o Governo do Estado de Pernambuco (2015).	10

Comunicação Social

Imagem do TJPE

No biênio 2014/2015, o TJPE foi citado em 6.671 notícias, sendo 2.943 delas positivas, 784 negativas e 2.905 neutras, segundo dados coletados entre 6 de fevereiro de 2014 e 30 de novembro de 2015. A Assessoria de Comunicação Social do TJPE (Ascom) enviou releases que resultaram em 1.330 inserções na mídia até agosto de 2015, das quais 1.112 foram positivas. Houve 2.254 atendimentos à imprensa.

Clipagem eletrônica

Para tornar mais eficiente a coleta desses dados, a Ascom modernizou e ampliou o serviço de clipagem, por meio da contratação de empresa especializada. Até agosto de 2015, a identificação e compilação das notícias sobre o Poder Judiciário de Pernambuco era realizada por jornalistas da própria Ascom e abrangia veículos de comunicação impressos e online. Com o novo serviço, as notícias sobre a Justiça Estadual estão disponíveis em tempo real, em página na web criada pela empresa contratada.

As matérias em rádio e televisão também podem ser acessadas via clipagem eletrônica, hospedada no Portal do TJPE, no link TJPE na Mídia. A Ascom realizou pesquisa interna com as secretarias, diretorias e demais setores demandantes de serviços de assessoria de imprensa, comunicação visual (cartazes, pôsteres, banners, cartilhas, etc) e alimentação de sites hospedados no Portal do TJPE, a fim de avaliar as potencialidades do serviço e os desafios que precisam ser superados.

A análise do clipping é feita por empresa contratada, com produção de relatório mensal enviado à Ascom. As inserções em rádio e TV começaram a ser aferidas a partir de 7 de agosto de 2015, quando teve início o contrato. Nos impressos, de fevereiro de 2014 a novembro de 2015, houve publicação de 2.971 notícias nas quais o TJPE aparece, seja como tema principal ou secundário.

O Judiciário de Pernambuco apareceu, neste período, em 3.387 matérias de veículos online. A maior parte da exposição foi positiva e neutra, com 44,11% e 43,53% das ocorrências, respectivamente. As citações negativas correspondem a 11,75% do total. Quanto ao banco de imagens, está em remodelação o Flickr da Ascom.

Portal TJPE e Intranet

De 6 de fevereiro de 2014 a 9 de dezembro de 2015 foram publicadas 744 matérias no Portal do TJPE, entre notícias e artigos. Desse quantitativo, 655 notícias abrangiam assuntos institucionais, como lançamento de projetos, metas, balanço de ações e convênios. Sobre decisões judiciais e andamento de processos, publicaram-se 62 textos. Na intranet, foram 198 notícias. No mesmo período, 509 avisos foram publicados na internet e na intranet.

Outros canais de comunicação

A interação tanto do público externo como interno com a Ascom TJPE ocorre por telefone e e-mail. Houve 2.254 atendimentos à imprensa de fevereiro de 2014 a novembro de 2015, dos quais 531 efetuaram-se por e-mail. Abaixo, outros canais de comunicação usados:

- **Informativo TJPE Notícias**

Veiculado semanalmente (a partir de agosto/2015, quinzenalmente) em coluna nos três jornais de maior circulação em Pernambuco, o Informativo TJPE Notícias teve 93 edições, de 06/02/2014 a 06/12/2015, que enfocam prestação de serviço ao cidadão e destacam programas, projetos e ações.

- **Boletim Virtual**

O Núcleo de Comunicação Virtual produziu 372 boletins de notícias para magistrados e servidores, enviados por e-mail institucional às segundas, quartas e sextas-feiras.

- **Banner virtual**

O mesmo núcleo produziu, até 26 de outubro de 2015, 85 banners virtuais para homepage e Intranet. A partir de 09/10/2014, o Núcleo passou a contabilizar o número de cliques por banner. Em um ano, registraram-se 24.295 cliques em 64 banners publicados.

- **Mídias sociais**

Atualmente, o TJPE tem perfis oficiais em cinco mídias sociais: Twitter, Youtube, Google+ e LinkedIn. Ao somar os seguidores, os perfis oficiais do TJPE contabilizam 13.160 internautas interessados em acompanhar suas iniciativas. Durante o biênio 2014/2015, o perfil @TJPE_oficial no Twitter conquistou 4.700 novos seguidores, alcançado 10.700 seguidores em outubro de 2015. Nesses dois anos, foram publicados 2.048 tweets, abrangendo notícias e serviços, campanhas institucionais, cobertura de eventos e resposta a perguntas, dúvidas e reclamações. No Youtube, os 71 vídeos postados obtiveram 11.441 visualizações.

Comunicação Visual

A Ascom do TJPE conta com Núcleo de Imagem responsável pelas peças publicitárias e de comunicação visual dos diversos setores do Tribunal. No biênio 2014/2015, atendeu um total de 32 clientes, com destaque para a Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ). Ao todo, o Núcleo de Imagem recebeu 154 pedidos de peças, entre cartazes, pôsteres, cartilhas, banners, crachás, camisetas, panfletos, faixas, certificados, cartões de visitas, blocos, convites, pastas, adesivos, cartões de Natal e móbilis.

Desses pedidos, resultaram 119.248 cópias confeccionadas. Ganhou destaque a campanha para a Copa do Mundo 2014, criada pelo Núcleo de Imagem do TJPE, replicada em todos os outros Tribunais estaduais que foram sede do Mundial. Além de banners e pôsteres distribuídos no aeroporto e outros pontos estratégicos, foram afixados 1.705 cartazes nos ônibus da Região Metropolitana do Recife no período do evento.

Outra campanha que teve grande repercussão, circulando em 965 ônibus da Região Metropolitana do Recife, foi a “Silêncio Não Protege – Denuncie”, da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra

a Mulher. Merece destaque a participação no projeto de sinalização do Mutirão de Negociação Fiscal do TJPE, em julho de 2015, a partir de projeto da Corregedoria Nacional de Justiça. Ainda a concepção e instalação da sinalização das novas Varas de Executivos Fiscais Municipais da Capital, em novembro de 2015; e a confecção do convite e missal dos aniversários de 192 e 193 anos do TJPE.

Relações Públicas e Cerimonial

Uma das ações de destaque de Relações Públicas é o projeto de visitas guiadas ao Palácio da Justiça, que presta serviço educativo e de cidadania. Recebe alunos do ensino médio, universitários e turistas, alguns em visita à cidade do Recife pela primeira vez. Na visita ao Palácio da Justiça, o Cerimonial passa informações sobre a relevância do trabalho do Poder Judiciário, assim como da importância histórica e arquitetônica da sede da Justiça Pernambucana. Além de informações sobre as instalações e o Poder, também são repassadas informações sobre as obras de arte e mobiliário. Durante o biênio foram feitas 76 visitas atendendo cerca de 3.040 estudantes.

O Cerimonial prepara e acompanha encontros para os quais é acionado, dentro e fora do Palácio da Justiça, sejam eles na Capital, interior ou fora das fronteiras pernambucanas.

Durante esse biênio o Cerimonial organizou e executou quase 30 solenidades de caráter institucional ligados à Presidência do TJPE. O apoio às artes também fez parte dessa gestão, na organização de exposições de artes plásticas no Salão dos Passos Perdidos e no hall de entrada do Palácio da Justiça. As aberturas dessas mostras contaram com apresentações musicais, algumas delas da Orquestra Criança Cidadã, amparada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES (FEVEREIRO 2014 A NOVEMBRO 2015)		
ATIVIDADE	Nº DE ATIVIDADES	Nº PÚBLICO ATINGIDO
Visitas guiadas ao TJPE	76	3.040
Solenidades de posse	08	4.800
Missas de Ação de Graças	02	500
Transmissão de cargo	01	500
Solenidades de inaugurações e aberturas em outras comarcas	18	9.000
Solenidades de aberturas, lançamentos, encerramentos, instalações, assinaturas, entregas de prêmios e celebrações natalinas	29	17.400
Solenidades comemorativas aos 192 e 193 anos do TJPE	02	2.000
Solenidades de entregas de medalhas	03	2.400
Total	139	28.840

Segurança pessoal e patrimonial

Conciliar otimização e economicidade na prestação de serviços foi meta e desafio da Assistência Policial e Militar do Tribunal de Justiça de Pernambuco, no biênio 2014/2015. As ações em torno da preservação da integridade física de magistrados e servidores e da preservação do patrimônio físico e documental do Tribunal de Justiça de Pernambuco contemplaram diversos projetos.

A fim de se propor mecanismos de segurança mais eficazes e com baixo custo ao Poder Judiciário, foram captados policiais militares da reserva remunerada por intermédio da Guarda Patrimonial da Secretaria de Defesa Social. Estes substituíram profissionais da vigilância privada. Desta forma, o TJPE passou a contar com a experiência de policiais militares com mais de 30 anos de serviços prestados associados à técnica e à disciplina. Isso permitiu também alinhamento com a diretriz de redução de custos.

O reforço na segurança eletrônica garantiu precisão e economicidade. No período de dois anos, foram implantadas 450 (quatrocentas e cinquenta) câmeras de vigilância, operando em diversos tipos de edificações do TJPE, na capital e Interior.

Objetivando alcançar melhor controle e segurança de acesso, foram instaladas seis portas giratórias detectoras de metais no Fórum de Palmares, Edifício Paula Baptista, CICA, Ambulatório TJPE, Fórum de Paulista e Fórum de Jaboatão dos Guararapes. Também foram adquiridos, e distribuídos para as comarcas do interior, 30 detectores de metal portáteis, de fácil manuseio e manutenção. Acompanhando inovações tecnológicas de controle de acesso, instalamos ainda dez cancelas automáticas para veículos.

Buscou-se melhorar as condições de comunicação. Neste sentido, foram adquiridos 40 rádios transceptores digitais portáteis, cinco estações fixas e uma antena repetidora, que habilita a comunicação entre unidades portáteis num raio de alcance de até 10 quilômetros e permite economia no uso de telefonia celular.

As ações em torno da preservação da integridade física de magistrados e servidores foram acrescidas, também, de novo contrato de rastreamento veicular, contemplando 250 veículos do TJPE. O recurso possibilita melhor nível de segurança e monitoramento da frota, fornecendo, em tempo real, informações de posição, abastecimento, velocidade e quilômetros rodados.

Projetos e ações de Segurança concluídos

- Implantação da Guarda Patrimonial em unidades do Poder Judiciário, em substituição à vigilância privada, resultando numa economia de R\$ 3.652.970,50 aos cofres públicos;
- Ampliação de cancelas automáticas instaladas em edificações do TJPE;
- Aquisição e Instalação de 450 câmeras em diversas edificações;
- Aquisição e Instalação de seis portas giratórias detectoras de metais;

- Aquisição de 30 detectores de metais portáteis para os Fóruns do Interior do Estado;
- Aquisição de 40 rádios transceptores digitais, cinco estações fixas de rádio e uma antena repetidora, permitindo o contato entre unidades de até dez quilômetros;
- Aquisição e Instalação de 250 novas unidades de GPS, em veículos da frota do TJPE, objetivando maior segurança e controle da frota.

Promessas cumpridas

Discurso de posse de Frederico Neves como presidente do TJPE

Fevereiro/2014

1 Instituição, em novembro de 2014, do TJPE Metas.

Lembro-me quando, há vinte e oito anos, neste mais que centenário edifício, sob a Presidência do Desembargador Benildes de Souza Fibeiro, de saudosa memória, tomei posse no cargo de Juiz de Direito da comarca de Santa Maria da Boa Vista, alto Sertão do São Francisco.

À altura prestei o compromisso de bem servir à causa da Justiça e ao cidadão pernambucano, principal destinatário do serviço judicial.

Já agora, ao assumir a Presidência desta Casa, perante esta seleta assistência, renovo idêntico compromisso, o que faço com o espírito tomado pelo mesmo sentimento de outora, vivenciado no início da minha trajetória jurisdicional, de absoluto respeito ao Poder Judiciário que me acolheu.

Este momento solene, se bem se vir, nada mais representa para mim do que a confirmação dos ideais onde se encontram firmadas as metas do Direito e da Justiça que, há quase seis lustros, no nascedouro da carreira, já estavam impregnadas no meu coração, e constituíram a cepta fundamental da minha atuação jurisdicional.

Neste instante festivo, peço licença aos presentes para, já agora na condição de Presidente, iniciar o meu mandato realizando um ato de Justiça, que consiste em fazer uma especial homenagem ao Desembargador Jovaldo Nunes Gomes, na certeza de que S. Exa. deixa a Presidência com a alma leve e o sentimento do dever cumprido, tendo em conta as suas grandes realizações.

O Desembargador Jovaldo Nunes Gomes, exemplo de Homem e Magistrado, soube, ao longo do tempo, com a sua inegável capacidade de trabalho e de aglutinação, e com o seu compromisso ético e moral, elevar, para bem alto, o prestígio do Judiciário pernambucano, no cenário jurídico nacional.

Quem o conhece sabe – é um ser de espírito puro, um nome que, ocupando o mais alto cargo da Magistratura Estadual, sempre procurou cultivar, no seio desta Casa, as virtudes da humildade e da simplicidade, e, com isso, sem sombra de dúvida, tornou mais amena a sua difícil missão.

A lição de Spinoza sobre a simplicidade, extraída do Pequeno Tratado das Grandes Virtudes, de André Comte Spornville, se amolda, como uma luva, na pessoa do Desembargador Nunes Gomes. O homem simples, diz o filósofo, não se louva, nem se despreza; é o que é, simplesmente, sem desvios nem afetações.

E foi com essa simplicidade e com o imenso desejo de fazer o melhor, que conseguiu, apesar de inúmeras dificuldades, dotar todas as unidades judiciais com o quantitativo mínimo de servidores e reduzir a taxa de congestionamento de 84% para 72%.

Some-se a isso que, na sua gestão, Pernambuco passou a ocupar o segundo lugar no Brasil em julgamentos de crimes dolosos contra a vida: foram 2.183 juris realizados somente em 2013, o que, em real verdade, atesta o compromisso do Judiciário com o vitorioso programa Pacto pela Vida deflagrado no Governo Eduardo Campos.

Sua Excelência levou ainda o nosso Estado à expressiva sexta colocação, entre os 27 tribunais estaduais do País, em números absolutos de julgamentos envolvendo improbidade administrativa e crimes contra a administração pública.

Congratulo-me, pois, com o Desembargador Jovaldo Nunes Gomes, e com toda a sua equipe, com quem tive a ventura de trabalhar diretamente nestes dois últimos anos, e a quem sou muito grato pelas inúmeras atenções e lições de vida que recebi.

Parabéns caríssimo colega e amigo Jovaldo Nunes Gomes, não apenas pela frutuosa gestão de Vossa Excelência; mas, mais do que isso, pelo Juiz, esposo, pai, avô, irmão e amigo que é, e, ainda, pelo que continuará a fazer pelo Poder Judiciário e, em consequência, pela sociedade pernambucana.

Feito esse registro inicial, cumpre-me anunciar o que está por vir.

Seria quase ocioso dizer que ainda há muito por fazer no Judiciário estadual. Nos próximos dois anos, serão envidados esforços, buscando deixar efetivo contributo, sempre na perspectiva da continuidade das realizações do Des. Jovaldo Nunes e de tantos outros Presidentes que o antecederam, e na certeza de que, às nossas ações, outras serão acrescidas, nas administrações que se sucederem.

Chego a este elevado posto ciente da imensa responsabilidade que representa dirigir esta Instituição, que hoje conta com 46 Desembargadores, 408 Juizes e 8.787 Servidores. As preocupações daí advenientes mais se justificam quando se tem em conta o Tribunal de Justiça de um Estado que é o líder do desenvolvimento no Nordeste, com crescimento de renda a partir de obras estruturadoras, que trazem investimentos vultosos, de altíssimo porte.

Em consequência direta, o povoamento de Pernambuco tem-se alterado. Muitos cidadãos de outros Estados e até de outros Países acorreram à nossa terra, atraídos pelo crescimento, responsável pela elevação geral do nível de vida.

Todos têm os seus direitos e procuram exercê-los. Essa mudança verificada no Estado de Pernambuco faz espoliar conflitos de interesses, os mais variados, sociais, trabalhistas, familiares, criminais, civis, comerciais, empresariais, marítimos e até internacionais, que estão a exigir um Judiciário mais apetrechado para a resolução dos problemas levados a julgamento. O desenvolvimento, não há negar, tem seu custo e conduz a uma tomada de posição.

Por outro lado, a nova ordem de cidadania – claramente refletida nas recentes manifestações populares –, aponta para a necessidade de se garantir o acesso ao Direito e à tutela jurisdicional efetiva, entendida esta locução (tutela jurisdicional efetiva), como a resolução tempestiva e segura dos conflitos decorrentes da vida em sociedade.

Todavia, forçoso é reconhecer, o Judiciário não tem acompanhado, na medida exata, o crescimento pernambucano e precisa avançar.

Quanto aos problemas sejam complexos, a não resolver com ligeireza, trago desde já a público algumas sugestões para uma oportuna troca de impressões e verticalização.

Uma primeira idéia que se põe à reflexão é a da valorização das pessoas.

Estou convicto de que a prestação eficiente, célere, ética e segura dos serviços judiciários, que se persegue a cada gestão, está a depender, como ponto de partida, do envolvimento motivado das Pessoas que integram a Instituição: Os Magistrados e os Servidores. É por intermédio das Pessoas e para as Pessoas que o Judiciário funciona. **Metas adequadas, Plano de Ação de excelência**¹, monitoramento valendo-se das melhores técnicas, apesar de importantes, não produzirão resultado satisfatório sem o despertar nas pessoas a vontade de fazer e de fazer bem.

Nesse passo, chame-se a intervir Vicent Falconi, consultor e administrador dos mais respeitados, para quem “as Pessoas continuarão a ser a principal alavanca de sucesso para uma organização e sempre será por meio delas que o sucesso será alcançado”.

A alta rotatividade de Servidores no Poder Judiciário Estadual é uma realidade preocupante. Os servidores vêem o Judiciário como uma casa de passagem, onde muitos permanecem por pouco tempo, até encontrarem melhores condições remuneratórias.

É tempo de reconhecer a necessidade de **reter os talentos**². Despertar a motivação dos Servidores, oferecendo-lhes efetivas oportunidades de crescimento dentro da Instituição, transformando funções historicamente monótonas em trabalho profissionalmente desafiante, e implantando mecanismos criativos de reconhecimento dos melhores desempenhos, será, permitam-me esta confissão pública, o macrodesafio da nova gestão.

Para tanto, é preciso perseguir um modelo de gestão de pessoas que ofereça mobilidade na carreira do Servidor por razões meritórias e que estimule a sua permanência nos nossos quadros. Além disso, também parece importante envolver as equipes na busca da eficiência nos serviços judiciais, instituindo premiação pecuniária vinculada ao cumprimento de resultados diretamente relacionados à melhoria da prestação jurisdicional e aferidos por indicadores objetivos.

Quer-se, com isso, trazer para o ambiente do Judiciário a moderna e salutar **premiação por desempenho**³ cujos principais indicadores serão os índices de congestionamento, de produtividade e de cumprimento de metas.

Tenho plena ciência e consciência das dificuldades para atingir esse objetivo. Asseguro-lhes, no entanto, que há vontade efetiva de fazer. Valho-me, mais uma vez, das palavras de Vicent Falconi, para dizer que “sonhar grande dá o mesmo trabalho que sonhar pequeno”.

Um outro pilar fundamental da nova gestão será a Valorização do Primeiro Grau de Jurisdição.

Em razão das conhecidas limitações orçamentárias, escolhas haverão que ser feitas. Nada menos do que 98% dos processos submetidos à apreciação do Poder Judiciário estadual estão a tramitar nas Varas e nos Juizados. Assim, o 1º Grau de jurisdição será distinguido. Essa prioridade gerencial em favor do 1º Grau deve ser refletida em posturas e ações concretas.

Na alocação dos novos servidores, haverá a continuidade da política implantada por sucessivas gestões, a partir da Presidência do eminente Des. Jones Figueiredo Alves, que privilegia as unidades estritamente jurisdicionais do 1º Grau.

Como inovação, há que procurar, em sintonia estreita com a orientação do Conselho Nacional de Justiça, **relocar a força de trabalho**⁴, observando a proporcionalidade da distribuição de casos novos e, em caráter secundário e excepcional, o acervo processual. Importa, igualmente, dar **continuidade aos trabalhos de infraestrutura dos Fóruns situados no interior do Estado**⁵. Na última década, foram construídos 18 novos Fóruns. No próximo biênio, **serão iniciadas novas construções voltadas ao abrigo das unidades jurisdicionais do 1º Grau**⁶.

Neste particular, parece-me oportuno um **planejamento de longo prazo, a orientar os investimentos**⁷, com aprovação do Tribunal de Justiça. A definição das escolhas que irão materializar a priorização do 1º Grau, dentre as muitas opções, deverá ser feita de modo democrático, ouvindo, na medida do razoável, todos os senhores Magistrados e Servidores, aos quais rogo compreensão, colaboração e cooperação.

Uma breve mirada sobre o horário forense permite descobrir algumas linhas de força. Na prática, as unidades judiciais do 1º Grau funcionam em um único expediente. Com ações inovadoras, quebrando dogmas e paradigmas, serão empenhados esforços no sentido de assegurar o gradual **funcionamento das unidades jurisdicionais em dois turnos ininterruptos, garantindo o atendimento ao público das 7h às 19h, a começar pelas varas cíveis da Capital**⁸, que têm apresentado evolução exponencial na distribuição.

A média mensal de 57 ações distribuídas em cada vara cível, no ano de 2011, evoluiu para 75 em 2012, chegando a 106 em 2013. O estoque médio aguardando julgamento em cada vara cível da Capital é da ordem de 5.000 (cinco mil) processos. Esse assombroso quadro impõe pensar diferente. Fazer diferente. Inovar sem devaneios.

O que não cabe, ao certo, é a paralisia do pessimista que, deprecionado, não reage. Nessa linha, a coexistência de dois juizes titulares na mesma unidade, com jurisdição sobre acervo objetivamente definido, é medida que se qualifica como necessária. Quem conhece, minimamente, a lida forense, sabe o quão invencível é a carga de trabalho desses Juizes, por mais dedicados e abnegados que sejam.

2 Definição do Plano de Progressão Funcional, em julho de 2015

3 Instituição de Bônus por Desempenho, em junho de 2014

4 Instituição, em setembro de 2015, do Regime Diferenciado de Trabalho (RDT)

5 Continuidade das obras dos Fóruns de Quipapá e Painéis, inaugurados em novembro de 2015

6 Construção de três fóruns em Serra Talhada e Arcoverde, inaugurados ainda na gestão, e Goiana, a ser inaugurado em 2017

7 Estudo coordenado pela Coordenadoria de Planejamento do TJPE e executado pela TGI Consultoria, projetando cenários até 2035 para auxiliar na definição de investimentos da Justiça Estadual.

8 Duplicação da capacidade de julgamento nas Varas Cíveis, em setembro de 2014, de Entorpecentes, em dezembro de 2015.

9 Criação das Varas de Execução de Títulos Extrajudiciais em setembro de 2014

10 Nomeação, em 2015, de 72 juizes aprovados em concurso em 2014. Em 2016 foram nomeados mais 30 juizes, aprovados em concurso em 2015

Aliás, hoje, há elementos sobejos a justificar a **criação de varas de execução de títulos extrajudiciais**⁹. Na Capital, tramitam 19.087 ações de Execução de Título Extrajudicial, afora os embargos à execução correlacionados. Esse quantitativo elevado está a revelar que as demandas executivas merecem particular atenção da Administração. Não parece desnecessário ressaltar que a morosidade na solução das ações de execução é forte fator de enfraquecimento do Poder Judiciário, na medida em que tais ações procuram conferir efetividade a direito já reconhecido pela ordem jurídica.

Por isso, a criação de varas com competência exclusiva para as ações de execução de título extrajudicial é medida que se mostra salutar. A especialização, neste particular, tem o mérito maior de possibilitar a adoção de uma gestão por competência, com destinação de infraestrutura e força de trabalho diferenciadas, de modo a atender às peculiaridades desse tipo de demanda. Mais do que isso, reduzirá a carga de trabalho dos juizes das varas cíveis da Capital, que atuam acima do limite do razoável, ao tempo em que irá permitir que eles se dediquem mais amídiã às demandas destinadas ao acerto do direito, favorecendo, em consequência direta, o cumprimento da Meta nº 1 do Poder Judiciário, que se volta a estimular o julgamento dos processos de conhecimento.

Por outro giro, cabe fazer uma referência particular à **necessidade de ser provido o quadro da Magistratura local**¹⁰. Hoje, existem 208 cargos vagos de juiz no Estado – número que representa um terço do quadro – com alguns Magistrados sendo obrigados a atuar em regime de acumulação em três e até quatro comarcas.

O Judiciário enfrenta seríssimas dificuldades no recrutamento de Magistrados. Sobram candidatos, mas não se consegue preencher as vagas por falta de habilidades técnicas necessárias ao cargo e de pessoas com o perfil adequado à função. Os subsídios pagos também não oferecem tantos atrativos. No último concurso, por exemplo, dos 5.000 candidatos inscritos, somente 49 foram aprovados e nomeados, e, desses, apenas 32 estão no efetivo exercício da função jurisdicional.

A conclusão a que chego é a de que se deve, antes mesmo de encerrar o certame em curso, deflagrar novo processo de recrutamento e de seleção, que se submete, por natureza, a longas etapas, isso acontecendo até que cada Comarca tenha o seu juiz.

O identificador de problemas incita à elaboração de propostas para a resolução respectiva. Durante o 2º Encontro Nacional do Judiciário, promovido, no ano de 2009, pelo Conselho Nacional de Justiça, o Poder Judiciário inaugurou a política de fixação de metas nacionais. Em Pernambuco, a despeito da inegável dedicação de Magistrados e Servidores, passados 5 anos, não é exagero afirmar que se qualifica como gigantesco o acervo processual da Meta 2 de 2009 que ainda espera julgamento. Não por outra razão, penso em **implantar um Escritório de Sentença**¹¹, nos moldes da iniciativa bem sucedida do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, com a finalidade específica de dar cumprimento às metas Nacionais do Judiciário idealizadas para o 1º Grau de jurisdição. Somente em relação à meta 2 de 2009 ainda existem 54 mil processos para julgamento.

A idéia é designar magistrados especificamente para sentenciar processos alcançados pelas Metas, colocando à sua disposição estrutura própria de administração e de assessoramento.

No 2º Grau, visando ao enfrentamento dos processos incluídos nas metas Nacionais do Judiciário, a **Instituição de Câmaras Extraordinárias, com composição e funcionamento temporários**¹², respeitando, à evidência, o postulado constitucional do juízo natural, parece alternativa viável na direção de tornar a prestação jurisdicional mais eficiente. No universo da Meta 2, instituída em 2009, ainda estão pendentes de julgamento 1.323 recursos. Para essa empreitada institucional, espera-se contar com o espírito cooperativo dos senhores Desembargadores que, no exercício cumulativo das suas regulares funções, em mais uma demonstração de dedicação e compromisso públicos, poderão compor essas Câmaras Extraordinárias quicá com o auxílio de juizes convocados.

Para além de tudo isso, a implantação de um sistema informatizado de monitoramento e a inserção de uma Coordenadoria Executiva de Apoio e Monitoramento da Prestação Jurisdicional, na estrutura organizacional do Tribunal de Justiça, com o objetivo de auxiliar as Unidades Judiciais na elaboração e implantação de seus planos de ação, e com atribuição de Monitoramento da Taxa de Congestionamento e das Metas Nacionais, são providências a adotar.

Avance-se igualmente no Processo judicial eletrônico. Ao assumir a Corregedoria Geral de Justiça, afirmei que a tramitação do processo por meio eletrônico é a saída para a modernização do Judiciário. Reafirmo essa convicção. O processo judicial eletrônico é caminho sem retorno. Inevitavelmente, e é bom que assim seja, “o novo sempre vem”, como adverte a palavra poética de Belchior.

Pernambuco aderiu, desde 2009, ao Projeto PJe. Aqui abro parênteses para realçar a capacidade de enfrentar o novo e a firmeza da coragem do então Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador José Fernandes de Lemos, que, mesmo diante de sérias críticas em relação à viabilidade técnica do sistema, quando a própria capacidade do Conselho Nacional de Justiça para abraçar projeto dessa envergadura e amplitude era questionada, enfim quando era inseguro fazê-lo, implantou o PJe nos Juizados Especiais. Mais de 120.000 mil ações já foram ajuizadas através deste sistema.

Agora, chegou a hora e a vez de priorizar a sua expansão para todas as unidades judiciais. O PJe, é bem de ver, ainda carece de evolução, de ajustes, de amadurecimento. Mas as vantagens são tantas, a exemplo da facilidade de acesso aos serviços judiciários, da adoção de um sistema uniforme para os 91 tribunais do País, da redução do custeio, do aumento da produtividade e da agilidade no trâmite processual, que é imperioso ao gestor público o estímulo à sua implantação e expansão. Digo isso para afirmar que **empenharei força e patrocínio político para que, ainda em 2014, o PJe seja implantado em todas as varas cíveis da Capital e da Região Metropolitana. Em 2015, a pretensão é levar o sistema a todas as outras unidades não criminais da Capital e da Região Metropolitana**¹³.

Para a consecução deste objetivo é imprescindível o redesenho do Comitê Gestor do projeto Processo Judicial Eletrônico. Espera-se contar com o auxílio e a cooperação da comunidade jurídica na definição das diretrizes estratégicas para o desenvolvimento e a expansão do PJe no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco.

Em reafirmação ao caráter prioritário que o PJe passa a ter nesta gestão, e visando conferir perenidade ao Projeto de sua expansão e desenvolvimento, há que se inserir na estrutura organizacional do Tribunal de Justiça uma Coordenadoria Executiva de Desenvolvimento, Implantação e Administração voltada exclusivamente para o Processo Eletrônico.

Mais do que isso, o Planejamento Estratégico deverá ser realinhado à realidade que advirá a partir da sua implantação. As nossas estruturas físicas, os processos gerenciais, a força de trabalho, as habilidades funcionais deverão ter suas prioridades e os Planos de Ação atrelados a esses novos tempos.

Um vigor particular também deve ser demonstrado nos executivos fiscais. No Relatório Justiça em Números 2013, o Poder Judiciário de Pernambuco aparece com a incômoda taxa de congestionamento de 83%. Com o 1º Mutirão de Contagem Eletrônica e o empenho de Magistrados e Servidores, no ano de 2013, foi possível reduzi-la para 72%. Apesar da significativa redução, o congestionamento no Judiciário de Pernambuco ainda é alarmante e muito distante do paradigma de 61% definido pelo Conselho Nacional de Justiça para o nosso Estado. Entre nós, as execuções fiscais representam 62% de todo o acervo do 1º grau do Estado, concorrendo significativamente para esse quadro.

A Corregedoria Geral de Justiça, no biênio que se encerrou, identificou e apontou soluções com vistas a alterar o quadro atual. Urge a construção de uma política de gestão que aperfeiçoe o modelo tradicional. Parece básico a alocação diferenciada de servidores. Em Pernambuco, nas **Varas de Execução Fiscal Municipal da Capital**¹⁴, a relação é de 27 mil processos por servidor, enquanto na Bahia é de 3 mil, no Distrito Federal é de 6 mil e em Santa Catarina é de 4 mil. Impõe-se agir fora da modelagem comum para superar a deficiência, valendo-se inclusive das muitas possibilidades permitidas pela tramitação eletrônica do processo.

Ao final desse biênio pretende-se alcançar patamares razoáveis da recuperação do crédito público. Este é um compromisso possível. Tenho a exata compreensão da relevância social dessas demandas, que procuram fazer justiça fiscal. Aqui o interesse é socialmente difuso, a atingir direitos básicos da cidadania.

Finalizo o elenco das proposições preliminares, afirmando que, no esforço de superar os muitos e variados obstáculos ao acesso à justiça, as normas de Organização e Divisão Judiciária assumem especial e decisiva relevância, na medida em que elas têm o potencial de aproximar o juiz do jurisdicionado, de reduzir o custo do processo e de facilitar a defesa do Direito em juízo.

Neste particular, ainda são atuais as observações de Pimenta Bueno, notável jurista do século XVIII, sobre os convenientes de uma adequada divisão judiciária: “Se se houvesse de apreciar somente uma das faces da vida judiciária, teríamos que a perfeição fora de fazer a autoridade do juiz presente em todas as localidades, ao alcance de todos, sem delongas, sem dispêndio, sem sacrifícios de viagens que onerem e inutilizam os recursos legais, momentaneamente em relação aos pobres”.

Com essa percepção, o legislador constituinte derivado, pela via da Emenda nº 45, de 08 de dezembro de 2004, traçou a diretriz normativa da descentralização do segundo grau de jurisdição, prevendo, no artigo 125, §6º, da Constituição Federal, que o Tribunal de Justiça poderá constituir Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.

Tem-se, assim, que a Constituição Federal fixou uma linha diretora, programática, para o legislador ordinário, voltada ao compromisso político e administrativo de facilitar o acesso do homem do interior aos tribunais, tradicionalmente sediados nas capitais.

Significativo reter que a descentralização do segundo grau, enquanto orientação social democrática é uma aspiração antiga da intelectualidade brasileira. O anteprojeto constitucional, elaborado pelo Conselho Provisório de Estudos Constitucionais, instituído pelo Decreto nº 91.450, de 18 de julho de 1985, presidida por Afonso Arinos De Melo Franco E Integrada Por Personalidades Como José Afonso Da Silva, José Paulo Sepúlveda Pertence, José Saulo Ramos, Luís Pinto Ferreira, Evaristo de Moraes Filho, Miguel Reale, Miguel Reale Júnior, Gilberto Freyre, Paulo Brossard de Souza Pinto, entre outros, já propunha a criação de tribunais com sede fora das capitais (art. 95, I, do chamado anteprojeto de Constituição de Afonso Arinos).

Diante desse cenário normativo e político, tenho que **é chegado o momento de romper paradigmas, fucados em tradição secular, para descentralizar o funcionamento do Tribunal de Justiça de Pernambuco, através de Câmaras regionais**¹⁵, visando, mais particularmente, democratizar o acesso à justiça dos jurisdicionados que residem nas regiões do interior do Estado, permitindo uma maior aproximação entre o Tribunal de Justiça e o povo daquelas localidades, destinatário primário da prestação jurisdicional, com evidente ganho de eficiência quanto à facilitação do exercício do direito – igualmente fundamental – de revisão das decisões judiciais.

A instalação de Câmara regional com jurisdição sobre as Comarcas do Agreste e do Sertão, por exemplo, atenderá a uma população de 4.103.366 (quatro milhões, cento e três mil, trezentas e trinta e seis) jurisdicionados. Não se olvide que, com a descentralização, o acesso à instância revisora passará a ser uma possibilidade efetiva para muitos, até então excluídos do acesso ao segundo grau de jurisdição. Além disso, o Tribunal de Justiça, enquanto órgão de cúpula do Poder Judiciário estadual, terá sua autoridade administrativa, funcional e hierárquica presente no interior do Estado.

Anote-se que nem mesmo os avanços tecnológicos e suas infinitas possibilidades de aproximação de fronteiras físicas e de supressão de distâncias, têm o condão de cumprir, pelo menos em médio prazo, esses desideratos, notadamente em relação às pessoas mais humildes.

Está feito o desafio. Há, aqui, todo um universo de questões a aprofundar. A base filosófica que irá delimitar os passos da gestão que se inicia, Des. Nunes Gomes, continuará fundada no interesse público, e é nessa órbita, que se abrigam as idéias que serão submetidas à superior consideração dos eminentes pares.

A minha mensagem, neste ato solene, tem por finalidade apenas deixar plantadas as sementes de uma atitude reflexiva sobre a identificação dos principais problemas do Judiciário local, as metas a atingir e a rota que a elas conduz, na perspectiva de que as idéias aqui lançadas possam (a) suscitar o diálogo no seio da Magistratura, do funcionalismo e da Sociedade, e (b) permitir que, uma vez acolhidas, com trabalho e muita dedicação, ao final dos dois anos que se seguem, seja crível colher bons frutos de tal sementeira.

Pernambuco vive uma agitação prenunciadora de profundas e promissoras mudanças. O orçamento destinado ao Judiciário, como é evidente, há de permitir passos mais largos. Humildade, estudo e trabalho são o quanto basta para colmatar as brechas e fortalecer o Poder Judiciário, enquanto instrumento fundamental para a paz social e o bem estar das pessoas.

Tomem-se boa nota de que a despesa total com pessoal prevista no orçamento de 2014, conquanto esteja abaixo do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal – corresponde a 4,7% da receita corrente líquida, quando o limite prudencial é de 5,7% – representa 84% do repasse feito pelo tesouro estadual ao Poder Judiciário.

O diagnóstico é inevitável. Há articulações a realizar internamente, com os Servidores e Magistrados de ambas as instâncias, num primeiro momento, para serem estabelecidas prioridades, e, disso sendo o caso, com os Poderes Legislativo e Executivo para, juntos, fortes na união, como, aliás, tem acontecido em Pernambuco, conseguirmos dotar o Judiciário de meios materiais e humanos suficientes, capazes de atender a essa nova realidade que se nos é apresentada.

As portas desta Casa serão mantidas abertas àqueles que clamam por Justiça, e, seria quase ocioso enfatizar, permanecerão completamente cerradas para os que não têm compromisso com a ética e a moralidade no serviço forense, firme no princípio de que não há poder sem autoridade, nem autoridade sem a possibilidade de imposição de um comportamento.

Espero, eminentes pares, não desmerecer a confiança, nem as tradições deste Egrégio Tribunal, e prometo manter sincero e permanente diálogo, sempre agindo com a civilidade que é das boas relações, com moderação e firmeza, no propósito de encontrar soluções para os problemas mais angustiantes que afligem o Judiciário pernambucano, e na direção do ideal nobilíssimo de propiciar a um número maior de pessoas, e num espaço de tempo razoável, sem dilações indevidas, a proteção do Estado/Juiz, no supremo objetivo de pacificar com Justiça.

Ingente terá de ser o meu esforço para ser digno de expressões tão marcantes, peçadas de sentimentos de amizade, com as quais nos saudou o estimadíssimo Des. Jones Figueiredo Alves, a quem cada um de nós deve muito, pelo exemplo de trabalho, dedicação, cultura, fineza no trato e equilíbrio, verificados ao longo da sua carreira.

Desejo aos demais integrantes da Mesa Diretora, eminentes Desembargadores Leopoldo de Arruda Raposo, Fernando Ferreira e Eduardo Paurá Peres toda a felicidade no exercício das suas respectivas funções, o que faço na certeza de que integramos um time harmonioso, que terá como única meta o fortalecimento do Judiciário para tornar mais feliz o povo da nossa terra.

Dedico as honras desta solenidade aos meus pais, Luciano de Souza Neves e Maria José de Almeida Neves, que constituem a razão da minha existência, dos quais recebi amor e exemplos de trabalho, honestidade, solidariedade, humildade, perseverança e altivez. Sou muito grato a Deus, que me permitiu constituir uma maravilhosa família com Márcia, esposa amada, incentivadora e amiga, que sofreu comigo as agruras de uma carreira frutuosa, mas também, como todas as coisas humanas, carregada de renúncias e incompreensões, e os meus três filhos, Rodrigo, Maiana e Eduardo, e os que chegaram depois, o genro Feliciano e a nora Andrea, todos exemplos de amor e compreensão.

Não poderia deixar de fazer um registro especial aos meus queridos netos João, que já está entre nós, e Maria Helena e Alegria, que estão por vir.

Por fim, lembro as palavras de Calandrini, utilizadas no elogio aos juizes: “Sei que sois a guarda e a garantia de tudo quanto de mais caro tenho no mundo. Em vós, saúdo a paz do meu lar, a minha honra e a minha liberdade”.

11 Implantação do sistema de Central de Agilização Processual, a partir de setembro de 2014

12 Implantação das Câmaras Extraordinárias Cível, Criminal e de Direito Público, no segundo semestre de 2014

13 Instituição, em abril de 2014, do cronograma de expansão do Processo Judicial Eletrônico até 2017

14 Instituição de Política Diferenciada de Governança dos Executivos Fiscais da Capital

15 Instalação da Câmara Regional do TJPE de Caruaru, em dezembro de 2014

Ficha técnica

Textos

Os textos foram originados de departamentos relacionados a cada assunto ou de matérias da geradas pela Assessoria de Comunicação Social do TJPE e adaptados ao relatório

Fotos

As fotografias apresentadas neste relatório pertencem ao acervo de imagem da Assessoria de Comunicação Social e são creditadas a Jair Alves, Ivson Lira, Alesson Freitas, Anderson Freitas e Rodrigo Moreira, da Agência Rodrigo Moreira; Gilmar Felix, da Agência CNJ (Página 34); e Assis Lima, da Ascom/TJPE.

Bancos de Imagens: Getty Images e Fotolia.

Gráfica

Texgraf Editora LTDA



TJPE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DE PERNAMBUCO